

# O golpe de 1964

... heranças e reflexões ...

Rafaella Bettamio  
(org.)



**Rafaella Bettamio** é pós-doutorada pelo Departamento de Arquivo e Documentação e pelo Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz da Fiocruz; doutora e mestre em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV; especialista em História do Brasil Pós-30 pela UFF; historiadora graduada e licenciada pela Unirio. É autora das obras História de uma coleção invisível (Appris, 2021) e O DOI-CODI carioca: memória e cotidiano (NEA, 2014) e de alguns artigos científicos e capítulos de livros. Seus interesses de pesquisa se concentram nos temas: história contemporânea do Brasil, história oral, ditadura militar, memória social, patrimônio cultural e coleções patrimonializadas.



Desde 2006, é servidora pública federal, exercendo a atribuição de pesquisadora na Coordenação de Pesquisa do Centro de Pesquisa e Editoração (CPE) da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Coordena o Acervo de História Oral da FBN (AHO-FBN) desde a sua criação, em 2019, e o Grupo de Pesquisa Memórias Orais dos Trabalhadores da Cultura que, desde 2023, reúne pesquisadores da FBN, Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Orcid: 0000-0001-8903-0246.



**Dulce Chaves Pandolfi**

**Bruno Brasil**

**Hugo Bellucco**

**Norberto O. Ferreras**

**Rafaella Bettamio**

**Pedro Lopera**

**Flamarion Maués**

**Luiz Costa Lima**

**Daniel Aarão Reis Filho**

Coleção Rodolfo Garcia  
volume 51 | ISSN 2965-5404

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Luiz Inácio Lula da Silva

**MINISTÉRIO DA CULTURA**

Margareth Menezes da Purificação Costa

**FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL**

**Presidência**

Marco Americo Lucchesi

**Diretoria Executiva**

Suely Dias

**Centro de Pesquisa e Editoração**

Naira Christofolletti Silveira

**Coordenação de Pesquisa**

Iuri A. Lapa e Silva

**Coordenação de Editoração**

Claudio Cesar Ramalho Giolito

**Serviço de Produção de Editoração**

Paula Rocha Machado



Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

MINISTÉRIO DA  
CULTURA



Confira outras publicações da  
Fundação Biblioteca Nacional



Rafaella Bettamio  
(org.)

# O golpe de 1964

## .... heranças e reflexões ....

Fundação Biblioteca Nacional  
Rio de Janeiro



2024

**Editoria**

Paula Rocha Machado

**Produção Editorial**

Paula Rocha Machado

**Revisão e Preparação  
de Originais**

Francisco Madureira

Hudson Rabelo

**Revisão de Provas**

Taiyo Jean Omura

**Projeto Gráfico, Diagramação  
e Tratamento de Imagens**

Eliane Alves

**Assistência Editorial**

Taiyo Jean Omura

© 2024 Fundação Biblioteca Nacional (FBN)

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

---

G593

O golpe de 1964 : heranças e reflexões / Rafaella Bettamio (org.). – Rio de Janeiro : Fundação Biblioteca Nacional, 2024.

200 p. ; 23 cm. – (Coleção Rodolfo Garcia, ISSN 2965-5404 ; v. 51)

Trabalhos apresentados no Seminário Golpe de 1964, 50 anos: debates na Biblioteca Nacional, realizado no Rio de Janeiro, em março de 2014.

PDF interativo.

Inclui bibliografia.

ISBN 9788533307674

1. Imprensa e política – Brasil – Congressos.
  2. Imprensa alternativa – Brasil – Congressos.
  3. Brasil – História – Revolução, 1964 – Congressos.
  4. Brasil – Política e governo – 1964-1885 – Congressos.
  5. Países do Cone Sul – Relações – Estados Unidos – Congressos.
  6. Estados Unidos – Relações – Países do Cone Sul – Congressos.
  7. Censura – Brasil – Congressos.
- I. Bettamio, Rafaella, 1983- II. Biblioteca Nacional (Brasil). III. Série.

CDD- 981.063

# Sumário

Introdução Rafaella Bettamio	7
O passado do presente Dulce Chaves Pandolfi	14
<b>A imprensa alternativa na ditadura militar</b>	<b>..... 31</b>
Resistência no papel: um panorama da imprensa de oposição à ditadura civil-militar no Brasil Bruno Brasil	33
O circuito da imprensa alternativa na década de 1970: jornalismo, cultura e política Hugo Bellucco	56
<b>As relações entre os Estados Unidos e as ditaduras militares no Cone Sul</b>	<b>..... 73</b>
Encontros e desencontros com a história do continente: Estados Unidos, Brasil e América Latina no Golpe de 1964 Norberto O. Ferreras	75
Entre Brasil e Estados Unidos: a primeira etapa da coleção <i>Brazil's Popular Groups: 1966-1986</i> Rafaella Bettamio	99

<b>A relação da imprensa, da literatura e das artes com a censura</b>	<b>..... 123</b>
Modernidade tropical em conflito: relações étnico-raciais e censura cinematográfica na ditadura militar Pedro Lapera	125
O Golpe de 1964 e a(s) censura(s) aos livros Flamarion Maués	150
<b>A problemática metodológica dos 50 anos do golpe de 1964: entre a memória e a história</b>	<b>..... 165</b>
O Golpe de 1964 e a vida política no Brasil Luiz Costa Lima	167
A ditadura faz 50 anos: controvérsias Daniel Aarão Reis Filho	178

# Introdução

Rafaella Bettamio<sup>[1]</sup>

Esta coletânea reúne alguns dos estudos apresentados no seminário “Golpe de 1964, 50 anos: Debates na Biblioteca Nacional”, realizado em março de 2014 como efeito do engajamento da Biblioteca Nacional nas intensas reflexões suscitadas pelos 50 anos do golpe civil-militar de 1964. Como, ainda hoje, são muitos os reflexos do regime ditatorial na sociedade brasileira, a presente obra visa contribuir para que importantes questões e abordagens do período estimulem novas pesquisas, de modo a iluminar aspectos significativos daquele passado e criar, assim, melhores condições para a interpretação e a atuação dos sujeitos no presente.

Ainda dolorosas e objeto de disputa social e política, as memórias relacionadas à ditadura são, por vezes, evocadas na esfera pública de forma antagônica. Não por acaso, serviram às investigações travadas por comissões da verdade nacional, estaduais e municipais; da mesma forma, são cada vez mais utilizadas como fontes de informação e objeto de estudo em pesquisas, eventos e publicações organizadas por universidades e instituições de memória, e também pela mídia. Nesse movimento de desvendar e analisar esse doloroso e controverso passado presente, a Biblioteca Nacional vem se inserindo nos debates em torno dos cinquenta anos, disponibilizando fontes digitais e estimulando pesquisas afeitas ao

---

1. Pesquisadora da Coordenação de Pesquisa do Centro de Pesquisa e Editoração da Fundação Biblioteca Nacional. Doutora em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/ FGV) com estágio pós-doutoral junto ao Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) e ao Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT), ambos vinculados à Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Organizadora do seminário e deste volume.



tema, cujos resultados parciais e finais foram apresentados no seminário promovido pela instituição em 2014 e estão aqui publicados.

As lutas em torno da memória, os movimentos de resistência, a censura, as colaborações internacionais e a produção historiográfica sobre o período ditatorial são alguns dos temas abordados nos capítulos apresentados nesta coletânea e que podem ser encontrados entre os livros, periódicos, documentos iconográficos e manuscritos que compõem o acervo da instituição. Por meio desse conjunto bibliográfico e documental e da produção de pesquisas institucionais, a Biblioteca Nacional vem promovendo novas reflexões e contribuindo para a diversidade temática e o aprofundamento de análises travadas sobre a ditadura civil-militar vivida no Brasil no período de 1964 a 1985 e suas relações com o presente.

“Somos contemporâneos somente até o ponto em que chega a nossa compreensão”, afirmou Hannah Arendt em *A dignidade da política* <sup>[2]</sup>. Para sermos do nosso próprio tempo, precisamos percorrer a “trilha do pensamento”, a qual, segundo Walter Benjamin, é sempre um encontro marcado de cada geração do presente com gerações passadas e futuras. É por meio da tarefa de se construir o presente que o futuro e o passado aparecem como forças temporais autênticas, pois, de acordo com Benjamin, “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras” <sup>[3]</sup>. Na demanda do presente de conhecermos a nós mesmos, à nossa geração e à nossa sociedade é que reside a necessidade de rememorar e analisar o passado ditatorial brasileiro para que os resquícios totalitários daquele tempo, os chamados “entulhos autoritários”, ainda presentes na sociedade brasileira, sejam identificados e superados no futuro.

---

2. ARENDT, Hanna. *A dignidade da política*. ABRANCHES, Antônio (org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 53.

3. BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. v. I: Magia e técnica, arte e política. ROUANET, Sérgio Paulo (trad.). São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 229.

É na emergência de analisar as quase intrínsecas ligações de nosso presente com o passado ditatorial que convergem as reflexões aqui expostas. É também nessa chave que Dulce Pandolfi constrói o seu texto “O passado do presente”, o qual baseou a conferência inaugural do seminário sobre a efeméride dos 50 anos do golpe de 1964 na Biblioteca Nacional e, portanto, abre as páginas desta coletânea. Mais do que refletir sobre o passado, a proposta de seu artigo é discuti-lo no e a partir do presente. Dulce decide olhar para si mesma (no duplo papel de historiadora e ex-prisioneira política) e, ao mesmo tempo, para o Brasil (hoje uma democracia legalmente constituída) para analisar como ambos lidam com as marcas da ditadura. Centra-se, assim, em situações comuns às duas trajetórias, a tortura e a anistia, abordando, a partir delas, as superações e continuidades daquele passado no presente.

Na seção “A imprensa alternativa na ditadura militar”, Bruno Brasil e Hugo Bellucco abordam o mesmo tema por diferentes perspectivas.

Bruno Brasil, em “Resistência no papel: um panorama da imprensa de oposição à ditadura civil-militar no Brasil”, constrói um interessante e abrangente quadro analítico sobre a imprensa de resistência à ditadura. A imprensa de resistência é o objeto central de seu estudo, que ele qualifica como um conjunto de órgãos de informação não vinculados às grandes empresas de mídia, estando, em muitos casos, “relacionados com movimentos e correntes políticas de esquerda e/ou com ideologias libertárias e contestadoras, no sentido de traduzir e repensar não só a política, mas os costumes, a linguagem, o comportamento, a sexualidade, a mente, a arte, a saúde, a espiritualidade, a intelectualidade”.

Já Hugo Bellucco, em “O circuito da imprensa alternativa na década de 1970: jornalismo, cultura e política”, cria um panorama da experiência relativamente fragmentada do que, no contexto da ditadura, se convencionou chamar de imprensa alternativa, nanica ou marginal. Concentra sua análise na trajetória desse fenômeno, reconhecidamente histórico, assumindo que o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e o ano 1968

foram um divisor de águas para a imprensa alternativa, a qual, por isso deve ser dividida em duas fases: a anterior ao AI-5, entre 1964 e 1968, e a pós-1968.

Na seção seguinte, intitulada “As relações entre os Estados Unidos e as ditaduras militares no Cone Sul”, Norberto O. Ferreras, em “Encontros e desencontros com a história do continente: Estados Unidos, Brasil e América Latina no Golpe de 1964”, apresenta um panorama das relações entre os Estados Unidos, a América Latina e o Brasil do século XIX até o pós-Golpe de 1964. Em abordagem peculiar, o autor trata o golpe civil-militar no Brasil, considerando a historicidade do período e particularidades regionais da América Latina. Além da situação mundial do pós-guerra, Ferreras destaca tanto o processo de crise e crítica aos poderes estabelecidos nos países latino-americanos quanto as especificidades das relações dos Estados Unidos com o Brasil e os demais países da América Latina. Revela, então, uma série de práticas e protocolos de comportamento internos ao hemisfério e iniciados ainda no século XIX, o que contraria a hipótese de uma intervenção dos Estados Unidos no Brasil para depor o presidente João Goulart caso não ocorresse o Golpe ou houvesse forte resistência.

“Entre Brasil e Estados Unidos: a primeira etapa da coleção *Brazil's Popular Groups: 1966-1986*”, de minha autoria, apresenta uma análise — ainda em andamento no momento da produção do artigo — sobre a primeira parte da coleção homônima. A BPG é uma coleção microfilmada que reúne vasto conjunto de documentos produzidos por organizações relacionadas a grupos populares do Brasil de 1966 a 1986, selecionados e organizados pelo escritório de representação da Biblioteca do Congresso norte-americano no Rio de Janeiro. O artigo se concentra na primeira parte da BPG (1966-1986) a fim de compreender os reais interesses que moveram um órgão diretamente ligado ao Congresso norte-americano a se tornar organizador e, por conseguinte, colecionador de vasto conjunto de publicações efêmeras relacionadas a movimentos sociais do Brasil, tendo em vista o cenário

econômico e geopolítico geral dos tempos da Guerra Fria e de ditadura civil-militar no Brasil.

Abrindo a seção “A relação da imprensa, da literatura e das artes com a censura”, Pedro Lapera, em “Modernidade tropical em conflito: relações étnico-raciais e censura cinematográfica na ditadura militar”, por caminho ainda pouco explorado, analisa a atuação do aparato de censura no processo de classificação, liberação ou interdição de filmes produzidos nos anos 1960 e 1970 que, direta ou indiretamente, tratavam de relações étnico-raciais. A partir da formulação de que os governos militares à frente da ditadura haviam adotado a doutrina do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, o autor demonstra o alto grau da dificuldade encontrada pelo regime em lidar com narrativas que retratassem conflitos e questões relativas à inserção de identidades étnico-raciais no espaço político e social.

“O Golpe de 1964 e a(s) censura(s) aos livros”, de Flamarion Maués, parte da percepção de que a ditadura implantada no Brasil em 1964 sustentava-se na “cultura do medo”, fomentada pela censura e pela tortura. Com base nesse entendimento, distingue dois momentos da atividade censória a livros durante a ditadura no Brasil: o primeiro, no imediato pós-1964, quando inexistia um sistema único de censura; e o outro, no pós-AI-5, a partir de 1968, quando a atividade passou a ser centralizada pelo governo federal. Tendo em vista esses dois momentos, Maués pondera que é necessário considerar as diversas formas pelas quais essa censura era aplicada, inclusive aquelas que, por conta da “cultura do medo”, levavam à autocensura. Alarga, assim, o escopo do que é formalmente considerado como atividade censória, considerando, por exemplo, o fechamento forçado de editoras, o recolhimento de obras em livrarias, a perseguição a editores, os problemas financeiros, entre outras situações, o que lhe permite traçar um panorama completo da censura a livros durante a ditadura.

Luiz Costa Lima e Daniel Aarão Reis Filho encerram a presente coletânea tratando de uma questão essencial para todos aqueles que

pesquisam e/ou convivem com as memórias dos duros anos de ditadura civil-militar: “A problemática metodológica dos 50 anos do Golpe de 1964: entre a memória e a história”.

Professor emérito da PUC-Rio, Luiz Costa Lima vivenciou e sofreu profissionalmente a violenta arbitrariedade do período ditatorial. O capítulo de sua autoria, “O Golpe de 1964 e a vida política no Brasil”, funda-se em dois pontos cruciais para a compreensão do Golpe, da ditadura e da forma como lidamos com ambos no presente: a “cultura” e a “reflexão”. Por meio desses dois eixos, o autor encara o Golpe de 1964 como parte de um panorama político, ideológico e econômico que vinha compondo a história desde a Revolução de 1930. Desconstrói, assim, a percepção norteada por “instituições mediáticas” que tratam o Golpe como um fato com consequências pontuais, sem antecedentes e continuidades.

Por fim, Daniel Aarão Reis Filho, professor titular de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense (UFF), que, à época do Golpe, participou ativamente do movimento estudantil, aderindo, em seguida, à luta armada contra a ditadura, apresenta um balanço das questões marcantes para a reflexão acadêmica acerca do tema em “A ditadura faz 50 anos: controvérsias”. Inicialmente, chama a atenção para como o duplo caráter, civil e militar, da ditadura vem sendo abordado na academia para, então, destacar a importância de se distanciar de abstrações conceituais e se concentrar na forma como a ditadura foi de fato elaborada e concretizada. Segundo Daniel, não obstante o avanço das pesquisas sobre o tema, ainda persiste a necessidade de se traçar a gênese do regime ditatorial, com destaque para o fato de suas raízes terem se firmado às vésperas do Golpe. Com relação às diversas fases da ditadura e à transição democrática, ressalta a necessidade de se conhecer melhor os fundamentos e as condições das mudanças registradas ao longo da trajetória ditatorial, com destaque para os órgãos repressivos e seus mecanismos internos, e a relevância de se aprofundar os estudos sobre o processo pelo qual o fim da ditadura foi negociado. Encerra o artigo e a coletânea atribuindo destaque e importância à efeméride dos 50 anos

do Golpe para fortalecer a reflexão sobre as práticas violentas ampliadas pela e herdadas da ditadura, uma vez que tais práticas caracterizam a história autoritária de nossa República.

Esta coletânea pretende incitar os leitores ao diálogo e à reflexão sobre o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura por ele inaugurada, jogando luz sobre as suas sombras do presente. Mais “escondidas” em 2014, nos 50 anos do golpe, momento em que os autores participaram do evento na Biblioteca Nacional que deu origem aos artigos aqui apresentados, hoje, em 2024, na “descomemoração” dos 60 anos do mesmo golpe, aquelas sombras seguem ainda mais vívidas e claras, apesar de temporalmente mais distantes.

Nos dez anos que separam as duas efemérides, nós, das Humanidades, avançamos bastante nas pesquisas sobre o tema, sem dúvida. A ressonância dessa produção acadêmica, porém, não teve o êxito sociopolítico esperado; antes o contrário. É esse, inclusive, o real motivo da presente obra vir a público somente agora, após ter sido “congelada” por anos. As forças de 1964, entretanto, ainda estão à espreita, travestidas por vestes semelhantes, tendo se mostrado publicamente há pouco, na tentativa frustrada do golpe do dia 8 de janeiro de 2023.

Esperamos que esta publicação contribua para que mais pessoas se conscientizem da abrangência dos horrores da ditadura a fim de que, um dia, extirpar de vez das esferas político-sociais a constante ameaça de retorno desse passado sombrio não seja mais um sonho distante.

# O passado do presente

Dulce Chaves Pandolfi<sup>[1]</sup>

Para mim, é uma grande honra e um enorme desafio fazer a conferência inaugural do seminário “Golpe de 1964, 50 anos”, organizado pela Biblioteca Nacional. Fui convidada para falar sobre como o Brasil de hoje lida com seu passado ditatorial com base em minha experiência como historiadora e, ao mesmo tempo, vítima do Estado repressor implantado pela ditadura civil-militar iniciada em 1964.<sup>[2]</sup>

É exatamente desse duplo lugar que pretendo fazer algumas reflexões e expor algumas de minhas angústias, dilemas e perplexidades sobre como, hoje, eu e o Brasil lidamos com o passado ditatorial.

Como historiadora, sei que, para fazer história, o historiador precisa se separar do testemunho. Sei também dos riscos que corremos quando, em vez de deciframos a memória e a usarmos como fonte de nossas pesquisas, tentamos substituir a história pela memória. Por isso, ao falar desse duplo lugar, tentada pela memória e desafiada pela história, certamente vou correr alguns riscos.

Esclarecido o lugar de minha fala, é preciso explicar o que vou falar. O título desta conferência é “O passado do presente”. Falar sobre o passado, sobretudo sobre o chamado passado sensível, não é tarefa fácil. Para quem foi “vítima”, “sobrevivente” desse passado, a tarefa se torna ainda mais difícil.

- 
1. Pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Doutora em História.
  2. Essa palestra foi proferida na Biblioteca Nacional em 2014. Alguns pequenos trechos dessa palestra estão no meu artigo “Lembrar para que nunca mais aconteça” publicado no livro *Um novo tempo: 60 anos do golpe, 45 anos da anistia*, organizado por Daniel Souza, Gylmar Chaves, Paulo Abrão. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

A relação entre passado, presente e futuro é complexa e, desde os tempos mais remotos, tem sido objeto de preocupação de filósofos e historiadores. Sabemos que cada presente *ressignifica* tanto o passado quanto o futuro; ou seja, é com base nas experiências do presente e nas expectativas do futuro que o passado é reconstruído. É por isso que a memória, diferentemente do que pensa o senso comum, não é apenas passado: ela é presente e futuro, e, como muitas são as reconstruções do passado, muitas são as memórias que disputam um mesmo passado. Assim, do mesmo modo que existe uma constante tensão entre passado, presente e futuro, existe, dito de outro modo, uma relação tensionada entre as lembranças do passado, as experiências ou vivências do presente e as expectativas do futuro.

Se muitas são as memórias, as experiências e as expectativas, qual “presente do passado” devo escolher para tematizar aqui? Qual é a minha memória e quais são as memórias que estão em disputa sobre o regime militar? A partir desse passado, qual é o presente e qual é o futuro que queremos para o país? Qual minha expectativa diante de meu passado, diante de minhas experiências?

Sem pretender fazer uma exposição exaustiva e linear do regime instalado no Brasil com o Golpe de 1964, buscarei aqui entrelaçar a memória e a história; ou seja, farei algumas considerações sobre o período, priorizando marcos e aspectos que considero importantes, sociológica e pessoalmente, e que podem ajudar a pensar o Brasil de hoje. Entre as questões selecionadas, escolhi duas que estão diretamente relacionadas: tortura e anistia.

Sem dúvida, de todas as minhas lembranças sobre o período ditatorial, a mais forte é minha experiência com a tortura. Sobre as minhas torturas, falei no depoimento público que dei à Comissão da Verdade em abril do ano passado. Mas, apesar do muito que já disse, continuo sendo solicitada a falar sobre elas. A cada solicitação, surgem novas lembranças e novas dores. Às vezes, tenho a sensação de que essa é uma história sem fim. É como se a ponta de um novelo de linha, de dimensão quase



infinita, apenas tivesse começado a ser desatada. Passados mais de 40 anos, o passado e o presente nunca estiveram tão próximos.

Sobre a minha anistia, apenas gostaria de registrar o quanto foi emocionante quando, em uma sessão solene realizada em junho de 2008 no Ministério da Justiça, em Brasília, recebi do Estado brasileiro um pedido de perdão por todas as atrocidades que o próprio Estado brasileiro havia cometido contra mim.

O que mais interessa discutir aqui, contudo, é como se chegou à Lei de Anistia e qual seu sentido para a sociedade brasileira. Qual a diferença entre perdão e esquecimento? Por que, diferentemente de outros países da América Latina, o Brasil não julgou criminalmente seus torturadores? É possível sermos um país mais justo e democrático se esquecermos nosso passado ditatorial? Por que a tortura, que existe desde os tempos mais remotos e que não foi uma invenção da ditadura, continua sendo utilizada até os dias de hoje em nosso país, onde vigora um regime democrático, ainda que com muitas imperfeições? Não é por acaso que tortura e anistia estão na ordem do dia. Dois acontecimentos recentes, talvez exemplares, podem ajudar na reflexão que estou tentando fazer aqui sobre passado e presente.

Em primeiro lugar, remeto ao depoimento do coronel Paulo Malhães<sup>[3]</sup> à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, publicado, em parte, no jornal *O Globo* do dia 16 de março de 2014. Ao assumir a responsabilidade pelo desaparecimento do então deputado federal Rubens Paiva, preso em sua

---

3. No dia 25 de abril de 2014, cerca de um mês depois da fala de Dulce no seminário “Golpe de 1964, 50 anos: debates na Biblioteca Nacional”, o tenente-coronel reformado Paulo Malhães foi encontrado morto por asfixia em sua casa em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, de onde, segundo a polícia, nove armas, 700 reais em dinheiro, joias de pouco valor, talheres, dois computadores e dois discos rígidos de computador foram levados. Na época da notícia, integrantes da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro acreditavam que o caso poderia ser fruto de “queima de arquivo”, porém, após investigação da Divisão de Homicídios da Baixada Fluminense, o caseiro foi preso e o crime qualificado pela Polícia Civil como “assassinato motivado por intenção de roubo” (nota da organizadora).

## heranças e reflexões

residência no Rio de Janeiro em janeiro de 1971 e cujo corpo até hoje não foi encontrado, o torturador Paulo Malhões, de forma didática, explicou por que, no período da ditadura, era melhor desaparecer com os inimigos do que simplesmente matá-los. Disse ele:

O desaparecimento é mais importante do que a morte porque causa incerteza no inimigo. Quando um companheiro morre, o guerrilheiro lamenta, mas acaba esquecendo. Não é como o desaparecimento, que gera uma expectativa eterna.

E prossegue:

Nada fiz além de cumprir meu dever. Se precisasse, faria tudo de novo [...]. Foi tudo racionalizado. Se precisar novamente, estou preparado. Tenho 76 anos, mas ainda posso dar instrução aos mais jovens (Otávio, 2014, p. 3).

Qual é o sentimento que essa fala do torturador Paulo Malhões produz em todos nós, perseguidos pela ditadura, e nos familiares, não só de Rubens Paiva, mas de todos os desaparecidos do país? Por que é possível Paulo Malhões falar com tamanha naturalidade e audácia sobre crimes considerados de lesa-humanidade e ainda afirmar que, se preciso, faria tudo de novo? Esse torturador não deveria ser processado e julgado pelos crimes que cometeu? O Estado brasileiro o anistiou? Enfim, qual o impacto que esse e outros depoimentos similares produzirão na sociedade brasileira?

Em segundo lugar, remeto a outro caso também recente e igualmente “estranhador, nefando, inominável, infame” – como bem descreveu José Miguel Wisnik em sua forte e bela crônica “O arrastão: o porta-malas que escancarou uma realidade acostumada a existir na sombra”, publicada no jornal *O Globo* do dia 22 de março de 2014: o de Claudia Silva Ferreira, baleada no morro da Congonha, no Rio de Janeiro, em circunstâncias ainda não esclarecidas. Jogada como carga no porta-malas de um carro

policial a pretexto de ser atendida, Claudia foi “arrastada à morte, a céu aberto, pelo asfalto no Rio”. Prossegue Wisnik:

É uma imagem verdadeiramente surreal, não porque esteja fora da realidade, mas porque destampa [...] uma cena recalcada da consciência nacional, com tudo o que tem de violência naturalizada e corriqueira, tratamento degradante dado aos pobres, estupidez elevada ao cúmulo, ignorância bruta transformada em trapalhada transcendental, além de um índice grotesco de métodos de camuflagem e desaparecimento das pessoas.

Como disse a filha de Claudia em entrevista a uma emissora de televisão, “nem cachorro mereceria o tratamento que deram para minha mãe”. Nunca é demais lembrar que um dos policiais que continuava fazendo seu trabalho de rotina, e que deu a Claudia um “tratamento que nem um cachorro merece”, já tinha anotada em sua ficha profissional a responsabilidade pela morte de 13 pessoas.

Esses dois casos são reveladores do Brasil de hoje e se tornam um bom prólogo para tecer algumas considerações sobre o presente do passado.

Sabemos que o regime implantado com o Golpe de 1964, que destituiu João Goulart da Presidência da República, teve várias facetas e muitas especificidades. Até hoje, vencidos e vencedores disputam a memória sobre o ocorrido. A disputa começa pelo nome: aquilo foi um golpe, uma revolução ou uma contrarrevolução?

Um divisor de águas na história do país, o Golpe de 1964 também foi um divisor de águas em minha vida. Em Recife, Pernambuco, minha terra natal, eu, aos 14 anos de idade, era uma entusiasta do governo Jango. Pernambuco era, no pré-1964, talvez o estado mais comprometido com as tais reformas de base que tanto me fascinavam. Miguel Arraes, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Pelópidas Silveira, Paulo Freire, as Ligas Camponesas, a reforma agrária, o Movimento de Cultura Popular, a Campanha de Alfabetização de Adultos povoavam minha imaginação.

Minha casa era um local de muitos debates. Meu pai fazia parte de um grupo que se reunia nos finais de semana para discutir arte, literatura, filosofia e política.<sup>[4]</sup> Mesmo sem entender muito, eu ficava fascinada com aquelas conversas. Minha mãe, apesar de neta e filha de senhor de engenho, era de uma solidariedade só. Costumava dizer que a principal função do dinheiro era ajudar os mais necessitados.<sup>[5]</sup>

Nos dias que antecederam o Golpe, o clima era visivelmente tenso; mas, para mim, tudo parecia muito sólido. Por isso, no dia do Golpe, meu mundo caiu. Toda aquela aparente solidez rapidamente se desmanchou no ar.

Lembro-me do corre-corre, dos livros queimados, dos estudantes baleados, do líder comunista Gregório Bezerra com uma corda no pescoço, arrastado pelas ruas do meu bairro em um jipe do Exército brasileiro conduzido pelo coronel Villocq Viana, um dos comandantes da 7ª Região Militar. Gregório recebeu dos militares “um tratamento que nem um cachorro merece”.

Logo depois do Golpe, muitas eram as notícias sobre torturas e desaparecimentos de inúmeros trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco, inimigos mortais do regime militar, em função da projeção política que haviam conquistado no governo Jango, que tinha como uma de suas principais bandeiras a reforma agrária. Sobre esses trabalhadores até hoje pouco se sabe. Em 1964, muitos deles não tinham nem documento. Embora fossem atores importantes do processo, eram pré-cidadãos.

De fato, o Golpe pegou quase todo mundo de surpresa. Lembro-me também da véspera. Nós éramos vizinhos e amigos do então prefeito de

---

4. Nos anos 1950, esse grupo de intelectuais criou, em Pernambuco, O Gráfico Amador, objeto de alguns estudos recentes.

5. Pelo lado materno, minha família era bem dividida. Chocada, ouvi, no pré-1964, uma pessoa de minha família dizer, em tom de preocupação, que em breve os trabalhadores de sua usina não iriam mais querer trabalhar. Afinal, com o aumento salarial que haviam conseguido em 1963 depois de uma greve memorável ocorrida na Zona da Mata de Pernambuco, todos haviam conseguido adquirir rádio de pilha, uma grande novidade tecnológica nos anos 1960.

Recife, Pelópidas Silveira, e, no dia 31 de março de 1964, antes de irmos para o colégio, meu pai, preocupado com o clima político, teve uma rápida conversa com Pelópidas no portão da casa dele. Ele nos tranquilizou. Sabia que o comandante do IV Exército, Justino Alves Bastos, estava do nosso lado. No dia seguinte, tanto Pelópidas quanto Arraes foram presos e depostos dos cargos de prefeito e governador.

Só anos mais tarde entendi o porquê daquele otimismo. Segundo as análises do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que na época era uma força política importante, havia no Brasil uma contradição principal entre, de um lado, as forças do atraso, representadas pelo latifúndio e apoiadas pelo imperialismo, e, de outro, a tal burguesia nacional, apoiada por setores da classe média e pelos trabalhadores, que, juntos, acreditavam que ajudariam o Brasil a sair do estágio pré-capitalista e a se tornar um país capitalista. Completando o quadro, avaliava-se que setores expressivos das Forças Armadas, por pertencerem à média ou à pequena burguesia, também estavam do lado do progresso e, portanto, alinhadas a Jango.

Talvez por isso, o dirigente comunista Gregório Bezerra, no dia 1º de abril de 1964, ao chegar perto da sede do governo de Pernambuco em busca de apoio para tentar barrar o Golpe que estava em curso e ver a sede toda cercada por policiais, escreveu: “Fiquei animado, vendo muitos soldados da Polícia Militar limpando e lubrificando fuzis e metralhadoras. Pensei que estavam preparando-se para resistir aos golpistas!” (Bezerra, 1979, p. 190).

Poucas horas depois, Gregório, preso e torturado, estava sendo exibido publicamente pelos militares como uma espécie de troféu de guerra. Aquela exposição pública de Gregório parecia querer demonstrar não só que eles, os militares, tinham vencido a guerra, mas também que o tratamento dos inimigos, no pós-guerra, seria pesado.

Ao longo do período ditatorial, a despeito de a intensidade, a modalidade e até mesmo a visibilidade terem variado, a tortura, a morte e o desaparecimento de corpos foram práticas adotadas pelo regime como política de Estado.

Por isso, no depoimento que dei à Comissão da Verdade, acusei os ex-presidentes da República Humberto Castello Branco, Artur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. A despeito das divergências entre eles e das diferentes conjunturas em que chefiaram o país, todos, sem exceção, foram coniventes com a tortura e por ela responsáveis.

A questão que fica, no entanto, é: qual é a memória que a sociedade brasileira construiu sobre a ditadura e, mais particularmente, sobre a tortura? Sem dúvida, há uma disputa de memórias. Ainda que de forma esquemática, gostaria de mencionar duas. De um lado, apesar das diferenças, nossa visão, a visão dos militantes perseguidos pela ditadura militar. Do outro lado, a visão dos militares e de seus aliados civis, considerando também suas diferenças. Esta última, infelizmente, ainda é bastante cristalizada em nossa sociedade.

Para os militares e seus aliados civis, os militantes eram e continuam sendo qualificados como “terroristas”. Muitos negavam a existência de “presos políticos”. Os que admitiam a tortura, diziam que houve “excessos” cometidos por alguns poucos que haviam se desviado do curso do processo revolucionário iniciado em 1964. Alguns de nós, por meio de relatos autobiográficos, filmes, livros e, sobretudo, de organizações que foram sendo criadas, como o Grupo Tortura Nunca Mais, buscavam (e continuam buscando) reafirmar a existência da prática de tortura e exigir responsabilidade do Estado pelos crimes cometidos. Outros de nós apelavam para o esquecimento. Certamente, os menos jovens se lembram da famosa frase do ex-presidente João Figueiredo que, ao deixar a presidência, em 1985, disse: “Esqueçam de mim!”<sup>6</sup>.

A natureza do regime e sua periodicidade também têm sido objeto de disputa de memória, assim como objeto de estudo e de disputa entre os diversos especialistas no tema. Embora aqui não seja o lugar para aprofundar a polêmica com muitos colegas historiadores sobre a definição do

---

6. Sobre as disputas da memória no período, ver: Reis Filho (2005).

regime ou sobre sua temporalidade (questões, aliás, que certamente serão debatidas em outras sessões deste seminário), trata-se, para mim, de uma ditadura militar que recebeu apoio de setores civis e que, a despeito de suas diferentes fases, vigorou de 1964 até 1985. Como disse um de meus gurus, Betinho (o sociólogo Herbert de Souza), na série *Caminhos da democracia*, especialmente formatada pela equipe do Canal Imaginário para a televisão,

[...] a ditadura militar brasileira era militar, era ditadura, mas tinha períodos. Cada general tinha seu turno. Havia uma formalidade, que era uma coisa simbólica: a ditadura escolhia o presidente, mas queria que o Congresso ratificasse a decisão do que era feito pelo Comando Militar (Souza, 2009, p. 101).

Ainda que formalmente e de maneira bastante limitada, a ditadura brasileira implantada em 1964, diferente de outras experiências ditatoriais, conservou alguns instrumentos da liberal-democracia, como partidos e eleições. Os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, continuaram existindo, mas subjugados ao poder maior, o chamado “poder revolucionário”. Hoje, diferentemente do que pensávamos, graças a estudos de muitos colegas, sabemos que os militares não eram burros, tiveram apoio de importantes setores civis e muitas foram as divergências entre eles. De fato, cada turno teve suas especificidades. Um turno foi diferente do outro.

Entre os marcos importantes do regime, sem dúvida está o Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, no turno do general Costa e Silva, sucessor de Castello Branco. Esse também foi um marco em minha vida, um marco na famosa geração de 1968. O ano 1968 foi muito longo, muito intenso e, ao mesmo tempo, muito breve.

Em 1967, entrei no curso de Ciências Sociais, destino quase natural para quem queria transformar o Brasil e o mundo, na época. De imediato, passei a atuar de corpo e alma no movimento estudantil. Naquele momento, o movimento estudantil tinha um papel-chave na luta contra a ditadura. Em

1968, depois de ter passado pela representação de turma, pelo diretório da faculdade, acabei eleita para o Diretório Central dos Estudantes. Naquele momento, as “passagens” eram muito rápidas. Foi nesse mesmo ano que ingressei na Ação Libertadora Nacional (ALN), cujo dirigente principal era Carlos Marighella, posteriormente assassinado pela ditadura.

Com o endurecimento do regime, o movimento estudantil entrou em refluxo. Muitos de nós radicalizamos nossas formas de luta. Queríamos derrubar a ditadura a todo custo e ingressamos em organizações que defendiam a luta armada. Era o caso da ALN, formada a partir de um “racha” do PCB. Para nós, o PCB, com sua crença na tal burguesia nacional e na defesa do caminho pacífico para derrubar a ditadura, havia perdido o rumo da história.

Estudar também havia perdido sentido para mim. A luta agora era outra. Pouco tempo depois, estávamos sendo caçados pela repressão, tendo de viver na clandestinidade. Era um caminho sem volta. O medo de ser presa e torturada era grande, mas a certeza da vitória final era maior.

Em agosto de 1970, fui presa e levada para um quartel da Polícia do Exército, conhecida como PE, situado na rua Barão de Mesquita, nº 425, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Era naquele quartel que funcionava o DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna). Embora houvesse diversos centros clandestinos de tortura, como a “Casa da Morte”, em Petrópolis, muitos de nós fomos torturados nas dependências oficiais do Exército brasileiro, e não em “porões” da ditadura. Quando fui presa, o turno era o do general Médici, período conhecido como “os anos de chumbo”, expressão também controversa.

De meu passado no quartel da PE, embora muito presente, nem sempre dá para lembrar. Como o silêncio e o esquecimento também fazem parte da memória, lembrarei aqui apenas dois fatos. O primeiro, talvez estimulada pelo dever de memória, no qual assumo o papel de testemunha (e menos o de memorialista ou de historiadora), diz respeito a meu encontro, em uma daquelas madrugadas, com Bacuri, Eduardo



Leite, militante também da ALN. Nós dois totalmente estropiados. Em absoluto silêncio, tendo como pano de fundo os gritos dos torturadores, trocamos olhares de cumplicidade, quase um pedido de socorro mútuo. Não sei quantas pessoas se encontraram com Bacuri antes de seu assassinato, que ocorreu em dezembro de 1970. Só sei que o ódio dos caras por ele era muito grande. Estavam indignados com os colegas do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), que o deixaram semimorto sem conseguir arrancar nada dele.

Minha outra lembrança é a de uma prostituta da Lapa de nome Laura. Ela ficou em minha cela por dois dias antes de ser solta. Recebi ordens expressas para conversar com ela e tentar diminuir a situação de “quase loucura” em que ela se encontrava. Laura havia conhecido, nas noites da Lapa, um uruguaio com quem deixou seu telefone para um possível segundo encontro. O uruguaio, provavelmente militante da Tupamaro, uma forte organização de combate à ditadura no Uruguai, foi preso com os contatos de Laura no bolso. Ela desconhecia totalmente nossos códigos. Literalmente em “estado de pânico”, me perguntava o tempo todo quem éramos, o que tínhamos feito de tão grave, o que era “ponto” e “aparelho”, o que significava terrorista, o que era o tal do comunismo. Muito machucada, Laura dizia que nunca podia imaginar que houvesse no mundo um inferno igual àquele. Nunca soube como e se Laura conseguiu sobreviver depois de ter estado naquele inferno.

Ao lado da brutalidade e da ilegalidade, o regime tinha também uma faceta legal. Foi por causa dessa faceta e de suas ambiguidades que eu, depois de presa durante um ano e quatro meses, sem ter sido julgada, tive, após uma tremenda batalha judicial, “relaxamento” de minha prisão preventiva, segundo expressão jurídica da época.

Embora com restrições e com vários processos correndo nas auditorias militares, consegui, aos poucos, retomar minha vida. Em 1973, ainda vivendo os “anos de chumbo”, retomei meus estudos na Universidade Federal Fluminense (UFF), que haviam sido interrompidos em Pernambuco, em 1969.

Na UFF, ninguém sabia de minha história. Embora com uma vida legal, eu me sentia vivendo uma espécie de semi-clandestinidade. De vez em quando, no momento em que ia ser julgada ou quando a situação ficava mais tensa, eu dava um sumiço. Foi na UFF, com outros colegas de outras universidades do Rio de Janeiro, que ajudamos a criar o Centro de Estudos Noel Nutels. O Centro era uma espécie de refúgio intelectual para extravasar nossa militância reprimida. Além de cursos, seminários e da criação de uma revista, a *Contraponto*, discutíamos questões relativas à conjuntura internacional e nacional. Vivi na UFF quase uma “revolução cultural”. Era como se tivesse aterrissado em outro planeta.

Foi em meados da década de 1970 que a luta pela anistia, apesar de pautada desde os primeiros momentos de implantação do regime, ganhou maior densidade. Em 1973, Ulisses Guimarães lançou-se candidato à Presidência da República. Ulisses era, na época, presidente da única agremiação partidária oposicionista consentida pela ditadura, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que se contrapunha à Aliança Renovadora Nacional (Arena) no Congresso Nacional, que dava sustentação ao regime militar no Poder Legislativo. Sabendo que a disputa era um jogo de cartas marcadas, Ulisses declarou-se o “anticandidato”. Em uma campanha simbólica, percorreu o país de norte a sul, levantando a bandeira da anistia e denunciando os crimes da ditadura. A eleição presidencial por meio do Colégio Eleitoral foi realizada em janeiro de 1974 e, conforme previsto, o general Ernesto Geisel saiu vitorioso; não por acaso, porém, nas eleições parlamentares de outubro daquele ano, o MDB obteve uma consagrada vitória sobre a Arena. Essa vitória sinalizava para muitos setores da sociedade a importância de utilizar os canais institucionais para desestabilizar o regime. Conforme expressão da época, ficou a percepção de que se devia “comer a ditadura pelas beiradas”.

Geisel, articulador do projeto de distensão lenta, segura e gradual do regime, fazia todos os tipos de manobra para não perder o controle da situação e enfraquecer as oposições que vinham crescendo. A repressão

investiu brutalmente contra os partidos de esquerda clandestinos que haviam sobrevivido aos “anos de chumbo”, ainda que parcialmente. Afinal, as demais organizações que, depois do Golpe, sobretudo depois de 1968, haviam optado pela luta armada estavam praticamente destroçadas. Foi no turno de Geisel que vários militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e da Ação Popular (AP) foram presos, torturados e assassinados.

O turno do general Geisel, o chamado “turno da distensão”, foi particularmente duro para mim. Companheiros muito próximos foram torturados naquele mesmo quartel onde eu havia sido torturada seis anos antes. Nesse momento, os presos eram colocados em pequenas caixas, sem luz, geladas, hermeticamente fechadas e com alternâncias de sons estridentes. A repressão havia se sofisticado.

Nesse torto e tortuoso processo de distensão do regime, a oposição crescia, e os movimentos sociais, entre eles, o da anistia, começavam a explodir em muitos lugares.

Nessa cruzada oposicionista em torno das liberdades democráticas e da bandeira da anistia, o assassinato de Vladimir Herzog, diretor da TV Cultura de São Paulo, ocorrido em 25 de outubro de 1975 em dependências militares, representou um marco. A versão oficial, divulgada nos jornais, inclusive por meio de fotos, era de que o jornalista havia se suicidado na cela 10 horas após sua prisão. O episódio gerou diversas mobilizações. Nesse mesmo ano, mães e mulheres de perseguidos políticos organizaram os Movimentos Femininos pela Anistia em diversos estados do país. O movimento se estendeu também para fora do Brasil, onde era grande o número de exilados.

Lembro também que fazíamos discussões infundáveis para saber se deveríamos votar ou não nos chamados candidatos progressistas do MDB para o Legislativo, o único lugar no qual havia eleições diretas. Foi em uma dessas reuniões, que ocorreu na casa de Fernando Gasparian, dono da editora Paz e Terra, que decidi me filiar ao MDB, passando então a ser minha nova trincheira na luta contra a ditadura.

## heranças e reflexões

Em 1978, foi criado, no Rio de Janeiro, o Comitê Brasileiro pela Anistia, o CBA, cuja palavra de ordem era “anistia ampla, geral e irrestrita”. Em pouco tempo, comitês foram se espalhando em outros estados, alguns se organizando por bairro, por categoria profissional etc.

A sede do CBA no Rio era no Flamengo, no prédio que hoje sedia o Colégio de Altos Estudos da UFRJ. As reuniões do CBA eram semanais e ali se encontravam, entre outros, ex-prisioneiros políticos e familiares de mortos e desaparecidos políticos, muitos deles em busca de alguma notícia.

No dia 28 de agosto de 1979, já no turno do general João Figueiredo – que, continuando o projeto de distensão, passou a chamá-lo de “abertura” – foi sancionada uma Lei da Anistia, depois de aprovada no Congresso. Como forma de pressão para conquistar uma anistia ampla, geral e irrestrita, os presos políticos haviam feito uma greve de fome que durou 32 dias e sensibilizou muitos setores da sociedade. O projeto aprovado, no entanto, não foi o nosso projeto. A anistia era concedida a todos os brasileiros, com exceção daqueles que tivessem cometido crimes de sangue. Segundo algumas leituras, a lei garantia o perdão aos “dois lados”: seja aos que combateram o regime militar, desde que não houvessem cometido crimes de sangue, seja aos que eram agentes da ditadura e que haviam praticado crimes de sangue, crimes hediondos, como torturas e assassinatos. Aquela anistia e essas leituras eram, portanto, totalmente incoerentes.

Tais interpretações da lei se tornaram possíveis porque ela concedia anistia aos crimes políticos e aos chamados “crimes conexos” a eles. A tortura, no entanto, não é e nunca foi crime político, nem um crime conexo a crime político. Como a ditadura não reconhecia a tortura, porém, a lei, obviamente, nada dizia sobre a tortura, e os agentes do Estado ficaram anistiados em função dos tais “crimes conexos”.

Ao contrário de outros casos na América Latina, no Brasil a anistia não foi concedida por regimes posteriores à queda dos governos militares, mas outorgada pelo regime ditatorial por meio de uma negociação com

a oposição. Por isso, muitos de nós avaliávamos que, mesmo limitada, aquela era a anistia possível.

Hoje, no Brasil, vivemos o que alguns autores chamam de “transição inconclusa”.<sup>[7]</sup> Ou seja, diferentemente de outros países, como a Argentina, onde houve um forte trauma diante da violência, no Brasil os passos ainda são tímidos para enfrentar as violações do passado, e a sensação de frustração diante da impunidade é grande.

O Brasil de hoje, ao mesmo tempo que é signatário de numerosas convenções internacionais que consideram a tortura crime imprescritível, é réu em ação movida pelo Centro de Justiça e Direito Internacional (Ceji) na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), acusado de proteger os responsáveis pela tortura, pelo assassinato e pelo desaparecimento de presos políticos durante a ditadura militar. Lembro ainda que, em nossa Constituição Federal de 1988, a prática de tortura é considerada crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Acho importante mencionar aqui duas pesquisas que sinalizam as dificuldades que o Brasil de hoje tem para lidar com estas questões: anistia e tortura.

A pesquisa sobre a anistia foi realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2012. Indagadas se tinham conhecimento da Lei de Anistia, 42,9% das pessoas admitiram que nunca haviam ouvido falar, e 31,9%, que tinham ouvido, mas não sabiam o que era. Apenas 24,3% sabiam. Dos 24,3% que sabiam, apenas 22,2% concordavam com a revisão e punição apenas para os agentes da repressão; 45% acreditavam que a punição à esquerda armada deveria ser incluída, e 32% não queriam qualquer investigação ou punição.

A outra é uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) em 2010, segundo a qual 50%

---

7. Sobre a transição inconclusa, ver Fico, Araujo e Grin (2012).

da população de II capitais concordavam, em parte ou totalmente, com o uso da tortura para obter provas contra suspeitos.

Esses dados são preocupantes. Ao mesmo tempo, o momento é propício para o avanço do debate. Nesse sentido, ainda que instalada tardiamente e apesar das dificuldades que enfrentou para se constituir e daquelas que continua enfrentando ao longo de suas investigações, a Comissão Nacional da Verdade vem exercendo papel muito relevante.

Espero que não só os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, mas movimentos diversos, como seminários de pesquisa sobre o período ditatorial, a exemplo deste, organizado pela Biblioteca Nacional, e a firme atuação de entidades civis, como a Anistia Internacional, o Grupo Tortura Nunca Mais, a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos, bem como outros grupos que têm se organizado para enfrentar a precariedade dos direitos humanos no Brasil de hoje, somem seus esforços para tentar banir a tortura de nosso país e levar aos tribunais para julgamento os responsáveis por crimes contra a humanidade, crimes imprescritíveis, que foram e continuam sendo praticados por agentes do poder público, por representantes do Estado.

Finalizo esta conferência lembrando que, no Brasil de hoje, cidadãos e cidadãs, como Claudia Silva Ferreira, que apenas saiu de casa para cumprir a rotina de trabalho e garantir o sustento da família, continuam recebendo um tratamento semelhante ao que nós, presos durante o regime ditatorial, iniciado com o Golpe de 1964, recebemos do Estado brasileiro: “um tratamento que nem cachorro merece”.

## Referências

- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v. 2.
- FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (org.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

OTÁVIO, Chico. O corpo que “saiu” para o oceano. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 310, 16 mar. 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SOUZA, Herbert José de. Entrevista. In: JUNQUEIRA, Zilda Almeida (org.). *Caminhos da democracia*. Rio de Janeiro: Canal Imaginário, 2009.

WISNIK, José Miguel. O arrastão: o porta-malas que escancarou uma realidade acostumada a existir na sombra. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 mar. 2014.

**A IMPRENSA  
ALTERNATIVA NA  
DITADURA MILITAR**







# Resistência no papel: um panorama da imprensa de oposição à ditadura civil-militar no Brasil<sup>[1]</sup>

Bruno Brasil<sup>[2]</sup>

Era uma manhã ensolarada de novembro de 1975. Em um sobrado no bairro paulistano do Bixiga, Mylton Severiano, Palmério Dória e Hamilton Almeida Filho estavam prestes a fechar mais uma edição do jornal *Ex-*. Até o momento em que dois agentes da Polícia Federal entraram na casa, o trio não imaginava que o material com o qual trabalhavam, na verdade, nunca circularia. Muito porque, sucintamente, os policiais anunciaram que daquele momento em diante, se o jornal continuasse a circular, seria sob censura prévia, algo impensável para os editores de *Ex-*. Também disseram que estaria apreendida a edição especial *Extra: o melhor do Ex-*, e que os responsáveis pelo periódico, Mylton e Hamilton, deveriam comparecer à sede da Polícia Federal na rua Xavier de Toledo, no centro de São Paulo, para prestar esclarecimentos.

Era tácito que a visita dos policiais se devia ao que tinha sido publicado no número 16 de *Ex-*: a notícia, em primeira mão, e uma reportagem

- 
1. O presente texto foi publicado com algumas alterações e acrescido de uma lista dos periódicos de resistência ao regime presentes no acervo da Biblioteca Nacional, nos *Anais da Biblioteca Nacional* volume 140, 2020 [2022], p. 103-250.
  2. Técnico em documentação lotado na Coordenação de Pesquisa e pesquisador da Fundação Biblioteca Nacional. Jornalista com especialização em Comunicação e Imagem (PUC-Rio, 2008) e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

profunda sobre o assassinato do jornalista Vladimir Herzog nos porões da ditadura civil-militar<sup>[3]</sup> no Brasil (1964-1988).<sup>[4]</sup> Um “furo”, já que o assunto passou em branco pelo restante da imprensa brasileira. Quando publicado, o número esgotou sua tiragem inicial, de 30 mil exemplares, e também a segunda, de 20 mil. Em contrapartida, os raros anunciantes do jornal, por medo, passaram a cancelar seus anúncios, ao passo que leitores começaram a cancelar suas assinaturas.

O ano 1976 já havia iniciado quando, em uma tarde nublada, Mylton Severiano e Hamilton Almeida Filho compareceram à Polícia Federal. Entre alguns impropérios, ouviram certo coronel Barreto dizer: “Olhem, ou vocês param com isso, ou eu não respondo mais pela integridade física de vocês”. O exemplo havia sido dado justamente com Herzog. E, assim, *Ex-* deixou de ser publicado.

Trinta anos mais tarde, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) incluiria a reportagem de *Ex-* sobre o assassinato no livro *10 reportagens que abalaram a ditadura*, no qual o jornal era o único da “imprensa nanica”<sup>[5]</sup> a figurar ao lado de periódicos da chamada “grande imprensa”.

- 
3. Importante ressaltar que o sentido da expressão “civil-militar”, aqui, se dá conforme o autor que primeiro lançou mão da mesma, no tocante ao regime inaugurado à força no Brasil de 1964: René Armand Dreifuss. Segundo ele, o componente civil tanto do golpe quanto do regime não diziam respeito à sociedade civil em geral, mas a tecno-empresários interessados no rompimento do regime democrático, ou seja, uma elite situada numa tríplice aliança entre o capital multinacional, o capital nacional associado e dependente do mesmo e o capital de Estado (Alves, 2005, p. 21).
  4. Originalmente, este texto ainda considerava a data de 1985, amplamente aceita, como a de fechamento do regime. No entanto, debates mais recentes na historiografia nos tendem a considerar que, como o golpe de 1964 foi contra o regime constitucional de 1946, o mesmo só poderia ser extinto com a promulgação da Constituição de 1988. Até ela, havia juridicidade potencialmente balizadora de novos “surto revolucionários”, pois, mesmo com a eleição indireta de Tancredo Neves, em 1985, a possibilidade de evocação, por parte do governo, do Estado de Emergência e das chamadas Medidas de Emergência, eram salvaguardadas em vigor.
  5. O apelido decorria do formato pequeno adotado pela maioria das publicações similares,

Ser um veículo assim, independente e inconformado, tinha um preço: *Ex-* tinha distribuição pouco eficiente, muitas vezes dependente da venda de mão em mão. Os almoços de sua equipe normalmente eram sanduíches de mortadela no restaurante mais próximo, e o telefone de sua redação era o orelhão da esquina. Cada um dos jornalistas tinha uma quantidade limitada de fichas para telefonar, a não ser que o administrador do jornal acertasse no jôquei, ocasião em que liberava mais algum dinheiro.

Se é válida a máxima de Millôr Fernandes, de que “imprensa é oposição, o resto é armazém de secos e molhados”, é possível afirmar que a imprensa de resistência à ditadura civil-militar brasileira, da qual *Ex-* fazia parte, revelava um traço de legitimidade crucial. Em certos aspectos, foi ela (e não a grande imprensa, salvo exceções, já durante a redemocratização) que, naquele período, seguiu a tradição do primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense* (Londres, 1808), de Hipólito José da Costa, crítico à Coroa portuguesa no Brasil e editado, por essa e outras razões, no exílio. Foi essa “imprensa nanica” a descendente direta dos pasquins panfletários de crítica virulenta ao Primeiro Reinado e da imprensa operária e anarquista que circulou no Brasil entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX (Kucinski, 2003, p. 21).

Suas semelhanças com jornais como *O Debate* (Rio de Janeiro, 1917), editado por Adolpho Porto e Astrojildo Pereira em franca oposição ao governo de Wenceslau Brás (1914-1918), e mesmo com o rigor denunciativo atualmente encontrado na internet, sobretudo em blogues e em redes sociais, nos fazem crer que o jornalismo-ativismo, de combate político, não é um fenômeno datado. No debate sobre a violência policial no Brasil, o caso Herzog encontra ecos, por exemplo, nos casos de Amarildo Dias de Souza (2013), Cláudia Silva Ferreira (2014) e Genivaldo de Jesus Santos (2022). Paralelos da imprensa de resistência à ditadura com a imprensa

---

da precariedade de seus modelos de produção e da “insolência infantil” de suas pautas e propostas editoriais, habitualmente dispostas a tocar nas feridas do regime.

mais antiga já foram feitos por Márcio Bueno (1986, p. 47), e com a do passado recente, por Rivaldo Chinem (2004, p. 130-131). Afinal, as pautas e o modelo editorial de uma parte considerável da imprensa de oposição à ditadura permitem que hoje possamos dizer que ela não foi propriamente uma imprensa “alternativa”, como às vezes é chamada, mas simplesmente imprensa, na acepção jornalística que pressupõe valores de questionamento e crítica. E, nesse aspecto, o exemplo de *Ex-* é fundamental, pois sintetiza a “corda bamba” em que se encontravam os nanicos, daquele e de outros períodos: sobre um fosso de terror e precariedade, na luta pela liberdade de expressão e pela democracia.

O que nos permite identificar a imprensa de resistência brasileira durante a ditadura civil-militar é, principalmente, seu combate não só ao regime, mas também a tudo que o representava e o alimentava: o imperialismo e o capital estrangeiro, a falta de democracia, a violência de Estado e a moral burguesa (Kucinski, 2003, p. 16). Vale ressaltar que aqui entendemos por imprensa de resistência os órgãos de informação não pertencentes a grandes empresas de mídia, estando eles, em muitos casos, relacionados com movimentos e correntes políticas de esquerda e/ou com ideologias libertárias e contestadoras, no sentido de traduzir e repensar não só a política, mas os costumes, a linguagem, o comportamento, a sexualidade, a mente, a arte, a saúde, a espiritualidade, a intelectualidade. Nesse caso, inserem-se no grupo publicações ligadas aos movimentos sociais e à contracultura (Araújo, 2000, p. 21).

Heterogênea, propondo e experimentando novos modelos de fazer jornalismo, de tratar da política, de sexualidade e outras questões – em suma, ativismo –, a imprensa de resistência foi além da dicotomia em que algumas vezes a inscrevem: de um lado, como simples grupo de periódicos e coletivos editoriais de oposição que se constituía em uma vertente estritamente política, nacionalista, popular e marxista, que criticava principalmente o sistema político autoritário; e, de outro, ligada a movimentos internacionais de contracultura, ao “desbunde”, à rejeição da hipocrisia da classe média e do moralismo nos costumes, ao orientalismo

e à anarquia, sendo essa linha pouco adepta do dogmatismo das esquerdas, voltando-se, por vezes, ao existencialismo (Kucinski, 2003, p. 14-15). Alguns dos órgãos de resistência, porém, não se situavam precisamente em nenhuma dessas correntes. É o caso de *Jornalivro* (São Paulo, 1971), *Ovelha Negra* (São Paulo, 1976) ou *O Matraca* (Cotia, 1981), e também o de diversos periódicos de resistência de matriz eclesiástica. Outros, por sua vez, estavam inseridos em ambas. Como *O Pasquim* (Rio de Janeiro, 1969) e *Singular & Plural* (São Paulo, 1978).

Todavia, um traço unia os periódicos de resistência: a busca por uma maneira diferente de fazer imprensa, ultrapassando a reportagem convencional (Smith, 2000, p. 64). Naturalmente, essa vontade tinha grandes percalços: pouco ou nada dependente de financiamentos, essa imprensa foi em geral produzida com dificuldades, com saúde financeira, sistemas de impressão e distribuição precários. Se essa fragilidade era óbvia para pequenas publicações artesanais, valia também para os periódicos mais profissionais do gênero, que, quando tinham circulação nacional e boa aceitação por parte do público leitor, acabavam arruinados por ameaças diretas do Estado: processos judiciais, censura prévia, boicote de anunciantes, apreensão de edições, atentados a bomba, além do risco, para o leitor, de figurar em listas de assinantes, da pressão para que bancas de jornal não os vendessem (Smith, 2000, p. 60) etc. Estava nessa instabilidade a principal justificativa para a efemeridade da maior parte dos periódicos do gênero.

Entre os jornais e revistas de resistência, existiam desde rústicos boletins datilografados e mimeografados em folhas de papel sulfite, sem grandes cuidados com estilo textual ou preocupações com diagramação – caso de *Aquarius* (Nobres, sem data), *O Beco* (São João del-Rei, 1976), *Boletim Cultural* (Rio de Janeiro, 1972), *Conclave* (João Pessoa, 1979) e *Carta Geral* (Manaus, 1980) –, até propostas estéticas de vanguarda, verdadeiras ousadias editoriais válidas tanto para o plano visual quanto para o escrito – como em *Bondinho* (São Paulo, 1971), *Tribo* (Brasília, 1972), *Corpo Extranho* (São Paulo, 1976), *Poesia Livre* (Ouro Preto, 1977), *Boca do*

*Inferno* (Salvador, 1976)<sup>[6]</sup> e o próprio *Ex- Anne-Marie Smith* nos traz uma importante reflexão nesse sentido:

A grande imprensa buscava a conformidade, e seus modelos de sucesso eram incontestáveis. A imprensa alternativa, por outro lado, era heterogênea e buscava incessantemente novos modelos. Suas categorias e critérios eram amplos e imprecisos, pois se encontravam em processo de definição. Os resultados eram variadíssimos: de excelente jornalismo ao lixo absoluto, da análise profunda à bobagem total (Smith, 2000, p. 61-62).

Essa heterogeneidade veio ganhando corpo conforme a imprensa de oposição avançava pela cronologia da ditadura, relacionando-se com setores diretamente atingidos pelo autoritarismo: sindicatos, movimentos sociais, jornalismo em geral, partidos políticos clandestinos, arte contestadora, entre outros. Bernardo Kucinski, autor do estudo mais completo sobre a imprensa da qual estamos tratando, deixa claro que esta viveu sete momentos distintos, apesar de interligados. O primeiro se deu durante os primeiros anos do regime ditatorial, quando a imprensa de resistência foi articulada e/ou integrada por figuras egressas de periódicos que apoiavam o governo João Goulart (1961-1964) e que foram fechados com o golpe de 1964: experiências como as de *Brasil Urgente* (São Paulo, 1963), *O Semanário* (São Paulo, 1956), *Binômio* (Belo Horizonte, 1952) deram origem a *Pif-Paf* (Rio de Janeiro, 1964) e *Folha da Semana* (Rio de Janeiro, 1965). A partir de 1967, a influência da Revolução Cubana sobre os meios estudantis levou ao lançamento de impressos (alguns clandestinos, outros editados por indivíduos já no exílio) que tinham o propósito de atrair jovens para a guerrilha (Kucinski, 2003, p. 34). Nesse grupo, os de maior destaque são *Amanhã* (São Paulo, 1967), *Poder Jovem* (Rio de Janeiro, 1968) e *O Sol* (Rio de Janeiro, 1967).

---

6. O único do gênero a ganhar um Prêmio Esso de Jornalismo (em 1977).

Em um terceiro momento, iniciado no final de 1968, depois da decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a imprensa de resistência passou a sofrer mais com a repressão. Paradoxalmente, foi quando surgiram *O Pasquim*, *Opinião* (Rio de Janeiro, 1972), *Politika* (Rio de Janeiro, 1971) e *Jornal de Debates* (Rio de Janeiro, 1973), semanários de circulação nacional, sendo os dois primeiros vistos como alguns dos mais importantes do gênero. Os periódicos que sobreviveram, ou que nasceram nesse período, voltavam-se para a contraposição à grande imprensa, sobretudo quanto ao “milagre econômico”, entre 1968 e 1973 (Kucinski, 2003, p. 14). Havia neles a crítica ao crescente endividamento externo e a denúncia do agravamento de problemas sociais. Simultaneamente a essa terceira fase da imprensa de resistência já aparecia a quarta, representada por *Grilo* (São Paulo, 1971) e *Balão* (São Paulo, 1972): entre 1971 e 1972, influenciados por *O Pasquim* e pela contracultura, surgiram periódicos voltados ao humor crítico, com grande incidência de quadrinhos (Kucinski, 2003, p. 34).

Com a decretação da Lei de Segurança Nacional, em 1969, os censores passaram a atuar com mais vigor, até que o Decreto-lei nº 1.077, de 1970, passou a submeter veículos de informação considerados importantes à censura prévia. Esse filtro, no entanto, não impedia que edições ainda continuassem a ser apreendidas e que jornalistas fossem presos. Somente a partir de 1974, a distensão política do governo de Ernesto Geisel deu certo fôlego aos periódicos de resistência. Nessa quinta fase, como o apelo revolucionário das guerrilhas havia sido sufocado, a pauta da imprensa nanica deslocou-se da política de oposição clandestina para a política de espaço público (Kucinski, 2003, p. 16). Surgem, então, jornais ativistas como *Movimento* e *Versus* (São Paulo, 1975). Em seguida, o assassinato de Vladimir Herzog, em 1975, desencadeou críticas ao padrão complacente da grande imprensa (Kucinski, 2003, p. 36), inspirando o lançamento do jornal *De Fato* (Belo Horizonte, 1976) e do *CooJornal* (Porto Alegre, 1975).

Então em seu apogeu, a imprensa de resistência passou a abarcar movimentos populares de base e a se subdividir em temas: questões femininas, raciais, indígenas, de gênero etc. No final da década de 1970,



outros fatores ainda a influenciaram: a luta pela anistia aos perseguidos pela ditadura, as greves do ABC paulista, a organização do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) na legalidade. É esse período que, segundo Kucinski, caracteriza a sétima e, supostamente, última fase da imprensa de resistência: quando esta passou a funcionar como espaço de reorganização política e ideológica de grupos marxistas. Com o “surto” de publicações provocado pela reabertura, a trajetória do movimento de esquerda no Brasil se confundiu com a história desses periódicos (Kucinski, 2003, p. 17). Foi o exemplo de *Versus*, que, tendo abrigado o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), teve lançada em suas páginas, em 1978, a primeira proposta para a criação de um partido socialista legal. E também o de Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, da Ação Popular (AP), ao lançar e desenvolver a primeira e mais robusta campanha pela Assembleia Nacional Constituinte naquele período, por meio de *Movimento* (São Paulo, 1975).

Na virada da década de 1970 para 1980, surgiram *Hora do Povo* (Rio de Janeiro, 1979), porta-voz do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8); *Tribuna da Luta Operária* (São Paulo, 1979), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); *Voz da Unidade* (São Paulo, 1980), do Partido Comunista Brasileiro (PCB); e *Jornal dos Trabalhadores* (São Paulo, 1982), do Partido dos Trabalhadores (PT), todos jornais partidários, oficiosos, às vezes encarados como pertencentes ao gênero da imprensa nanica ou como seu desdobramento, já na imprensa partidária (Bueno, 1986, p. 55). O mesmo processo de aproximação ocorreu com a nova imprensa sindical do período, inserida no mesmo campo político que, aos poucos, se modificava. Assim, figuras

[...] com experiência profissional na chamada grande imprensa e/ou imprensa alternativa vão para dentro dos sindicatos, antes reduto exclusivo de burocratas, médicos ou advogados, e provocam significativas mudanças (Verdelho, 1986, p. 82).

## heranças e reflexões

Por vezes, independentemente do momento ou da inclinação temática, a “imprensa nanica” foi contraditória. Nela, se, por um lado, havia experiências editoriais coletivas, sem hierarquias (formais, como em *CooJornal*, o primeiro jornal brasileiro a ser gerido por cooperativa, ou informais, como em *Ex-*), por outro, havia a imprensa de resistência calcada em grandes figuras, como, por exemplo, o *PifPaf* de Millôr Fernandes; *O Pasquim* de Millôr, Ziraldo, Jaguar e Ivan Lessa; o *Versus* de Marcos Faerman; o traço de Raimundo Pereira em *Opinião* e *Movimento*.

Dentro das experiências coletivas, muitos jornais e revistas contavam com conselhos editoriais compostos por inúmeros jornalistas, militantes e/ou intelectuais, como acontecia em *Opinião*, *Movimento* ou *Argumento*, deflagrando certo rigor democrático nos rumos de cada publicação, apesar de haver, em alguns casos, a necessidade de manter algumas questões em segredo. Afinal, a noção daquilo que devia ser mantido alheio à vigilância oficial acabava sendo incorporada ao cotidiano de muitos jornais e revistas, que encaravam o sigilo sobre certas informações como necessário à sobrevivência dos partidos de esquerda clandestinos que incorporavam grupos editoriais de resistência (Kucinski, 2003 p. 20).

Nesses termos, o exemplo de *Movimento* é notável. Apesar de sua proposta de independência e pluralidade, o jornal já nasceu vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e, mesmo que em suas sucursais, espalhadas por todo o Brasil, fossem encontrados remanescentes e integrantes de grupos como Política Operária (Polop), Ala Vermelha, Colina, Centelha (na sucursal de Belo Horizonte), Aliança Libertadora Nacional (ALN), AP, PCB, entre outros, a publicação tinha um líder clandestino, Duarte Lago Brasil Pacheco, da Ação Popular (AP), que era responsável por conduzir secretamente a linha política e ideológica daquela folha (Kucinski, 2003, p. 21).<sup>[7]</sup>

---

7. Segundo Kucinski, algumas das contribuições de Duarte Lago Brasil Pacheco podem ser vistas nos textos assinados por seu pseudônimo, Eduardo Neto.

Além das contradições, cabe ressaltar que, seguindo a lógica das distintas fases tratadas por Kucinski e os apontamentos de Anne-Marie Smith, a imprensa de resistência durante o regime foi ampla e diversa, estabelecendo relações complexas com instituições, movimentos e políticas pré e pós-ditadura civil-militar. Suas muitas facetas, imbricadas conforme os desejos de experimentação e contestação de seus responsáveis, tornaram sua caracterização um exercício difícil. Se nos ativermos às delimitações expostas anteriormente, estaremos tratando desde impressos clandestinos editados por grupos engajados na guerrilha a periódicos sindicais, acadêmicos, institucionais, estudantis, de grupos de esquerda, literários, de arte postal etc., que mesclam as características básicas daquilo que chamamos de imprensa nanica.

O próprio termo, cunhado em inspiração ao uso recorrente do formato tabloide, perde um pouco da força diante da diversidade de formas com que essa imprensa se apresentou: jornais de tamanhos diversos, revistas, fanzines, folhetos, boletins e mesmo folhas de papel ofício grampeadas. Cada formato correspondia a diferentes métodos de produção e organizações editoriais. Foram de resistência desde a publicação literária artesanal de poesia *Pirauá* (São Paulo, 1982), com a poesia marginal de autores fora do mercado editorial, ao tabloide popular sensacionalista *Repórter* (Rio de Janeiro, 1977), com seus violentos casos de polícia e mulheres nuas.

É importante lembrar ainda a apropriação que esse tipo de imprensa sofreu por movimentos sociais que já existiam antes de 1964, mas que renovavam suas forças com a distensão política de 1974, formando as impressas de resistência negra, homossexual, feminina, indígena, ambientalista, campesina, estudantil, entre outras. Na maior parte dos casos, essas publicações contavam não com jornalistas buscando voz fora da imprensa de massa ou com militantes organizados, mas com indivíduos diretamente envolvidos com os movimentos que se propunham representar. Daí seu destaque, já que, segundo Maria Paula Nascimento Araújo, essa imprensa:

## heranças e reflexões

[...] representava uma novidade em relação aos outros tipos de publicação existentes, inclusive a imprensa alternativa de esquerda. Ela vinculava-se a movimentos de novo tipo, recém-surgidos no cenário brasileiro, sob influência de ideias internacionais. Esforçando-se por se fazer presentes na vida política do país, esses movimentos criavam seus próprios jornais, que funcionavam não apenas como porta-vozes de seus interesses e posições, mas que na maioria das vezes representavam o principal espaço de organização de seus militantes e de formulação de sua política e de sua visão de mundo (Araújo, 2000, p. 29).

Na imprensa negra, estavam *Tiçã* (Porto Alegre, 1978), *Sinba* (Rio de Janeiro, 1979), *Nêgo* (Salvador, 1981) e *Koisa de Crioulo* (Rio de Janeiro, 1981). Na imprensa *gay*, destacavam-se *Gay Press Magazine* (Rio de Janeiro, 1977), *Lampião da Esquina* (Rio de Janeiro, 1978), *Ello* (Salvador, 1978), *Boca da Noite* (Rio de Janeiro, 1980), *Iamuricumá* (Rio de Janeiro, 1981) e *Dialogay* (Aracaju, 1982). A vertente feminista era representada por *Brasil Mulher* (Londrina, 1975), *Nós Mulheres* (São Paulo, 1977), *Maria Quitéria* (São Paulo, 1977) e *Mulherio* (São Paulo, 1981). O grupo dos periódicos de ênfase indígena contava com *Porantim* (Manaus, 1978), *Varadouro* (Rio Branco, 1977), *Mensageiro* (Belém, 1979), *Luta Indígena* (Curitiba, 1980), *Nimuendaju* (Rio de Janeiro, 1979), *Borduna* (Rio de Janeiro, década de 1980) e *Informe Chimbanque* (Xanxerê, década de 1980), e alguns desses exploravam também questões ambientais, foco principal de *Paranapanema* (São Paulo, 1977), *Pensamento Ecológico* (São Paulo, 1978), *Meio Ambiente* (Brasília, 1978), *Folha Alternativa* (Rio de Janeiro, 1979), *Jornal do Verde* (Rio de Janeiro, 1981) e *Movimento Ecológico* (Rio de Janeiro, 1982). A vertente estudantil era vasta e contava com *Política Operária* (São Paulo, década de 1960), *Amanhã* (São Paulo, 1967), *Silêncio* (Belo Horizonte, década de 1970), *Kaostigo* (Curitiba, 1976), *Alicerce da Juventude Socialista* (São Paulo, 1978) e *Voz Ativa* (Rio de Janeiro, 1979). Voltados a questões agrárias e à realidade camponesa estavam *Cotrijornal* (Ijuí, 1973), *Jornal Cambota* (Francisco Beltrão, 1975),

*Realidade Rural* (São Paulo, 1976), *Conceição do Araguaia* (Conceição do Araguaia, 1979), *O Posseiro* (Santa Maria da Vitória, 1980), *Lamparina* (Santarém, 1980), *SemTerra* (São Paulo, 1981) etc.

Algumas dessas publicações, além do comprometimento com suas causas mais explícitas, também seguiam (ou pelo menos flertavam com) diretrizes de grupos ou partidos de esquerda. Isso aconteceu com jornais estudantis e com periódicos relacionados com as lutas negra e feminina, ou mesmo com folhas de instituições religiosas, a exemplo de alguns periódicos indigenistas e camponeses editados por grupos pastorais inspirados na Teologia da Libertação. Afinal, encampando a luta de comunidades oprimidas, a reforma agrária e o indigenismo, os jornais eclesiais também integraram a imprensa de resistência: como *Porantim*, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), instituição ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); *Nós Irmãos* (Rio Branco, 1971), da Arquidiocese de Rio Branco; *Pastoral Operária* (São Paulo, 1979), da Comissão para a Caridade, Justiça e Paz da CNBB; *Paneiro* (Manaus, 1979), da Regional Norte I da Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da CNBB; *Aconteceu* (Rio de Janeiro, 1981), do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), entre outros.

Cabe frisar que existem ainda diferenças entre os impressos de resistência quanto ao pendor político: as publicações que não eram de movimentos políticos ou sociais, nem de contracultura, não pendiam necessariamente à esquerda. O tabloide *Beijo* (Rio de Janeiro, 1977), por exemplo, em alguns momentos não só se mostrou crítico a esta como à própria imprensa de oposição (Kucinski, 2003, p. 131). Se mesmo entre os periódicos de resistência existiam disputas e dissidências diante das diferenças ideológicas vividas pelos grupos editoriais, algo inerente à própria natureza da organização partidária (lembrando que em muitos casos tais periódicos serviram como verdadeiros partidos), havia ainda a imprensa anarquista. Folhas com essa inclinação circularam durante períodos distintos do regime: *Dealbar* (São Paulo, 1965), *O Protesto* (Porto Alegre, 1967), *Soma* (São Paulo, 1974), *O Inimigo do Rei* (Salvador, 1977),

## heranças e reflexões

*Víbora* (Brasília, 1981), *Barbárie* (Salvador, 1979), *A Todo Vapor* (Rio de Janeiro, 1979), *Autogestão* (São Paulo, 1980), *Afrodite Perdeu o Rumo* (São Paulo, 1982).

Nos casos em que se foi além do mero patrocínio pela via da publicidade, há de se considerar ainda o papel de instituições públicas e privadas no universo da imprensa de oposição ao regime, durante o período de distensão política. *Bondinho* foi inicialmente um jornal da rede de supermercados Pão de Açúcar (daí seu nome), e o feminista *Mulherio* só pôde ser concebido com o apoio da Fundação Carlos Chagas. Impressos de ênfase mais literária, como *O Carretão* (Lages, 1980), *Contos & Novelas* (Florianópolis, 1978) e *Literação* (Blumenau, 1978), contaram com suporte de secretarias municipais de cultura ou de universidades. *Política e Cultura* (Marília, 1982) e *Política* (Marília, 1984), por sua vez, foram editados pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), no campus de Marília (SP).

Adicionalmente, a heterogeneidade da imprensa de resistência também se dava por razões regionais. Fosse na denúncia de problemas locais ou na avaliação de questões internacionais, havia diferenças entre *Cidade Livre* (Brasília, 1977), *Verbo Encantado* (Salvador, 1971), *O Cometa Itabirano* (Belo Horizonte, 1979, o mais duradouro dos periódicos de oposição ao regime), *Contestado* (Florianópolis, 1977), *Varadouro*, *O Pasquim* e *CooJornal*, explicadas pela profunda identificação que tinham com as cidades onde eram editados.

Nesse plano das territorialidades, no amplo panorama da imprensa de resistência à ditadura há ainda um grupo em particular: o de periódicos produzidos por exilados. Estes compreendiam formatos que iam desde a tradicional imprensa partidária, com veículos porta-vozes de grupos como a Ação Popular Marxista-Leninista (APML) ou a Política Operária (Polop), à divulgação de atividades artísticas e culturais de presos políticos ou exilados do Brasil. Assim, a imprensa de resistência no exílio costumava reunir “documentos de organizações, artigos temáticos, informações e estudos sobre a situação social e econômica

brasileira, denúncias da ditadura, de tortura e de prisão política, notícias do Brasil” (Rollemberg, 2002, p. 453-454).

Se, por um lado, o exilado político estaria livre da perseguição estatal, tendo sua integridade física e seu direito de ir e vir conservados (desde que se mantivesse fora do país de origem), sua condição como desterrado também traria isolamento, um “limbo” provocado tanto pelo afastamento da realidade social e das bases militantes de seu país quanto por sua inaptidão ao exercício de atividades políticas no exterior, conforme previsto pela legislação internacional. Para que esse indivíduo encontrasse legitimidade diante de seus comuns e também do estrangeiro (o sujeito “anfitrião”), a marca da inconformidade e da denúncia poderia preencher um espaço fundamental. Marca pouco nítida, cabe destacar. Afinal, se para o exilado brasileiro no Chile de Salvador Allende a convicção do sucesso da revolução socialista poderia gerar certo discurso, após o golpe de 11 de setembro de 1973 esse mesmo indivíduo, possivelmente na Europa, estaria engajado em outra frente: na denúncia do terrorismo de Estado, na urgência da anistia e da democratização, na importância dos movimentos sociais como nova forma de fazer política etc. No exílio, portanto, a imprensa de resistência também veio a ser uma ferramenta importante. E, dentro do gênero, apresentou peculiaridades, conforme destaca Denise Rollemberg:

[...] as publicações [de exilados] não se dedicaram exclusivamente a responder ao que ocorria no país. A esquerda recebeu, no exílio, a influência de processos políticos e movimentos sociais que contribuíram para a revisão de seus valores e referências. O próprio deslocamento em direção a vários e diferenciados países enriquecia e multiplicava as experiências pessoais, políticas e intelectuais. Viam outras cidades, conviviam com outras culturas, falavam e ouviam outros idiomas, participavam de outros processos sociais. Assim, as temáticas e abordagens que vão surgindo, ao longo dos anos, eram também fruto da vivência do exílio e ganharam, de certa

## heranças e reflexões

forma, uma autonomia em relação às discussões sobre assuntos brasileiros (Rollemberg, 2002, p. 457).

Alguns dos títulos mais expressivos lançados por brasileiros expatriados foram *Front Brasileiro de Informações* (Argel, 1969), *Correio Operário NorteAmericano* (Washington, 1969), *Debate* (Paris, 1970), *Cartas Chilenas* (Santiago do Chile, 1971), *Guerrilha Operária* (sem local, 1971), *Combate: órgão do Partido Operário Comunista* (sem local, 1971), *Campanha* (Santiago do Chile, 1972), *Conjuntura Brasileira* (Paris, 1974), *Brasil Socialista* (Lausanne, 1975), *Reflexo da Cultura Brasileira no Exílio* (Estocolmo, 1978) e *Fragmento* (Estocolmo, 1979).

Entre o período da redemocratização e os momentos finais da imprensa “nanica”, surgiu ainda um gênero totalmente diverso, tanto no sentido espacial quanto no ideológico, dos periódicos dos exilados ou dos que buscavam uma articulação partidária formal pela esquerda. Essa outra categoria dos “nânicos” também se inscrevia na resistência, mas se armava de forma diferente para o combate: eram os periódicos de literatura marginal, que existiam desde a década de 1970, mas que ganhavam força nos anos 1980, sobretudo quando se desdobraram nos fanzines (publicações de “fãs”). Modestos, impressos por mimeógrafos ou fotocopiadoras já por novas gerações, eles nasceram da chamada poesia marginal, gênero oriundo da contracultura, da Tropicália e de bases contestadoras do regime na década de 1970 (Campedelli, 1995, p. 1314), trazendo nomes como os de Torquato Neto, Roberto Piva, Waly Salomão, Cacaso, José Carlos Capinam, Roberto Schwarz, Zulmira Ribeiro Tavares, Geraldo Carneiro, Antônio Carlos Secchin, Chacal, Leila Mícolis, entre outros. Alguns desses autores formam aquela que se convencionou chamar “geração mimeógrafo”, basicamente composta por artistas marginais, ou seja, excluídos do mercado editorial e de círculos acadêmicos, que rodavam seus livros de forma artesanal para vendê-los pessoalmente nas ruas, em bares, em eventos culturais ou pelo correio (Behr, 1979). Muitos foram colaboradores de periódicos como *Ponto 1* (Rio de Janeiro, 1967),



*A Cigarra* (Santo André, 1982), *Clarínadas Líricas* (Aracaju, 1979), *Gaveta* (Olinda, década de 1970), *Conclave* (João Pessoa, 1979), *Cogumelo Atômico* (Brusque, 1975), *Almanaque Biotônico Vitalidade* (Rio de Janeiro, 1976), *Jecoaba* (São Paulo, 1978), *A Toca do Poeta* (Guarabira, 1982), entre outros, vários deles mimeografados ou fotocopiados.

Partindo de dentro do movimento do poema processo, bebendo de fontes iconoclastas e marcadas por rigores de subjetividade, coloquialidade, oralidade, espontaneidade, experimentação rítmica, musicalidade, retratação do cotidiano urbano e exploração da cultura de massa, a imprensa de poesia marginal ganhou novos contornos quando passou a explorar universos diferentes no início da década de 1980. Com o aumento da circulação dos impressos mimeografados por escritores independentes e o crescimento do intercâmbio artístico pelo correio naquele período, quando poetas e artistas visuais divulgavam suas obras em caixas postais espalhadas pelo Brasil ou fora dele, experimentando o que viria a ser conhecido como “arte postal” (Nunes, 2004, p. 73), uma parte do gênero começou a flertar com a cultura *pop* de forma mais estreita do que nas propostas do poema processo, que já era nutrida pela chamada cultura de massa. Novas gerações de periódicos artesanais iam, então, além da literatura, mesclando seus interesses também com *rock’n’roll*, quadrinhos, ambientalismo, movimento *anarcopunk*, movimentos *underground* em geral, entre outros. Na época, jovens editores passaram a divulgar poesia marginal junto a homenagens a seus ídolos, que, a exemplo do poeta Jairo Nogueira Luna (ou ainda “Jairo Jade Galahade”) em seu *Mimeógrafo Generation* (São Paulo, 1985), iam de Oswald de Andrade a John Lennon.

Foi assim que aqueles que até então eram apenas periódicos artesanais literários se confundiam com um conceito recém-chegado, o de *fanzine*. Nesse grupo, pode ser citado o *WopBop Fanzine* (São Paulo, 1977), *Barata* (Santos, 1979), *Gilete Press* (Goiânia, 1985), *Psu Quadrinhos* (Brasópolis, 1982), entre outros, que, muitas vezes, eram incrédulos ou mesmo críticos quanto à revitalização do regime democrático, ainda tida como inexistente, dados os percalços da Nova República. Essa falta de crença

alimentada pela cultura *punk* e misturada à marginália era responsável pela “estética do esculacho”, presente ainda nos fanzines atuais:

O esculacho está ligado ao princípio da economia, que pode gerar também formas esteticamente mais acabadas, quando o zineiro parece “escolher” o papel a ser transformado em envelope. [...] Geometria, simplicidade, estilo infantil, nonsense, grotesco são algumas das referências possíveis na criação de logotipos por zineiros (Albernaz; Peltier, [2002?], p. 45).

Os periódicos citados, no entanto, não tiveram a mesma projeção que *Ex-*, *Verbo Encantado*, *O Pasquim*, *Opinião*, *De Fato*, *Navilouca* (Rio de Janeiro, 1974), *Resistência* (Belém, 1978), *Enfim* (Rio de Janeiro, 1979) ou outros considerados importantes nomes da imprensa de resistência. Mas suas semelhanças com os “grandes nanicos” são flagrantes. Poderiam ser considerados, portanto, a oitava fase da imprensa de resistência? E é possível afirmar que essa hipotética nova fase significasse a real decadência do gênero?

Indo contra o senso comum e na mesma linha de Bernardo Kucinski (2003, p. 25) e de Márcio Bueno (1986, p. 47), entende-se aqui que esse “fim” da imprensa de resistência, na verdade, pouco tem a ver com o argumento de que os nanicos tinham na ditadura civil-militar sua razão de ser. Ocorre que o próprio caráter provisório e experimental da imprensa de resistência contribuiu para sua crise com o fim do regime. Divergências e rivalidades internas acabaram se somando às fragilidades administrativas e financeiras de coletivos editoriais e à apropriação de pautas anteriormente exclusivas dos nanicos por parte da imprensa de massa.

Nas palavras de Kucinski, o que abalou definitivamente a imprensa de resistência foi seu próprio “modelo ético-político”, mais próximo de uma tentativa de formação de uma ideologia contra-hegemônica do que de um projeto pontual de resistência ao regime:

Mas qual era o modelo ético-político da imprensa alternativa? Tinha como componente básico o repúdio ao lucro e, em alguns jornais, até mesmo o desprezo por questões de administração, organização e comercialização. Paradoxalmente, a insistência numa distribuição nacional antieconômica, a incapacidade de formar bases grandes de leitores-assinantes, certo triunfalismo em relação aos efeitos da censura, tudo isso contribuiu para fazer da imprensa alternativa não uma formação permanente, mas uma coisa provisória, frágil e vulnerável não só aos ataques de fora como às suas próprias contradições (Kucinski, 2003, p. 25).

Na prática, isso se refletia na queda de qualidade. Smith esclarece:

[...] a análise aprofundada deteriorava para um marxismo *pop* e generalizações abrangentes sem fundamento em dados. O jornalismo meticuloso era substituído pelo desejo de acabar com o jornalista como filtro ou mediador. Houve um incremento do jornalismo cru, tipificado por transcrições colhidas com microfones abertos. O sensacionalismo tomava por vezes o lugar da investigação. A disposição de analisar a sociedade transformou-se em fascínio apolítico por tendências e comportamento. O humorismo politicamente desafiador foi substituído pelo humor abusadamente sexista e racista. A liberdade virou licenciosidade e acabou se tornando interesseira (Smith, 2000, p. 63-64).

Enquanto, no plano econômico, a crise financeira da década de 1980 dificultava o aparecimento de novos empreendimentos editoriais “alternativos”, o fim da ditadura trazia uma mudança na forma de se enxergar a utopia, a transformação social e a ação coletiva. O jornalismo crítico se institucionalizou na imprensa tradicional, os coletivos engajados já eram compostos por outros indivíduos e a ligação entre jornalismo e política mudou de lugar social: as oposições ao sistema agora podiam se transformar em partidos. Para sobreviver, a imprensa de resistência teria de se recriar.

\*\*\*

Por fim, buscando contribuir para novas pesquisas sobre o tema aqui abordado brevemente, é importante destacar os acervos públicos que reúnem a imprensa de resistência à ditadura. Em pesquisa realizada na Coordenadoria de Publicações Seriadas da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), levantou-se que só nesse acervo existem cerca de 400 periódicos do gênero, lançados entre 1964 e 1988. Ademais, a FBN, assim como a Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade de Campinas (Unicamp), conta com reproduções em microfilme da coleção *Brazil's Popular Groups*,<sup>[8]</sup> organizada pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e definida por esta como uma tentativa de documentar movimentos sociais que se desenvolviam no Brasil durante a ditadura e a Nova República.

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) tem acervo semelhante ao da FBN: seu conjunto documental, intitulado Imprensa Alternativa, tem quantidade considerável de periódicos, que foram doados à instituição em 1992 pela Fundação Rioarte, vinculada à Secretaria Municipal das Culturas da Cidade do Rio de Janeiro. Esse material, listado e descrito em catálogo editado pelo próprio AGCRJ, foi reunido por iniciativa de Maria Amélia Mello, então diretora do extinto Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular da Rioarte. Outros arquivos públicos, de estados como Minas Gerais, Paraná e São Paulo, têm pastas temáticas que pertenciam aos departamentos de Ordem Política e Social, o Deops, no caso paulista, e os DOPS, nos outros dois estados, disponibilizadas a partir da abertura de parte desses arquivos, dando acesso, portanto, a alguns periódicos de resistência apreendidos pelos órgãos de repressão durante o regime.

---

8. A coleção é abordada adiante por Rafaella Bettamio, no capítulo “Entre Brasil e Estados Unidos: a primeira etapa da coleção *Brazil's Popular Groups*: 1966-1986”.

Os arquivos da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) também contam com jornais e revistas de resistência à ditadura, naturalmente mais voltados a questões relativas a políticas agrárias, movimentos sociais camponeses, direito agrário, conflitos por terras, ambientalismo, agricultura popular e familiar, agronegócio, problemas na região amazônica etc. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), por ter sido considerada um “porto seguro” para os jornalistas durante os anos de chumbo, também reúne acervo considerável. Fora do Brasil, a Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC), da Universidade de Paris, guarda rico material, em geral produzido por exilados latino-americanos antes ou depois de seu desterro.

Finalmente, cabe lembrar outro acervo que reúne quantidade significativa de títulos da imprensa de resistência: a coleção *Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro* (Asmob), localizada no Centro de Documentação e Memória (Cedem) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Esse acervo, que posteriormente somou os fundos Astrojildo Pereira e Roberto Morena (os conjuntos documentais de ambos os militantes), nasceu por iniciativa de exilados brasileiros na Itália que, na década de 1970, buscavam a preservação da memória dos movimentos sociais e democráticos, sob o risco da política de estado repressora no Brasil. Com panfletos, periódicos, livros e outros documentos, a coleção foi, aos poucos, sendo formada por doações de militantes de diversos partidos e organizações que estiveram exilados entre as décadas de 1960 e 1970. José Luiz del Roio, militante que, junto com Carlos Marighella, ajudou a fundar a Ação Libertadora Nacional (ALN), foi o principal articulador dessa ação, sendo ainda o responsável pela recuperação de importante parte do acervo documental do PCB durante o período de ilegalidade. O partido conseguiu clandestinamente retirar do Brasil seu acervo, que, após a passagem de Del Roio por diversos países, acabou se estabelecendo em Milão, onde o militante fixou residência. Foi esse o embrião do Asmob, sob a organização do mesmo Del Roio. O Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj), do Instituto

de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conta com parte da coleção do Asmob em microfilme.

### Referências

ALBERNAZ, Bia; PELTIER, Maurício. *Almanaque de fanzines: o que são por que são como são*. Rio de Janeiro: Arte de Ler, [2002?].

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. São Paulo: Edusc, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central. *Imprensa alternativa e cultural, 1970-1984: catálogo de títulos*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal/Codeplan, 1995.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Arquivos da polícia política mineira: acervo do período de 1927 a 1982*. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php>. Acesso em: 22 out. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA. *Memória da luta pela reforma agrária no Brasil: catálogo do acervo da Abra no período 1967-1997*. Brasília: MDA; Londrina: UEL, 2007.

BEHR, Nicolas. Geração mimeógrafo. *Navégus*, Brasília, n. 2, ano 1, nov. 1979.

BIBLIOTECA IFCH/Unicamp recebe coleção *Brazil's Popular Groups*. GPCSL/CNPq- Grupo de Pesquisa Cultura, Sociedade e Linguagem. 29 jun. 2012.

BRAZIL'S POPULAR GROUPS. Library of Congress Overseas Offices. Disponível em: <https://www.loc.gov/acq/ovop/rio/bpg/>. Acesso em: 22 out. 2014.

BUENO, Márcio. A imprensa alternativa: ontem e hoje. In: MELLO, Maria Amélia (org.). *Vinte anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

CAMPEDELLI, Samira Youssef. *Poesia marginal dos anos 70*. São Paulo: Scipione, 1995.

CATÁLOGO DE IMPRENSA ALTERNATIVA. Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular (Rio de Janeiro, RJ). Rio de Janeiro: Rio Arte, 1986.

CHINEM, Rivaldo. *Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet*. São Paulo: Disal, 2004.

COHN, Sérgio (org.). *Nuvem cigana: poesia e delírio no Rio dos anos 70*. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

DOPS. *Série pastas temáticas 1937-1989*. Arquivo Público do Paraná. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/DOPS-Serie-Pastas-Tematicas-1937-1989>. Acesso em: 22 out. 2014.

DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

FUNDO Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/permanente/deops.php>. Acesso em: 22 out. 2014.

HORTA, Sandra; ARRUDA, Yama. *Catálogo da Imprensa Alternativa: breve comentário sobre o acervo*. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4203404/4101358/catalogo\\_imprensa\\_alternativa.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4203404/4101358/catalogo_imprensa_alternativa.pdf). Acesso em: 22 out. 2014.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

MAGALHÃES, Henrique Paiva de. *O que é fanzine*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

## heranças e reflexões

NITRINI, Dácio; SEVERIANO, Mylton; CHIODI, Amâncio. *Ex-.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Vladimir Herzog, 2010.

NUNES, Andrea Paiva. *Todo lugar é possível: a rede de arte postal, anos 70 e 80.* 2004. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. *Caros amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil.* São Paulo: Annablume, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. A imprensa no exílio. *In:* CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil.* Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VERDELHO, Valdeci. A nova imprensa sindical. *In:* FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (org.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil.* São Paulo: Paulinas, 1986.



# O circuito da imprensa alternativa na década de 1970: jornalismo, cultura e política

Hugo Bellucco<sup>[1]</sup>

Na década de 1970, formou-se no Brasil um circuito de leitores, autores e jornais dedicados à oposição ativa tanto à forma hegemônica de imprensa quanto à ditadura instaurada em 1964. Consagrados pela expressão “imprensa alternativa”, os jornais que encarnavam essa tendência emergiram como parte de uma grande variedade de movimentos de renovação estética, cultural e política, constituindo uma frente editorial. Outra designação muito utilizada à época para se referir àquele movimento foi a de “imprensa nanica”, cunhada no *Pasquim*, em 1975, pelo escritor e jornalista João Antônio. Para ele, os jornais “nanicos” demonstraram o “poder que o jornalismo tem quando conduzido à condição de imprensa – indagar, questionar, duvidar, abrir para o diálogo e para o debate” (Antônio, 1975).

A história da imprensa “nanica” ou “alternativa” costuma ser dividida em duas fases: a primeira delas, anterior ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), entre 1964 e 1968, foi marcada por algumas experiências efêmeras e relativamente isoladas, mas importantes, entre as quais se destacam, de um lado, o *Pif-Paf*, semanário pioneiro liderado por Millôr Fernandes,

---

1. Professor da rede municipal de ensino de Duque de Caxias. Doutorando em História Social.

e, por outro, os jornais da esquerda estudantil ligada a grupos e partidos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a Ação Popular (AP), entre os quais se destacam *Amanhã* e *O Sol*. A segunda fase surge após 1968, com o aparecimento dos grandes alternativos, momento em que podemos identificar, substancialmente, um movimento: jornais como *Pasquim*, *Movimento*, *Versus*, *Extra*, *Opinião* e *Em Tempo* foram um verdadeiro fenômeno cultural e político, cuja importância coletiva para uma faixa diversificada de sujeitos sociais, posicionados tanto na condição de leitores quanto no papel de autores, é inegável.

Paralelamente à intensificação da repressão generalizada durante o segundo ciclo de fechamento do regime após 1968, redações da grande imprensa, como as de *Realidade* e *Veja*, passaram por um processo de alinhamento aos governos militares. A trajetória da maioria dos jornalistas que lideraram os periódicos alternativos remete à frustração com a experiência vivenciada nos jornais e revistas e ao desejo de se verem livres das limitações ali impostas. A autocensura, a acomodação ao regime e a limitação dos temas e da linguagem colidiam frontalmente com suas percepções sobre o papel político do jornalismo. Figuras como Raimundo Pereira, Marcos Faerman, Henfil, Sergio de Souza, Paulo Patarra, Mylton Severiano e muitos outros já tinham uma passagem reconhecida na grande imprensa quando realizaram projetos jornalísticos mais ousados, do ponto de vista gráfico, formal e político, com o intuito de levar à frente a tentativa de construir um espaço editorial que conseguisse reunir criadores de todas as faixas da produção cultural mais crítica e inovadora e abrigasse militantes das diversas agremiações de esquerda.

Na tese consagrada de Bernardo Kucinski (2003), os atores sociais fundamentais para o desenvolvimento da “imprensa alternativa” foram os seguintes: jornalistas insatisfeitos com o padrão complacente e as limitações de linguagem e opinião na grande imprensa; militantes de organizações de esquerda em busca de espaço de atuação nas condições

políticas desfavoráveis dos anos 1970; intelectuais universitários banidos da academia por sua identificação com o marxismo e/ou o socialismo. Esses três grupos, de acordo com Kucinski (cf. 1999), formariam o núcleo fundamental da assim chamada “aventura alternativa”.

Essa posição dos jornais “alternativos” representa uma contratendência à “dicotomia entre trabalho cultural e expressão política”, referida por Renato Ortiz (1990) ao analisar a reorganização da ideologia “nacional-popular” em bases empresariais, ligada a um processo mais amplo de desenvolvimento do mercado de bens simbólicos observado a partir dos anos 1950, mas cujo ápice se dá na década de 1970. Segundo Ortiz:

[...] o advento da imprensa comercial, que substitui em grande parte a imprensa política dos anos anteriores, financiada pela publicidade e voltada para o mercado, marca a emergência de uma etapa que tende a se definir como um processo de despolitização (Ortiz, 1990, p. 151).

Os jornais e revistas “alternativos” foram agentes críticos desse processo, constituindo-se em pontos de aglutinação para diferentes grupos que associaram a produção cultural a alguma forma de atuação política. O surgimento e a expansão daqueles jornais e revistas também se explicam pelo processo de ampliação e consolidação do mercado de bens culturais, com o estabelecimento de um circuito de produtores e agentes editoriais. Nas palavras de Walnice Nogueira Galvão (1998), tratou-se de um “ensaio geral de socialização da cultura” no momento de reestruturação da indústria de bens simbólicos no Brasil. Nesse momento, o crescimento da atividade editorial coincide com a expansão de um mercado de leitores identificados com a oposição ao regime. Na metade da década de 1970, essa presença se acentua, acompanhada agora de órgãos semanais que ajudaram a aglutinar os diferentes movimentos intelectuais oposicionistas em uma frente comum.

Não há como estabelecer uma definição estável da imprensa alternativa brasileira na longa duração. Podemos, no entanto, admitir a existência

de um ciclo de jornais cujos produtores, conteúdos e consumidores formaram um movimento político-cultural e uma tradição, localizada entre 1964 e o final da década de 1970, começando com *Pif-Paf*, de Millôr Fernandes, e terminando com o ocaso de *Movimento*, cujo fechamento, em 1981, representa o final de um processo que, embora tenha deixado continuadores, não teria mais a mesma importância política e cultural que teve nos anos 1970. Na historiografia, “imprensa alternativa” serviu até hoje para identificar a imprensa de oposição ao regime militar, mas também são incluídas nessa categoria iniciativas que se dirigiam exclusivamente a questões de caráter comportamental e artístico, como *Bondinho* e *Flor do Mal*, ou ainda determinados órgãos voltados para questões de gênero e etnia, como *Lampião de Esquina*, *Mulherio* e *Tição*. Da mesma forma, alguns jornais não costumam aparecer nessa categorização, como aqueles ligados à imprensa clandestina e aos órgãos do movimento sindical. Por último, cabe lembrar também a existência de experiências alternativas de jornalismo no interior da grande imprensa, como na fase áurea da revista *Realidade*, no suplemento cultural do *Jornal do Brasil* durante as décadas de 1950 e 1960, na coluna “Geleia geral” do jornal *Última Hora* e no “Folhetim” da *Folha de S. Paulo*, este último sob a liderança de Cláudio Abramo. Resulta, assim, uma grande indefinição no que se refere aos contornos dessa experiência, cuja denominação consagrada esconde uma intrincada variedade de experiências, motivações, pautas e agentes. Uma definição mais precisa é necessária para situar o contexto da imprensa brasileira naquele momento, o que envolve o desenvolvimento acelerado do jornalismo de grande empresa, ao qual os órgãos enquadrados na imprensa alternativa se opunham.

A modernização dos parques gráficos e a divisão do trabalho, cada vez mais rígida, na elaboração das reportagens e notícias, junto com a construção de uma estrutura de propriedade monopolizada, refletiam-se no cotidiano de muitos jornalistas, editores e fotógrafos cuja inconformidade com o regime se aliava à insatisfação com as condições de trabalho. A autocensura e a padronização da opinião e da linguagem também

foram elementos importantes para que as personagens mais inquietas das redações se lançassem a tentativas mais radicais do ponto de vista do exercício da linguagem e da opinião.

Para Flávio Aguiar, a imprensa alternativa que floresceu na década de 1970 foi uma “continuidade na descontinuidade” em relação a diferentes experiências de contestação na história da imprensa brasileira:

Na história brasileira, os periódicos alternativos seriam jornais que se oporiam ou se desviariam das tendências hegemônicas da imprensa convencional, que esta pretende tornar hegemônicas no país. Com isso, não pretendemos fechar o conceito em uma definição unívoca, mas, ao contrário, abri-lo, mostrando seu dinamismo e seus aspectos também contraditórios (Aguiar, 2008, p. 234).

A definição proposta por Aguiar tem a virtude de ressaltar o sentido relacional do adjetivo, o qual serviu para caracterizar uma faixa da produção jornalística daquela época que tentava se situar em um espaço criativo e político norteadado por uma orientação dissidente, no que diz respeito à linguagem, aos temas, às relações de trabalho ou no que se refere à propriedade e à produção do jornal. O conjunto dos “alternativos” marcou não somente a trajetória dos jornalistas que iniciaram e lideraram aquele movimento, mas grupos de diferentes procedências e áreas de atuação, grande parte deles ligada à universidade. A importância daqueles espaços editoriais como espaço de atuação e divulgação também se revela na frequência sistemática da colaboração de poetas como Cacaso e Ana Cristina César em *Opinião* e *O Beijo*, nas resenhas e nos artigos de intelectuais como Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Clóvis Moura, Francisco Weffort, Carlos Nelson Coutinho e Francisco de Oliveira em *Opinião* e *Movimento*, nas crônicas, charges e entrevistas de Millôr Fernandes, Fortuna, Jaguar e Henfil no *Pasquim*, nas reportagens, crônicas e resenhas de João Antônio, Julio Cortázar, Marcos Faerman e Mário Pedrosa em *Versus*, nas denúncias e nos quadrinhos políticos de *Ex-*,

nas ilustrações de Elifas Andreatto, Luis Gê, Cássio Loredano e Rubem Grillo e em muitos outros exemplos que fizeram do conjunto daqueles periódicos um exercício de “jornalismo integral”, expressão formulada por Antonio Gramsci ao descrever os objetivos de um tipo de imprensa voltada não só para a satisfação das necessidades de seu público, mas dedicada a “criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área” (cf. Gramsci, 2002, p. 197).

Flávio Aguiar (2008) destaca a importância dos jornais para a circulação de temas, autores e problemas comuns à crítica literária, ao debate político e à sociologia universitária, como a retomada da discussão sobre o nacional-popular na literatura e nas artes, os contrastes abissais subjacentes ao chamado “modelo de desenvolvimento” brasileiro. Em outra ocasião, o crítico literário e ex-editor de cultura de *Movimento* e *Em Tempo* definiria a imprensa alternativa da década de 1970 a partir dos elementos técnicos e dos fatores sociais que possibilitaram sua emergência. Na indústria da comunicação impressa, inovações técnicas, como a impressão em *offset* e o fax, permitiam rapidez e barateamento dos custos na produção de jornais e revistas. Esse elemento tecnológico alia-se aos fatores de ordem política que incidiam sobre o trabalho na universidade e nas redações. A presença de um público universitário de esquerda nos grandes centros urbanos é outro fator central para a interpretação de Aguiar sobre a existência de periódicos como *Opinião* e *Movimento*:<sup>[2]</sup> desde que foram

---

2. A ideia do semanário e o projeto editorial de *Opinião* resultaram da iniciativa de Fernando Gasparian, ex-empresário do setor têxtil e apoiador do governo Jango, dono da editora Paz e Terra, e do jornalista Raimundo Pereira, ex-jornalista das equipes de *Veja* e *Realidade*, personagem central do ativismo jornalístico da época. Raimundo Pereira foi o editor-chefe de *Opinião* até 1975 e idealizador da dissidência que fundou *Movimento* com a proposta de democratizar e popularizar a proposta original de Gasparian. Para mais informações sobre a trajetória desses dois jornais, ver Machado (1978) e Sartori (2006). Esses dois periódicos surgem em duas conjunturas políticas diversas da década de 1970: *Opinião* (1972-1977) aparece antes do início da chamada “distensão” do governo Geisel, em um momento de refluxo dos movimentos

criadas as primeiras universidades brasileiras, foi nos anos 1960 que se começou a notar “a presença de uma grande massa de estudantes e de egressos das universidades” (Aguiar, 2008, p. 237). Tal presença de “recursos humanos insatisfeitos e disponíveis” favoreceu a multiplicação de jornais que ofereciam um conjunto de temas e enfoques inéditos na imprensa da época. Esses dois aspectos (produtores culturais insatisfeitos com as condições de trabalho e público potencial de leitores em busca de novas informações e opiniões) são destacados como fatores determinantes para a emergência do movimento da “imprensa alternativa”. Flávio Aguiar foi um dos responsáveis pela seção de cultura de *Opinião* até 1975 e editor de *Movimento* em 1976 e 1977. Para ele, aqueles jornais representavam uma “mistura volátil” (Aguiar, 1997, p. 12), uma aliança datada entre grupos com diferentes tipos de envolvimento político. Esse caráter de frente ampla explica a diversidade de perfis entre seus colaboradores, que iam de liberais e quadros da ala “autêntica” do MDB até militantes maoístas e trotskistas. Quanto aos fatores relativos aos produtores e ao público leitor daquelas experiências, Aguiar destaca justamente a presença de uma massa crítica de sujeitos coletivos inconformados com suas condições de atuação nas redações e nas universidades, além de uma faixa de leitores ávidos por notícias e interpretações da realidade que escapassem ao padrão complacente da grande imprensa. A “imprensa alternativa” da década de 1970 cresce nesse espaço:

A conjugação desses fatores – massas de produtores insatisfeitos com as suas condições de trabalho, meios técnicos em transformação, massa de leitores em potencial insatisfeitos com o que liam – foi o caldo de cultura favorável para a proliferação da imprensa alternativa (Aguiar, 2008, p. 237).

---

oposicionistas; *Movimento* (1975-1981) aparece durante um período em que a existência de um amplo raio de sujeitos sociais situados em oposição crítica ao governo militar já constituía uma realidade política inquestionável. Conferir, para esse último período, o capítulo “O governo Geisel, a distensão e a dialética entre Estado e oposição (1974-1978)” (Alves, 1984, p. 185-225).

Alguns desses órgãos conquistaram uma credibilidade notável como espaço de debate e formulações, cuja diferença residia na possibilidade de uma intervenção livre da “objetividade” imposta nas grandes agências produtoras de consenso. Essa aspiração resulta em séries de textos, ensaios, reportagens, artigos, resenhas e polêmicas marcados pelo propósito de participar da construção de uma frente política contra a ditadura e, ao mesmo tempo, pelo desejo de criar uma experiência original na imprensa brasileira.

Três dos principais intérpretes do movimento da imprensa alternativa no Brasil – Bernardo Kucinski, Flávio Aguiar e Raimundo Pereira – participaram ativamente de sua construção. Por isso, em seus textos transparece um caráter de testemunho, ao lado da tentativa de situar os condicionamentos políticos e sociais daqueles jornais. Pode-se dizer que o trabalho monumental de Kucinski, originalmente uma tese de doutorado, tem como principais características a narrativa factual da trajetória dos jornais e sua relação conflituosa com a “cultura política” das esquerdas nos anos 1960 e 1970, enquanto os artigos de Flávio Aguiar situam os periódicos a partir da existência das mudanças sociais e culturais que levaram uma parcela da sociedade civil a se identificar com a imprensa oposicionista. Raimundo Pereira se aproxima da contextualização proposta por Aguiar, mas o ex-editor de *Movimento* afirma ser a imprensa alternativa da década de 1970 a “expressão da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia, defendendo interesses nacionais e populares...”, concluindo, com isso, que o seu papel foi opor-se não só à forma política da ditadura, mas também à “monopolização da economia e à sua integração com os grandes trustes financeiros internacionais” (Pereira, 1986, p. 57). Nessa concepção, a imprensa alternativa adquire uma marca política específica e representa interesses de determinados grupos e classes sociais.

A discussão sobre o “engajamento” político dos artistas e intelectuais caracteriza grande parte das análises e polêmicas em torno da produção musical, cinematográfica, teatral e literária das décadas de 1960 e 1970. Trata-se de um dos principais pontos da discussão nos estudos políticos



de diferentes matizes em torno da época. Esse problema das associações entre cultura e política constitui um traço marcante daquele momento, pela intensidade com que esse vínculo foi estabelecido, tanto no que se refere às trajetórias dos intelectuais quanto no que diz respeito às implicações políticas das produções artísticas e também científicas. Essa tendência dos anos 1960 e 1970 perpassa experiências tão diversificadas quanto o CPC, o Teatro de Arena, os congressos da SBPC, o Cinema Novo, a música de protesto, o Teatro do Oprimido e muitos outros. Trata-se, em suma, da importância conferida à dimensão política no seio das atividades culturais, naquele momento de inovação e invenção radicais na reflexão estética, na produção musical, nas ciências sociais, na política e no jornalismo. Se essa ênfase na questão do engajamento dos “intelectuais” (estudantes, artistas, cientistas, jornalistas e escritores) é uma marca constitutiva dos anos 1960 e 1970, a caracterização daquelas iniciativas editoriais nesse quadro leva necessariamente ao espaço ocupado por eles no campo cultural daquele período, cuja diversidade é evidente. Da mesma forma, é preciso situar aquela efervescência política em referências de mais longa duração, que compreendem a formação dos protagonistas da imprensa de oposição da década de 1970.

A geração de jornalistas, militantes, críticos, escritores e cientistas sociais que protagonizaram as principais iniciativas editoriais oposicionistas dos anos 1970 formara-se em diálogo direto com uma série de referências políticas e intelectuais que remetem aos anos 1950. Essa época corresponde, de acordo com a divisão estabelecida por Eric Hobsbawm em *A era dos extremos* (1995), à primeira fase da desagregação da “Era de Ouro” do capitalismo mundial na segunda metade do século XX, dividida pelo autor em duas fases: 1945-1973 e 1974-1991. Nesse meio século, Hobsbawm identifica uma “revolução social” em parte significativa do planeta, sintetizada de forma esquemática nos seguintes fatores: crescimento industrial e urbanização, drástica diminuição do campesinato e das formas de vida tradicionais ligadas à agricultura, explosão demográfica, educação de massas, expansão e crise dos movimentos políticos

da classe operária, revolução dos costumes (contracultura, feminismo, política de identidades)... Esses fatores relacionados com o desenvolvimento e a expansão planetária do capitalismo no século XX configuram para o autor uma sociabilidade em transformação com efeitos universais, quando os países da periferia do capitalismo e suas tentativas de afirmação nacional, independência econômica e política assumem importância geopolítica decisiva, como áreas de influência cultural e política no quadro da Guerra Fria ou como potenciais focos revolucionários. As propostas identificadas com a oposição que surgiram nas décadas de 1960 e 1970 refletem as diferentes influências e leituras das referências políticas supra-mencionadas, que afetariam os esquemas interpretativos e as estratégias de grupos comunistas e socialistas dos países periféricos na década de 1970. O período marcado pela crise econômica mundial, a partir de 1972, também foi marcado pela dispersão dos grupos revolucionários armados e pela ascensão de um forte debate em torno das estratégias para a transformação social, quando a renovação do marxismo passa a contar com estudos de caso que ajudavam a aprofundar elementos imprevistos das manifestações da luta de classes no Brasil.

Na formação intelectual das frações de classe média mobilizadas contra a ditadura (que formariam o grosso dos leitores das revistas e jornais oposicionistas), encontram-se diferentes experiências e referências políticas que remetem àquele contexto, às revisões no interior do marxismo que se seguiram ao processo de Kruschew, à Guerra Fria, ao debate sobre o nacional-populismo e ao legado do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), do PCB, e da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), ao impacto da Revolução Cubana e a tantas outras referências localizadas inicialmente na década de 1950, mas que marcariam profundamente, com intensidade variada, o conjunto da “pauta” das gerações que se encontravam na oposição no pós-1964 e durante a década de 1970. As gerações de intelectuais que fizeram a “imprensa alternativa” daquele período formaram-se na década de 1950 e protagonizaram, nos anos 1960 e 1970, um movimento de críticas, deslocamentos e ramificações

em relação às principais interpretações e tendências dominantes das duas décadas precedentes. A depender do estilo e da motivação de cada publicação, esses temas assumem uma ênfase e uma posição determinadas, mas cabe afirmar a existência de um movimento jornalístico com um sentido histórico comum.

A partir dessa caracterização de um universo de debates envolvendo a política, a ciência e o periodismo, a imprensa “alternativa” da década de 1970 pode ser analisada formalmente como uma formação cultural, para usar a tipologia formulada por Raymond Williams no estudo das “relações sociais da produção cultural” (Williams, 1992, p. 58). Segundo Williams, uma formação cultural pode ser contextualizada a partir de duas dimensões formais: quanto à sua *organização interna* e às suas *relações externas*. A partir desses critérios, Williams classifica as formações culturais em três tipos: “especializadas”, “alternativas” e “contestadoras”. A “imprensa alternativa” brasileira dos anos 1970 estaria entre as duas últimas, por representar uma “oferta de facilidades alternativas para a produção, exposição ou publicação de determinados tipos de obras, quando se acredita que as instituições existentes as excluem ou tendem a excluí-las”. Ao mesmo tempo, trata-se de formações “alçadas à contestação ativa das instituições estabelecidas ou, de maneira mais geral, às condições dentro das quais estas existem.” Importa lembrar que essa classificação tem caráter intercambiável, sublinhado pelo autor ao chamar a atenção para as sobreposições, em uma mesma formação, de diferentes tipos de relações com o meio exterior e formas de organização interna. Ela serve como distinção operacional na tentativa de Williams de definir uma sociologia da cultura como uma “sociologia histórica”:

O que o sociólogo cultural ou o historiador cultural estudam são as *práticas sociais* e as relações culturais que produzem não só uma “cultura” ou “uma ideologia” mas, coisa muito mais significativa, aqueles modos de ser e aquelas obras dinâmicas e concretas em cujo interior não há apenas

## heranças e reflexões

continuidade e determinações constantes, mas também tensões, conflitos, resoluções e irresoluções, inovações e mudanças reais<sup>[3]</sup> (grifo nosso).

Essa ressalva é importante para a investigação do espaço social dentro do qual se move a produção daqueles periódicos, na medida em que combinam o “contexto externo” e o que o autor chama de “organização interna”. Trata-se de evitar os polos extremos de uma leitura fechada nos jornais ou de tomá-los simplesmente como reflexos da estrutura socioeconômica ou do contexto político. De acordo com essa orientação, Williams destaca ainda outro problema importante, mas “intrinsecamente difícil”, no estudo das formações culturais: os processos de “diferenciação interna” e a constituição das frações, que determinam a relação das classes sociais com a cultura. Para Williams, essa noção reflete a complexidade assumida pela dinâmica das classes sociais no mundo contemporâneo.<sup>[4]</sup>

Imprensa alternativa, imprensa nanica, imprensa marginal... A diversidade dos termos não esconde a grande variedade interna do objeto consagrado, uma tradição construída no próprio percurso de alguns jornais situados na década de 1970 e reforçada em análises retrospectivas feitas a partir da década de 1980. Trata-se de uma experiência relativamente fragmentada; mesmo assim, alguns daqueles jornais revelam uma identidade comum reconhecida pelos contemporâneos e conferida pela posição contra-hegemônica no que se refere aos contextos político e jornalístico.

Para exemplificar esse sentido histórico, político e cultural da “imprensa alternativa” nos quadros da década de 1970, apresentam-se em seguida alguns breves testemunhos que revelam a importância do

---

3. Williams (1992, p. 29). Quanto à organização interna, as formações são divididas por Williams em outras três classificações, frequentemente sobrepostas: as formações “baseadas na participação formal de associados”, em alguma “manifestação pública coletiva”, ou aquelas nas quais se verifica uma “associação consciente ou identificação grupal” (p. 68).

4. Em outro texto de sua autoria, Williams recorre a distinções e superposições entre o “alternativo”, o “opositor”, o “residual” e o “emergente” para ampliar a reflexão sobre a questão da hegemonia e do sentido político das produções culturais. Cf. Williams (2011).

espaço daqueles periódicos e do espaço do jornalismo para intelectuais de diferentes procedências. Esses testemunhos demonstram a relevância da experiência de certos jornais para uma faixa diversa de sujeitos que, em comum, tinham o desejo de exercer alguma influência significativa no circuito comunicativo de sua época. A imprensa, para muitos deles, constituía um dos principais instrumentos pelos quais, nesse momento específico, esse sentido político da produção cultural tomou forma.

Torquato Neto, por exemplo, era o autor da coluna “Geleia geral” no jornal *Última Hora*, um enclave fundamental para a circulação dos nomes do movimento tropicalista e para a discussão sobre música brasileira nos anos 1960. Seria também um dos idealizadores da experiência fugaz de *Navilouca*, a mais experimental iniciativa jornalística daquele período. Em uma carta a Hélio Oiticica, o poeta, compositor e agitador cultural manifestava, em 1968, sua percepção do espaço da imprensa naquela circunstância: “Aqui no Brasil, agora e de repente, essas transas de jornais assumiram uma importância estratégica das mais fantásticas e eu acredito que todos nós, de qualquer jeito metidos na transa, devemos arriscar” (Torquato Neto, 2004, p. 256). Os anos posteriores parecem confirmar o chamado do poeta, que não viveria para assistir à multiplicação dos nanicos na década seguinte. O testemunho de Torquato ressalta a dimensão “estratégica” do espaço do jornal e da comunicação impressa, uma percepção comum a muitos produtores de cultura da época, que também viram no espaço dos jornais uma forma de atuação e de formação.

Ao narrar sua experiência nos jornais *Movimento* e *Em Tempo*, Maria Rita Kehl (1996) testemunha a dimensão que aquela experiência teve para sua trajetória:

Foi muito formadora para mim a época dos jornais alternativos, dos tabloides, foi o único lugar em que eu pude ser contratada numa redação, porque eles já estavam totalmente irregulares mesmo, então eles contratavam gente que era de movimentos. Foram três anos, de 75 a 78 no máximo, mas foi muito marcante, muito formador, porque foi o período em que eu pude

## heranças e reflexões

alargar esse horizonte de uma faculdade de psicologia, numa formação um pouco medíocre numa época em que estava todo mundo com medo, mesmo porque eu nunca entrei para a luta armada nem nada. Mas as coisas que me acontecem hoje eu devo muito a esse período.

Tal importância intelectual dos jornais alternativos também é atestada por personagens de outras gerações e procedências, como Florestan Fernandes, que lembrou em coletânea de artigos publicados em 1980:

Os pequenos jornais da “imprensa alternativa” (ou nanica) e os jornalistas rebeldes avançaram a ponto de ser o meio necessário – e por vezes único – da frente mais avançada de contestação e de luta. O “compacto crítico” era, de fato, um trabalho de cooperação, que tirava o intelectual do isolamento e delimitava as fronteiras da história viva.

Paul Singer também menciona a relevância de *Opinião* para sua trajetória na década de 1970. Em prefácio de 1975 ao livro *Milagre brasileiro: causas e consequências*, dedicado “aos jornalistas de *Opinião* e *Movimento*, pelo seu paciente heroísmo, pela sua inabalável dignidade”, lembrava Singer (1976, p. 6):

Uma boa parte do trabalho de análise que aqui se apresenta foi provocada por aqueles que fizeram de *Opinião* um jornalismo de alto gabarito. Não fossem as constantes indagações e desafios que partiram deles e não teria me dado ao trabalho de pôr no papel e tentar comprovar as ideias que tinha na cabeça.

Singer foi um dos principais acadêmicos que colaboraram em *Opinião*. Sua ênfase na importância desse jornal para a sistematização escrita das reflexões que vinha realizando sobre a economia brasileira, publicadas em 1975, refletia a intenção desse jornal em produzir “um diálogo fecundo, dos intelectuais entre si e deles com o país”, como afirmaria o número

de despedida desse jornal em 1977 (Fim de..., 1977). Nesse número, as matérias liberadas pela censura prévia seriam substituídas por um longo editorial, uma matéria sobre “Os rumos do MDB” e o artigo “Para que serve o intelectual?”, de Roland Barthes. Junto ao editorial, uma nota do Conselho de Colaboradores<sup>5</sup> falava do empenho em “prestigiar a inteligência brasileira”, assumido ao longo de sua trajetória, e afirmava:

Assim procedendo, permitimos a toda uma geração de jovens cientistas sociais quebrar seu isolamento; a toda uma geração de novos jornalistas romper a barreira do anonimato a que fatalmente estariam condenados em outras publicações; a toda uma geração de brasileiros recusar o entorpecente da alienação.

Esse editorial mencionava ainda a mudança das condições de trabalho com a política de controle e vigilância consagrada no AI-5, os expurgos de professores universitários, a tentativa de silenciamento das atividades de oposição e o controle da produção cultural e científica. O texto citado não só reflete o sentido original do projeto de *Opinião* no panorama da imprensa brasileira, mas também indica a importância da perspectiva do conjunto daqueles jornais para a aglutinação das oposições.

Aquela experiência pode parecer distante, mas sua lição não se refere somente à resistência política e cultural contra a ditadura empresarial-militar. A imprensa alternativa da década de 1970 também permanece como fonte surpreendente de crítica a monopólios e arbítrios mais sutis e insidiosos.

---

5. O Conselho de Colaboradores de *Opinião* é apresentado como uma “reunião de intelectuais de diferentes horizontes políticos”. A nota é assinada por Antonio Callado, Antonio Candido, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Celso Furtado, Millôr Fernandes, Paulo Emílio Salles Gomes, Alceu Amoroso Lima, Luciano Martins, Francisco Weffort e Francisco de Oliveira.

### Referências

- AGUIAR, Flávio. *A palavra no purgatório: literatura e cultura nos anos 70*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: *Opinião, Movimento e Em Tempo*. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ALVES, Maria Helena Moreira. O governo Geisel, a distensão e a dialética entre Estado e oposição (1974-1978). In: *Estado e oposição no Brasil (1969-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- ANTÔNIO, João. Aviso aos nanicos. *Pasquim*, n. 318, ago. 1975.
- FERNANDES, Florestan. *Brasil em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- FIM de uma etapa. *Opinião*, n. 230, p. 2, 1 abr. 1977.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. As falas, os silêncios. In: *Desconversa: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2.
- HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KEHL, Maria Rita. Entrevista. *Caros Amigos*, 16 maio 1996. Disponível em: [http://www.boitempoeditorial.com.br/publicacoes\\_imprensa.php?isbn=978-85-7559-133-8&veiculo=Caros%20Amigos](http://www.boitempoeditorial.com.br/publicacoes_imprensa.php?isbn=978-85-7559-133-8&veiculo=Caros%20Amigos).
- KUCINSKI, Bernardo. A aventura alternativa. In: KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Edusp, 2003.
- MACHADO, J. A. Pinheiro. *Opinião × censura: momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1978.



- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PEREIRA, Raimundo. Vive a imprensa alternativa! Viva a imprensa alternativa. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins e (org.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- SARTORI, Juliana. *Movimento, um jornal “partido”*: trajetórias e conflitos em torno de um semanário. (1975-1981). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006.
- SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- TORQUATO NETO. *Torquatália*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Unesp, 2011.
- WILLIAMS, Raymond. *Formações*. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

**AS RELAÇÕES  
ENTRE OS ESTADOS  
UNIDOS E AS  
DITADURAS MILITARES  
NO CONE SUL**





# Encontros e desencontros com a história do continente: Estados Unidos, Brasil e América Latina no Golpe de 1964

Norberto O. Ferreras<sup>[1]</sup>

No último dia de março de 1964, teve lugar um levante militar no estado de Minas Gerais que acabou em um golpe de Estado e deu início a uma longa ditadura civil-militar.<sup>[2]</sup> Há um grande número de interpretações que disputam a primazia analítica sobre o evento. Discute-se se o Golpe era inevitável ou não, se a sociedade civil era a favor ou contra, se o presidente Goulart contava ou não com o apoio da população, se existiam forças que pudessem resistir ao Golpe com armas na mão e, ainda, se a radicalização do governo com as reformas de base teria provocado a reação dos militares.

Entre tantos debates, logicamente que também está em discussão a participação dos Estados Unidos no Golpe. Muito se tem falado sobre a participação da Marinha dos Estados Unidos e da suposta neutralidade desse país em um momento-chave como o golpe de Estado. Poderia ser

- 
1. Professor de História da América da Universidade Federal Fluminense. Doutor em História.
  2. A denominação golpe civil-militar foi firmada por Daniel Aarão Reis Filho, que em vários artigos tem tratado dessa questão. Ver Reis Filho (2010, p. 178 e seg.; 2014, p. 21 e seg.).

possível essa neutralidade em um país como o Brasil? O argumento deste capítulo é justamente tentar colocar o Golpe no contexto do período, assim como a relação dos Estados Unidos com a América Latina em meados da década de 1960, para então poder ter um panorama mais claro dessa situação e das possibilidades dos Estados Unidos de se manterem à margem das ações militares do período ou, pelo contrário, das necessidades de participar de uma ação que defendesse seus interesses.

Quando falamos do golpe civil-militar de 1964, temos de tentar superar o nacionalismo metodológico. Há uma forte tendência de reduzir o Golpe a um evento, às jornadas de março e abril de 1964 e, em paralelo, ver esse fato reduzido ao marco territorial do Brasil. O fato é que o Golpe de 1964 se dá em um período em que as forças políticas e econômicas internacionais estavam em plena transformação, a América Latina encontrava-se em um momento de crescente atividade insurrecional, o poderio militar e a hegemonia política dos Estados Unidos e das potências ocidentais eram contestados na África e na Ásia, o processo de descolonização e de desestabilização dos regimes coloniais era cada vez mais forte e os encontros dos países do Terceiro Mundo eram frequentes e com críticas cada vez mais fortes aos países centrais.<sup>[3]</sup> Esse era o contexto que será analisado posteriormente, mas a situação internacional de instabilidade e crise política não estava limitada às fronteiras brasileiras. Não podemos esquecer que o resto da América Latina também estava em um processo de crise e de crítica dos poderes estabelecidos e que a presença dos Estados Unidos atuava como garantia da ordem, ou como fator de desequilíbrio dos governos que lhe podiam ser contrários.

Por outro lado, a relação do Brasil e da América Latina com os Estados Unidos não havia começado no imediato pós-guerra ou na Guerra Fria. As relações regionais tinham uma história e uma série de práticas e de protocolos de comportamento. As relações no interior do hemisfério

---

3. Lembremos que a Conferência de Bandung, embrião do Movimento dos Países Não Alinhados, teve lugar em 1955 e, em 1961, a primeira conferência oficial do movimento.

ou entre países estavam carregadas de história. Não era uma relação de um dia para o outro. O Brasil tinha sido um dos grandes problemas do governo estadunidense no período anterior à Segunda Guerra e um dos principais aliados continentais durante esta. Ou seja, era uma relação complexa e rica, com grupos que entendiam que o destino do Brasil era o de ser uma nação que se assemelhasse aos Estados Unidos e que também tinha um destino de grandeza e liderança regional.<sup>[4]</sup> A relação de admiração de alguns intelectuais e políticos, assim como a emulação, que incluía a adoção de certos princípios constitucionais e institucionais, não necessariamente implicou o reconhecimento da superioridade econômica ou militar. Insisto em que as relações entre países são complexas e pouco propensas a serem condensadas em princípios gerais. A *Realpolitik* que organizava as relações entre países não deixava lugar a princípios, e sim a interesses e poder. Os princípios podiam ser complementares na hora de tomar decisões, mas os interesses nacionais sempre vinham em primeiro lugar.

Portanto, entendo que, para falar da relação entre os Estados Unidos e o Brasil no momento do Golpe, temos de tomar algumas decisões analíticas. Inicialmente, precisamos avançar na ruptura com o nacionalismo metodológico. Dito de outra forma, o Estado-nação como marco analítico é restrito e reduz as ações de uma potência mundial ao papel de coadjuvante das forças políticas locais. Também temos o caso oposto, em que a correlação de forças nos faz ver os Estados Unidos como o *deus ex machina* do golpe, enquanto as forças locais aparecem como meros joguetes nas mãos do fator externo. Isso falsearia os objetivos dos atores locais e internacionais. Os atores internacionais não têm um *script* pronto. O *script* vai sendo escrito à medida que a situação avança e muda. Um general afobado, em um rapto de veemência, precipita o Golpe. O abandono dos quartéis de Juiz de Fora foi contestado pelos altos-comandos

---

4. De fato, o nome oficial da Primeira República foi República dos Estados Unidos do Brasil. Ver: Brasil (1891).

do Exército, mas acabou sendo o evento que desencadearia uma série de ações do que será conhecido como o Golpe Militar de 1964.

Até onde os Estados Unidos teriam avalizado o Golpe? Certamente, não foi executado sem seu consentimento, mas não podemos afirmar que foram os Estados Unidos os que coordenaram o Golpe ou que o Brasil poderia sofrer uma intervenção estadunidense para derrubar o governo. Essas afirmações, que são feitas e discutidas às vezes com alguma seriedade, podem ser produto do desconhecimento da ação dos Estados Unidos, novamente por causa do nacionalismo metodológico ou do excesso de ideologia nas análises. Isso não isenta esse país, principalmente seu governo, nem também as empresas interessadas em determinados aspectos da economia desse período, que se sentiram ameaçadas pelos prejuízos que as reformas poderiam lhes trazer. A relação dos Estados Unidos com o Brasil é de mão dupla, ambas as partes tanto pressionam quanto são pressionadas.

É por isso que, para fugir das limitações impostas pelo nacionalismo metodológico, pretendo apresentar duas variáveis complementares. Todo estudo histórico deve considerar a diacronia, mas também a sincronia do período a ser analisado. Os elementos diacrônicos são os que mais facilmente são resolvidos pelo historiador por meio da colocação de marcos temporais, que geralmente evidenciam algum tipo de modificação irreversível no cenário que pretende analisar. A sincronia tem mais a ver com o tipo de abordagem e com os marcos geográficos impostos. Se limitamos a análise ao âmbito nacional, enfatizamos determinadas variáveis e restringimos as possibilidades dos atores a determinado espaço, o território nacional. E, no caso da relação com os Estados Unidos, teríamos de nos limitar ao embaixador como uma corrente de transmissão de seu governo, mas ressaltando sua capacidade operativa.

Neste capítulo, tentaremos mostrar que as relações entre as partes tinham uma história e que, portanto, tinham seus condicionantes. As relações internacionais não são estáticas e devem muito às situações do contexto macro, mas também é importante considerar as situações

internas de cada um desses países, como que setor político governa e quais são seus objetivos políticos e econômicos gerais. Nem sempre os aliados potenciais na política interna de outro país são os aliados na prática. Temos inúmeros casos em que as necessidades imediatas de alguma das partes levam à postergação dos princípios ideológicos e à obtenção de resultados imediatos. As relações internacionais dos Estados Unidos podem estar norteadas por certos princípios ideológicos, mas há outros condicionantes na hora de impor esses princípios, desde as condições materiais, como o interesse imediato.

A história das relações entre os Estados Unidos e a América Latina apresentou várias facetas desde que tiveram início os processos independentistas. O “América para os americanos”, de Monroe, tinha um sentido inicial restrito ao norte da América. Longe estava Monroe de pensar nesse momento no rio Bravo/rio Grande como uma fronteira territorial ou de imaginar a possibilidade de estender sua influência aos países do resto da América. Isso não obsta que o “América para os americanos” fosse ganhando um novo sentido ao longo do século XIX e principalmente no século XX. Se os Estados Unidos tentavam uma política de aproximação, assim como um aumento de sua presença nos territórios ao sul de suas fronteiras, as possibilidades de influenciar diretamente a política ou a economia eram menores. Mas foram crescendo com o século XIX.

Inicialmente, as relações comerciais foram limitadas, tendo como parceiros principalmente as regiões complementares. Nem mesmo os encontros regionais interessavam aos americanos do Norte. A única vez em que os Estados Unidos participaram de um encontro regional foi logo depois da elaboração da Doutrina Monroe, durante a presidência de John Quincy Adams, quando, em 1826, foram enviados representantes ao Congresso Anfictiônico organizado por Bolívar e que teve lugar no Panamá em 1826 (Ferrerias, 2013a, p. 160).

Depois disso, os Estados Unidos só voltaram a se interessar pelo resto do continente quando organizaram um encontro continental em que esperavam que sua hegemonia fosse reconhecida pelos demais participantes.



Esse encontro foi o Primeiro Congresso PanAmericano, que teve lugar em Washington entre 1889 e 1890. Porém, os demais países da América não outorgaram o reconhecimento esperado à evidente supremacia militar e econômica. Os encontros internacionais americanos ou as conferências panamericanas continuaram até meados do século XX e contaram com a organização de um escritório panamericano que devia atender aos resultados dos encontros, assim como coordenar outras atividades e encontros técnicos (de saúde, do trabalho, postais, de comunicações, navegação etc.),<sup>[5]</sup> os quais permitiam uma melhor integração em aspectos que eram vitais para manter abertas certas vias de comunicação e de integração regional. Esse acúmulo de encontros regulares ou ocasionais, como a Conferência Interamericana sobre os Problemas da Guerra e da Paz, de 1936, foi fundamental para manter ativo esse sistema de resolução de conflitos e de intercâmbios ocasionais, assim como para expor a hegemonia estadunidense e o desafio a ela em níveis aceitáveis por todos os participantes. Os encontros se sucederam até 1954, quando se realizou o último, em Caracas.

O encontro seguinte devia ter lugar em Quito, em 1961, porém a situação latino-americana tinha mudado, o que, somado a outros fatores, levou a uma reformulação da relação dos Estados Unidos com seus vizinhos continentais e a uma reorganização da forma de institucionalizar a relação com a América Latina. Embora o pan-americanismo não possa ser visto simplesmente como um dissenso controlado, essa faceta do vínculo continental parecia não ter mais lugar depois de iniciada a Guerra Fria e sua radicalização na região. A situação ficou mais evidente depois da modificação do quadro regional com a Revolução Cubana. As guerrilhas latino-americanas levavam a relação continental a um novo patamar, e a vitória dos rebeldes cubanos estreitava as margens da contestação. Os Estados Unidos não podiam mais tolerar as divergências no território

---

5. Para alguns comentários sobre esses encontros e principalmente os destinados às questões do trabalho, ver: Ferreras (2013b).

que lhes correspondia pelos acordos secretos de Ialta (fevereiro de 1945) e de Potsdam (julho a agosto de 1945). Seu território, seu espaço intocado devia ser o hemisfério americano, que tinha se tornado um espaço em que as dissidências com o irmão maior só poderiam se processar dentro das margens toleradas. Portanto, em um enfoque desde as relações entre as nações, poderíamos remontar a relação regional à Doutrina Monroe e ver as modificações existentes até meados da década de 1960.

No imediato pós-Segunda Guerra, os Estados Unidos tiveram de lidar com novos desafios, produto da expansão da União Soviética e do socialismo na China, como também com alguns países que emergiam do processo de descolonização e pendiam para o socialismo ou para o nacionalismo anti-imperialista. Esses países tinham uma boa relação com a União Soviética ou eram críticos dos países ocidentais, como acontecia com a Índia de Nehru, a Indonésia de Sukarno, o Irã de Mossadegh e o Egito de Nasser. Essas posições autônomas em regiões de alta instabilidade política e que podiam ocasionar conflitos territoriais dificultavam a tentativa de constituição de uma hegemonia estadunidense que barrasse o avanço do comunismo e garantisse recursos estratégicos ou o controle de pontos geo-estratégicos, como o Canal de Suez. Os Estados Unidos tinham a possibilidade de materializar sua hegemonia política a partir de sua supremacia militar, produto do controle da energia nuclear. Porém, rapidamente tiveram de se posicionar em relação aos desafios chegados do Extremo Oriente da Ásia e do Oriente Próximo e ao fato de que os soviéticos logo dominaram a mesma tecnologia. Nesse contexto, os norte-americanos precisaram definir uma estratégia para o mundo do pós-guerra. Podiam contar com seus aliados mais próximos, como a Inglaterra e a França, mas estes estavam cada vez mais debilitados e tinham de lidar com a contestação interna e a rejeição que sofriam nas colônias.

Em 1947, os ingleses confiaram aos Estados Unidos que se retiravam de dois pontos estratégicos que lhes correspondia custodiar e garantir a integridade dos estados resultantes da Segunda Guerra Mundial. Na Grécia, a guerrilha pró-soviética ameaçava a monarquia conservadora,

enquanto a União Soviética avançava sobre os Dardanelos na Turquia. Grécia e Turquia contavam com a proteção britânica. Os Estados Unidos tinham de substituir os britânicos nesses dois pontos e precisavam de uma justificativa para essas intervenções. Em março de 1947, o presidente Harry Truman enviou ao Congresso uma mensagem que seria a base da Doutrina Truman. Os Estados Unidos estabeleciam que defenderiam os povos livres de grupos minoritários que quisessem impor, pela força, regimes totalitários. Entendia-se que existiam dois modos de vida: o livre e o autoritário. O livre era o que eles defendiam, baseado nos valores liberais, e o segundo era o autoritário, que eles rejeitavam. Cabia aos Estados Unidos defender os povos que optavam majoritariamente pelo primeiro modo de vida, e a estes ofereceriam apoio suficiente para manter aqueles valores contra as minorias ou os poderes externos que os ameaçassem. O interessante do documento era reconhecer também que o *status quo* era cambiante, mas, para as mudanças serem aceitas, deviam vir pela via democrática.<sup>[6]</sup>

A partir de então, essa seria a justificativa mais ou menos formal para intervir em outros países e tentar garantir a hegemonia estadunidense. À defesa dos interesses dos cidadãos americanos no mundo se incorporava outra motivação para as intervenções. Dessa forma, os Estados Unidos se definiam como um ator global e atribuíam a si mesmos uma nova missão no cenário de pós-guerra. Se, para o continente americano, continuava valendo a Doutrina Monroe, redefinida e remoçada pelo corolário Roosevelt de início do século XX, ela foi complementada pela Doutrina Truman, pela qual os Estados Unidos se arrogavam a missão de intervir onde a Carta das Nações Unidas estivesse sendo confrontada. Dessa forma, as

---

6. A mensagem presidencial que deu origem à Doutrina Truman está em President Harry S. Truman's address before a joint session of Congress, March 12, 1947. In: *Avalon Project – Documents in Law, History and Diplomacy*. Disponível em: [http://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/trudoc.asp](http://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp). Acesso em: 20 ago. 2014.

pressões sobre a América Latina se multiplicavam e fazia-se imperioso o alinhamento com a potência hemisférica que havia se tornado global.

No período de pré-guerra, as intervenções dos Estados Unidos e sua presença e possibilidades de pressão estavam concentradas em sua imediata hinterlândia. O México e o Caribe, incluídas Colômbia e Venezuela, estavam condicionados pela presença e interesse imediato dos Estados Unidos. O mar do Caribe era o *mare nostrum* e devia ser controlado. No mar do Caribe temos de considerar o istmo do Panamá, que logo seria transformado em canal, uma das mais importantes vias de comunicação. Os interesses prioritários eram os interesses econômicos e comerciais estadunidenses.

O período compreendido pela Segunda Guerra Mundial e o imediato pós-guerra deve ser visto como um período único, em que algumas experiências foram possíveis, mesmo quando desafiavam abertamente os Estados Unidos, como o golpe militar de 1943 na Argentina e, posteriormente, a eleição de 1946, que garantiu a presidência de Juan Domingo Perón, ou ainda a experiência eleitoral do socialismo espiritual de Juan José Arévalo na Guatemala, em 1944.<sup>[7]</sup> Não foram os únicos casos. Também em El Salvador, Venezuela e Equador as mudanças eram fortes e permitiam uma renovação dos quadros. As Forças Armadas regionais tomaram posições favoráveis a essas mudanças e foram parte das coalizões democráticas e de posições anti-imperialistas.

Mas o anti-americanismo ou o anti-imperialismo tinha os dias contados. A partir desse momento, essas experiências não contariam com a aprovação dos Estados Unidos, e as possibilidades de vetar certos governos

---

7. A eleição de Perón não foi descaso dos Estados Unidos; pelo contrário, o embaixador deste país, Spruille Braden, participou ativamente na organização das alternativas opositoras e atuou para unir as posições antagônicas de conservadores, radicais, socialistas e comunistas, formando a Unión Democrática, que disputou as eleições de fevereiro de 1946 contra a frente encabeçada por Juan Domingo Perón. Para mais dados sobre o caso argentino, ver: James (1990, cap. 1). Sobre a eleição de Arévalo e seu governo, ver: Arévalo (2005).

que lhes eram contrários foi *in crescendo*, com sua consolidação como um poder mundial. E mesmo assim a intervenção no continente não foi parte do repertório de ações desse país.

Esse é um elemento a considerar. Não existem intervenções militares diretas dos Estados Unidos na América Latina entre 1945 e 1983. Isso não quer dizer que o país não alentara e nem financiara operações irregulares contra os governos que não fossem aliados. Algumas das atividades contrárias a esses governos podiam ser discretas, em outros casos eram apoiadas abertamente. Porém, excetuando o caso de Granada, em 1983, quando foi deslançada a Operação Fúria Urgente para derrubar o governo pró-cubano de Maurice Bishop, não houve outras intervenções militares lideradas pelos Estados Unidos para derrubar governo algum, e esse é um dado que deve ser considerado.

As ações dos Estados Unidos para controlar a região e garantir a lealdade hemisférica contaram com outros mecanismos que lhes permitiram ter vínculos estreitos com o que seria o principal pilar na região da defesa de seus valores e princípios, como foram os exércitos nacionais. Em 1947, foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), tendo como objetivo a defesa continental contra ataques externos. Nesse momento, o principal inimigo parecia ser a União Soviética, e nenhum outro apareceria no horizonte para desafiar o poderio estadunidense. Esse tratado era visto como uma forma de lograr a lealdade militar regional e barrar a possibilidade de que os governos da região colaborassem com os soviéticos. Fosse porque os países aderiam voluntariamente ao projeto estadunidense que lhes garantia o controle da política interior com o apoio dos Estados Unidos, fosse para não aumentar as tensões entre os governos, no prazo de dois anos, entre 1947 e 1949, todos os países do continente tinham assinado o Tiar, com a única exceção do Canadá.<sup>[8]</sup> O

---

8. Fora esse período, existem unicamente dois países que se integraram ao Tiar: Trinidad e Tobago, em 1967, e Bahamas, em 1982. Há alguns países caribenhos que não ratificaram o tratado, todos eles colônias no momento ou membros da Commonwealth.

Tiar não tinha a intenção de criar um sistema militar integrado, como foi a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). A Europa estava entre os teatros de um possível confronto militar, mas não a América.

Se o Tiar tinha como objetivo garantir a unidade da defesa continental contra as prováveis ameaças externas, sendo a principal delas precisamente o “perigo vermelho”, ele foi acompanhado de medidas complementares de reforço ideológico e político dos aliados. Embora improvável, a hipótese de conflito entre as potências mundiais no continente americano consistia em um ataque ao Caribe e às costas da América do Sul, o que também permitia manter essa região sob vigilância. Para auxiliar os países da região ante essa possibilidade, foi criado o Programa de Assistência Militar, que proveria os signatários de auxílio técnico, econômico e militar. A assistência prometida estava centrada na Marinha e na Aviação, que seriam as primeiras linhas defensivas ante o avanço soviético.<sup>9)</sup> Igualmente foi permitida, não sem tensões, a possibilidade de que os países continuassem com seus complexos militares próprios ou que se apetrechassem em países aliados aos Estados Unidos. Esse programa também permitia uma aproximação com os governos nacionalistas da região, que até esse momento mantinham posições de conflito com os Estados Unidos.

Para que essa hegemonia funcionasse, também precisou ser criado um centro de treinamento para militares latino-americanos. Esses militares posteriormente se tornavam difusores das táticas e práticas militares provenientes do Norte. Esse centro de treinamento foi a Escola das Américas, situada em um local que pudesse ser de fácil controle, mas

---

Também não foi ratificado pelos três países das Guianas. O tratado e suas ratificações estão em Organização dos Estados Americanos B29: *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* (Tiar). Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/spanish/firmas/b-29.html>. Acesso em: 20 ago. 2014. Uma das poucas vezes em que o Tiar foi acionado, aconteceu durante a Guerra das Malvinas (1982), quando a ditadura militar argentina tentou recuperar as ilhas pela via armada. O pedido de assistência realizado foi rejeitado porque a Argentina foi considerada o país agressor. Os Estados Unidos apoiaram finalmente as posições britânicas.

9. Outros detalhes sobre o acordo em Ayerbe (2002, p. 82).

sem estar sediada no território dos Estados Unidos. O local escolhido para a escola foi o canal do Panamá, controlado pelos Estados Unidos, onde funcionou de 1946 a 1984. Essa instituição serviu para a formação de militares em dois aspectos que pareciam centrais na luta contra o comunismo: a formação política e as táticas de contrainsurgência. Essas facetas foram se aprofundando e se aperfeiçoando desde o governo Eisenhower, principalmente quando teve lugar a Revolução Cubana, o que levou a intensificar a formação dos militares e policiais.

A outra grande medida foi a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, em um dos últimos encontros pan-americanos. Todos os países americanos assinaram a carta de fundação, com exceção dos países da Commonwealth e das colônias de países europeus. A OEA tinha uma posição importantíssima na estratégia estadunidense. Essa organização replicava a Organização das Nações Unidas (ONU) no nível regional e permitia a existência de mecanismos de consulta e diálogo que, por outro lado, também serviam como elemento de controle regional. A OEA atuaria como um organismo diplomático que defenderia e implementaria a estratégia continental estadunidense.

A última instituição que analisamos como parte dos recursos utilizados pelos Estados Unidos no controle regional é a Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês e como é mais conhecida). A CIA tinha como objetivo analisar todo tipo de atividade contrária aos Estados Unidos, tanto no território nacional quanto no estrangeiro. Ela foi, e é, o braço oculto que utilizam os governos estadunidenses para fortalecer determinados setores ou desestabilizar governos no estrangeiro. Nem todas as suas atividades podiam ser conhecidas, e o anonimato de seus agentes lhes permitia atuar de forma encoberta. Mesmo quando sua ação não esteve limitada à América Latina, a CIA participou de várias conspirações na região, fornecendo inteligência, técnicas ou recursos econômicos àqueles setores que se alinhavam com as políticas emanadas de Washington, ou que simplesmente eram contrários a seus inimigos. Também podiam colocar em contato conservadores ou golpistas com

## heranças e reflexões

aqueles que tinham como lhes prover recursos de qualquer tipo para as atividades de desestabilização.

Esse complexo de instituições e acordos tinha como objetivo manter o apoio dos governos da região de diversas formas, ou ao menos conseguir o apoio de um setor do estado que era um dos pilares principais da vida institucional da região: os militares. Essa é a outra parte da equação. Os Estados Unidos não atuavam no vazio; pelo contrário, tentavam construir uma base de sustentação em cada um dos países que permitisse que os princípios norteadores de sua sociedade, o livremercado e a sociedade democrática, pudessem se estender ao resto dos países da América Latina. Em alguns casos, contavam com o apoio da sociedade civil; em outros, era comprometido o apoio de alguns dos setores que pudessem garantir essa diáde. Se os governos eram reticentes, às vezes era possível contar com o apoio do Exército. O Exército foi uma das bases do poder político e de sustentação de várias experiências que podiam ser mais ou menos progressistas ou mais ou menos conservadoras e, na maioria das vezes, de forma autoritária.

Como mencionado anteriormente, o nacionalismo conservador era a ideologia dominante entre as Forças Armadas. Isso não obsta que algumas vezes parte das Forças Armadas tenha tomado atitudes que contrariavam o conservadorismo, como a Coluna Prestes, no Brasil, ou a República Socialista, no Chile. Essas eram exceções à norma, e geralmente as experiências progressistas tinham no nacionalismo econômico a base ideológica para rejeitar a influência dos poderes externos na economia nacional, além de serem uma forma de estimular o desenvolvimento econômico, promovendo uma integração social controlada. As Forças Armadas, como instituições autônomas e próprias de sociedades de massa, não tinham uma ideologia hegemônica. A hegemonia do liberalismo econômico e do conservadorismo político e social estava concentrada nos quadros superiores, e dessa forma permeava a organização. A partir da Segunda Guerra, as possibilidades de convívio entre setores nacionalistas e liberais foram se tornando cada vez mais difíceis, e não poucas vezes



os conflitos políticos envolveram setores das próprias Forças Armadas, às vezes em forma de guerra civil.<sup>[10]</sup>

O contexto de pós-guerra vai dar uma nova missão às Forças Armadas da região. Os conflitos e tensões tiveram lugar rapidamente no período de pós-guerra. A Bolívia foi o primeiro país a chamar a atenção, com a Revolução de 1952. A ameaça de revolução social proposta pelos mineiros transformou-se em uma revolução camponesa que acabou em uma contestação da ordem política, a qual não se transferiu necessariamente para a economia, principalmente para a mineração, sem conflitos. Como resultado da revolução, o exército foi reorganizado em 1953, e, para não se opor aos Estados Unidos, parte de seus novos quadros passou a ser treinada na zona do canal do Panamá.<sup>[11]</sup> As Forças Armadas passaram a ter um doutrinação ideológico que contrariava os princípios reformistas do movimento revolucionário. Uma década depois, esses mesmos militares promoviam um golpe contrário às reformas.

Se a Bolívia foi um chamado de atenção para o descontentamento existente, a divisória de águas da ação dos Estados Unidos viria com a experiência da Guatemala durante o governo de Jacobo Árbenz. Embora existissem outros governos que ora confrontavam, ora negociavam com os Estados Unidos, como os governos de Juan Domingo Perón, Getulio Vargas e Carlos Ibañez del Campo, o governo Árbenz modificaria as concepções estadunidenses sobre a relação com a América Latina. O caso da Guatemala deixaria assentados os limites possíveis para a implementação de mudanças e as formas de ação dos Estados Unidos dali em diante. Nesse mesmo ano, e como forma de isolar a Guatemala, foi aprovada uma nova resolução na X Conferência Pan-Americana, pela qual se condenava o comunismo e se afirmava que a instauração de um

---

10. Como aconteceu na Argentina entre setores liberais e nacionalistas, que se defrontaram politicamente desde 1955, o que resultou em um confronto armado em 1962 entre Azuis e Colorados. Para análise de um caso específico, ver: Rouquié (1986).

11. Sobre o treinamento dos novos oficiais, ver: Ayerbe (2002, p. 101).

regime desse tipo no território americano colocaria a paz em risco. O governo acusado de comunista era o de Árbenz, que recebia o apoio dos sindicatos e do Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT), nome utilizado pelo Partido Comunista.

A derrocada do governo Árbenz foi paradigmática. As medidas moderadas para a redistribuição das riquezas e a ativação econômica, como a reforma agrária e os planos educacionais e de saúde, foram vistas como uma ameaça aos interesses estadunidenses. Mesmo quando os Estados Unidos promoviam a reforma agrária como forma de alavancar o setor produtivo, o fato de Árbenz atingir as terras da United Fruit em território guatemalteco e a aliança que tinha com o PGT foram suficientes para que os Estados Unidos decidissem tomar medidas. A solução para o problema guatemalteco era o golpe que foi desenhado da seguinte forma: campanha de desestabilização pelos meios de comunicação, apoio a setores anticomunistas e antitrabalhistas e recrutamento de contrainsurgentes entre os tantos grupos que se ofereceram. A CIA financiou e organizou a ação dos opositores a Árbenz e legitimou esse apoio com o discurso do anticomunismo e a defesa dos interesses estadunidenses.<sup>[12]</sup>

O Golpe de 1954, produto de uma intervenção que teve como base Honduras, foi o início de uma prática que seria utilizada em outros casos: o recrutamento de militares e civis do país considerado sob ameaça comunista para serem treinados e doutrinados pela CIA em território aliado ou nos Estados Unidos. Isso concluía com o lançamento de uma invasão de forças irregulares, com o apoio logístico e econômico da CIA e do país hospedeiro. Se a manobra era bem-sucedida, os Estados Unidos reconheciam a ação e davam cobertura política e diplomática.

---

12. A mesma prática tinha sido utilizada um ano antes contra Mohammad Mossadegh, primeiro-ministro nacionalista do Irã. Na Guatemala, foi a primeira vez que a CIA alentava a utilização dessa prática na América Latina. Para mais detalhes, ver: Grandin (2002, p. 39-58).

Se a invasão resultava em fracasso, os derrotados tinham de arcar com as consequências.

É interessante que, em 1955, um ano depois do episódio Árbenz, Perón era derrocado na Argentina. As formas do golpe dado contra Perón foram as usuais de um golpe militar conservador clássico: levante das Forças Armadas com o apoio dos grupos de proprietários, mudança de governo com o controle das Forças Armadas e o apoio dos setores conservadores da sociedade e das associações de proprietários. O golpe ainda contou com o apoio dos setores intelectuais liberais e de grupos da esquerda moderada, como o Partido Socialista. Perón era identificado a essa altura mais como um demagogo, um populista ou um bonapartista. As repercussões de sua queda ficaram restritas à Argentina, e aparentemente a CIA pouco teve a ver com isso, e da mesma forma a embaixada dos Estados Unidos, o que mostra que foi mais um golpe tradicional que uma operação orquestrada pela inteligência desse país. Mesmo assim, o governo norteamericano rapidamente reconheceu o novo governo argentino. No novo contexto, Perón parecia produto de outra realidade, e não da Guerra Fria. A Terceira Posição do peronismo não afetava o balanço ideológico do continente, muito menos depois do início da Guerra da Coreia, uma vez que a política externa da Argentina pareceu mais alinhada com os Estados Unidos do que nos primeiros momentos do governo de Perón.<sup>[13]</sup>

O aprofundamento das políticas de controle ideológico e político do continente se fará evidente depois do processo insurrecional cubano, iniciado em 1956. Embora Cuba seja um marco para a política regional dos Estados Unidos, uma série de erros desse país permitiu que as ações do Movimento 26 de Julho, lideradas por Fidel, se transformassem em um divisor de águas para os movimentos revolucionários ou reformistas na América Latina. Os erros de avaliação dos Estados Unidos sobre esse movimento são incontáveis, desde a subestimação do grupo revolucionário à necessidade de desgastar o amigo indesejado que Fulgencio Batista

---

13. Para análise de um caso específico, ver: Rouquié (1986, p. 102-105).

começava a ser. Depois da revolução, continuaram os desacertos com as hostilidades a Fidel Castro em sua primeira visita a Washington e as sucessivas recusas às medidas tomadas pelo governo revolucionário.<sup>[14]</sup>

O caso cubano levou a uma redefinição das políticas anticomunistas da década de 1950. Uma nova política em relação ao comunismo foi colocada em ação: o inimigo não estava fora, também podia estar fronteira adentro. Aos poucos, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi se firmando como uma forma de pensar as oposições possíveis e toleráveis no espaço do continente americano. Os sucessivos governos dos Estados Unidos eram cada vez menos populares no contexto regional, e as demonstrações contrárias à sua presença, cada vez mais ostensivas.<sup>[15]</sup>

Essas questões levaram a uma nova forma de pensar as relações regionais e também a definir o comunismo de uma forma mais débil e menos restrita. Não eram comunistas unicamente aqueles que se declaravam marxistas ou estavam filiados aos partidos dessa orientação. Comunista ou “comunistizante” foi uma forma de definir também todos aqueles que não eram declaradamente contrários ao comunismo e aqueles que também manifestavam suas reivindicações e, de certa forma, questionavam a ordem social e econômica vigente. Entre os comunistizantes, passaram a ser considerados os políticos progressistas, as lideranças sindicais e camponesas e os estudantes.<sup>[16]</sup>

---

14. Ver: Vayssière (2001, cap. 5). Em 1961, os Estados Unidos tentaram controlar a desestabilização de outro ditador, Leónidas Trujillo, armando e dando cobertura aos rebeldes, porém a abertura política e as eleições livres resultaram em uma guerra civil, em 1965, e na posterior intervenção estadunidense e de Forças da Paz da OEA. A ideia original era evitar que os exilados dominicanos em Cuba levassem à frente uma revolução contra Trujillo, como tinham tentado em 1959. Sobre o assassinato de Trujillo, ver: Moya Pons (1998, p. 238-239).

15. Em 1958, a presença do vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, em Lima e principalmente em Caracas acabou em manifestações de repúdio que obrigaram a sua proteção e pronta saída. A revolta em Caracas foi de proporções tais que os Estados Unidos aprontaram tropas para ir em seu resgate. Ver: Miller (2008, p. 299).

16. Para ver como se gestou essa ampliação do sentido de comunismo, ver: Fernandes (2009, p. 839).

Se Eisenhower e Nixon tinham ficado sem ideias para o tratamento da questão regional, o governo de John Kennedy mudaria a pauta. No breve interregno de seu governo, ficou evidente que um governo pró-soviético podia ser uma grande complicação, como provou a crise dos mísseis em outubro de 1962. A administração Kennedy pretendeu tratar a questão em duas frentes: por um lado, com uma política de aproximação, e, por outro, com a promoção do desenvolvimento econômico, que foram os componentes da Aliança para o Progresso.<sup>[17]</sup> Por outro lado, essa administração passou a adotar uma nova política de controle ideológico, que combinava a repressão tradicional ao comunismo com novas táticas de contrainsurgência. E esse é o ponto que nos interessa para pensar a relação dos Estados Unidos com a América Latina, principalmente no golpe no Brasil em 1964.

A mudança de rumo na política anticomunista dos Estados Unidos seria mais evidente, e a transformação levaria a uma nova doutrina na luta contra o comunismo: a doutrina das fronteiras internas. Porém, essa doutrina não foi desenvolvida de forma clara e concreta. A Doutrina da Segurança Nacional, como viria a ser conhecida posteriormente (ela foi assim chamada pelos críticos da posição dos Estados Unidos), nunca foi apresentada com esse nome pelos governos estadunidenses. Porém, nos cursos ministrados na Escola das Américas, eram mencionados o “inimigo interno” e as “fronteiras ideológicas”. Isso implicava que a América Latina estaria envolvida em uma guerra do comunismo (totalitarismo) contra a democracia e a liberdade. E os guardiões da liberdade

---

17. Não podemos esquecer que a Aliança para o Progresso era tributária da Operação Pan-Americana ideada por Juscelino Kubistchek em 1959. Quando JK fez a convocatória para a operação, a resposta de Eisenhower foi a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, mas a Revolução Cubana levou a uma mudança no enfoque da relação regional e ao planejamento de uma política proativa mais abrangente. Ver: Miller (2008, p. 299-300).

e da democracia teriam de ser os militares, o último bastião defensivo dos valores ocidentais.<sup>[18]</sup>

John Kennedy foi claro ao manifestar, em março de 1961, que a segurança do “Mundo Livre” podia estar ameaçada não unicamente por ataques nucleares, mas também pelo lento desgaste vindo de fronteiras adentro por grupos que podiam ser guerrilheiros ou movimentos de massas com táticas as mais diversas. Esse posicionamento implicava a adoção de práticas que exigiam maior agressividade e firmeza perante essas ameaças. A Escola das Américas formava agentes para essa nova situação, porém era necessário também que esses agentes fossem mais ativos e recebessem um treinamento constante e atualizado. Se, desde o momento inicial de seu mandato, Kennedy sustentava essa política, ela só seria implementada plenamente depois de sua morte, na administração Lyndon Johnson, desde 1965, e depois do golpe em Santo Domingo. Nesse momento, Johnson afirmou que uma revolução era um problema local, mas se era de orientação comunista, implicava uma preocupação continental. Ou seja, a definição mais concreta foi dada depois do golpe civil-militar no Brasil.<sup>[19]</sup>

De fato, essas afirmações não foram implementadas necessariamente. Mesmo no caso cubano, aquele que mais tensionava a relação com os Estados Unidos, a solução implementada foi a tradicional. A princípio, tentou-se bloquear os revolucionários na conformação do governo e depois, ante o fracasso dessa medida, buscou-se isolá-los. O frio recebimento de Fidel Castro por Washington, em 1959, foi parte da estratégia de desgaste e isolamento que, contrariamente ao esperado, fortaleceu sua posição em Cuba. A segunda estratégia foi a mesma que na Guatemala: sabotagens e ações de propaganda para desgastar o governo e a preparação de uma invasão organizada, treinada e financiada pela CIA. Os

---

18. Sobre essa nova resolução e a modificação proposta por Kennedy, ver: Rouquié e Suffern (1997, p. 290-291).

19. Para mais definições, ver: Tapia Valdés (1980, p. 50-51).

contrainsurgentes que tentaram invadir a ilha pela baía dos Porcos, em junho de 1961, deveriam estabelecer uma cabeça de praia para formar um governo provisório e, uma vez alcançados esses objetivos, solicitariam o apoio dos Estados Unidos. A invasão foi um fracasso e a vitória castrista contribuiu, novamente, para a consolidação da revolução e sua aproximação definitiva da URSS.<sup>[20]</sup>

Novamente, voltamos aqui ao terreno da sincronia e da diacronia, assim como a refletir sobre a questão do *nacionalismo metodológico*. Voltemos ao Brasil. A situação nesse país era crítica, mas não era um caso isolado de conflitos entre reformistas e conservadores. No mesmo momento em que o Brasil estava em uma crise política, que não cabe a este capítulo analisar, e que ela derivaria no Golpe, outros países atravessavam crises similares. Não é preciso mencionar todos os casos de instabilidade regional, instabilidade que parecia crônica e da qual nem mesmo Cuba estava isenta, dado que enfrentava processos de desestabilização e guerrilhas. Olhemos rapidamente para o que estava acontecendo na Argentina, que, do ponto de vista estratégico para os Estados Unidos, pode ser considerada como equivalente ao Brasil. Desde a Revolução Libertadora, que havia derrubado Perón, nenhum governo parecia se consolidar. O primeiro governo foi provisório e durou 52 dias. O segundo pretendia se manter no poder por mais tempo, mas só conseguiu chegar até 1958, principalmente porque a população mantinha sua lealdade ao peronismo, como ficou evidente pelo maciço voto branco em eleições para uma nova constituinte em 1957. Sem contar que, desde 1956, atuaram grupos de resistência civil peronista, fato que foi seguido de um levante de parte do Exército em favor de Perón. A saída foi um chamado a eleições para contornar a crise existente. Seu sucessor, Arturo Frondizi, foi derrubado por um golpe em 1962, e o regime de exceção se manteve por 18 meses até as eleições. O presidente eleito em 1963, Ricardo Illia, também foi novamente derrubado

---

20. Outros dados em Ayerbe (2004, p. 50-52).

por outro golpe militar em 1966. E os golpes e arranjos no interior das Forças Armadas continuariam até 1973.

A instabilidade da Argentina e de outros países era produto da pressão estadunidense, por um lado, e das crises econômicas que se sucediam ante a impossibilidade de sustentar projetos econômicos industriais ou de crescimento sustentável, por outro. Qualquer mobilização era interpretada como um possível levante comunista, e em consequência sucediam-se as pressões estadunidenses para abortar as manifestações. Qualquer movimento sindical de reivindicação salarial era visto, em última instância, como decorrente da atração de uma possível organização comunista. A insatisfação popular crescente unida ao anti-imperialismo e às novas formas de protesto, como as ações clandestinas e guerrilheiras, levou a se redobram os esforços repressivos e as novas doutrinas de lutas contrainsurgentes. Nesse momento, uniram-se as táticas de interrogação sob tortura que os serviços de inteligência franceses utilizaram na Argélia à DSN da CIA e das fronteiras internas de Golbery do Couto e Silva. Porém, a conjunção dessas duas doutrinas data da segunda metade da década de 1960, depois do golpe civil-militar no Brasil.<sup>[21]</sup>

Algumas afirmações sobre a possibilidade de que os Estados Unidos interviessem no Brasil resultam fora de lugar. Mesmo quando Richard Nixon defendia uma intervenção militar estadunidense no Brasil, não podemos levar a sério essa afirmação. Em princípio porque, como temos mostrado, não foram realizadas intervenções diretas dos norte-americanos em lugar nenhum da América Latina. Nem mesmo quando o próprio Nixon era vice-presidente foi tomada a decisão de enviar os *marines* a Cuba em defesa das empresas de origem estadunidense ou contra o comunismo. A escalada no Vietnã precisou do incidente do golfo de Tonkin, em agosto de 1964, para primeiro serem enviados assessores militares

---

21. Sobre essa questão no Brasil, ver: Tapia Valdés (1980, p. 100 e seg.). Não podemos esquecer que aquela que seria a obra ideológica mais importante a respeito, que teoriza sobre a questão das fronteiras internas, só foi publicada em 1967: Couto e Silva (2003).



e, só depois, serem enviadas tropas. Mesmo no caso dominicano, com a ação de golpistas e com uma guerra civil, os Estados Unidos atuaram protegidos pelo marco dos Corpos da Paz da OEA.

As relações dos Estados Unidos com o governo João Goulart foram tensas e tiveram desencontros frequentes.<sup>[22]</sup> Os desencontros foram o suficiente para que os Estados Unidos atuassem de forma decisiva contra Jango? Jango teria caído pela ação dos Estados Unidos ou pela dinâmica das forças internas? Depois do que apresentamos, é possível afirmar que a pressão foi intensa, mas que foi processada segundo as linhas de fratura preexistentes. As forças sociais não se organizaram segundo a lógica da Guerra Fria e nem reagiram a como os Estados Unidos compreendiam a situação. A percepção deste país, por ser ideológica, desconhecia os condicionantes no interior das sociedades latino-americanas, que continuavam a opor conservadores e progressistas, industrialistas e produtores de bens primários, trabalhistas e liberais. A hipótese de uma intervenção dos Estados Unidos desconhece as ações da política exterior deste país e se prende ao discurso do mirante no período sem compreender que o discurso dos Estados Unidos era mais impactante que suas ações *in situ*, a ponto de não haver intervenções no período. E, ainda, a DSN só veio a ser efetivada no final da década, mais especificamente na década seguinte. Dessa forma, os Estados Unidos poderiam contribuir para municiar ideologicamente os golpistas, principalmente pelo treinamento na Escola das Américas de determinados quadros militares, mas o fato é que essa formação ideológica e o treinamento ministrado atuavam sobre os elementos que já dividiam a sociedade, dando nova orientação e legitimidade, mas sem alterar ou criar novas linhas de ruptura, como acontecia com os demais países da América Latina. As mudanças na radicalização ideológica das oposições e a implementação de novos repertórios repressivos ainda demorariam algum tempo para serem praticadas.

---

22. Sobre os desencontros entre Estados Unidos e Brasil no período, ver: Visentini (2011).

### Referências

ARÉVALO, Juan José. *Fábula del tiburón y las sardinas*. Ciudad de Guatemala: Flacso-Soros, 2005. Primeira edição: 1956.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Unesp, 2002.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Unesp, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 24 fev. 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm). Acesso em: 19 ago. 2014.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, Londrina, v. 2, n. 4, p. 839, jul./dez. 2009.

FERRERAS, Norberto O. La construcción de una *Communitas del Trabajo*: las relaciones de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) y América del Sur durante la década de 1930. *Dimensões: revista de História da Ufes*, Vitória, v. 29, 2013a.

FERRERAS, Norberto O. Las organizaciones internacionales y América: posiciones y posibilidades en las relaciones internacionales en las Américas en las primeras décadas del siglo XX. *Revista Eletrônica da Anphlac*, São Paulo, n. 15, p. 160, jul./dez. 2013b.

GRANDIN, Greg. *A revolução guatemalteca*. São Paulo: Unesp, 2002.

JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina: 1946-1976*. Buenos Aires: Sudamericana, 1990.

MILLER, Nicola. Las potencias mundiales y América Latina desde 1930. In: PALACIOS, Marco (ed.). *Historia general de América Latina: América Latina desde 1930*. Madri: Unesco/Trotta, 2008. v. VIII.

MOYA PONS, Frank. La República Dominicana, 1930c.1990. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina 13: México y el Caribe desde 1930*. Barcelona: Crítica, 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*: revista do CPDOC da FGV, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 178 e seg., 2010.

ROUQUIÉ, Alain. *Poder militar y sociedad política en la Argentina (II)*. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986.

ROUQUIÉ, Alain; SUFFERN, Stephen. Los militares en la política latinoamericana desde 1930. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina 12: política y sociedad desde 1930*. Barcelona: Crítica, 1997.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

TAPIA VALDÉS, Jorge A. *El terrorismo de Estado: la Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur*. México, DF: Nueva Editorial/Nueva Imagen, 1980.

VAYSSIÈRE, Pierre. La révolution de Fidel Castro à Cuba (1953-1990). In: LES RÉVOLUTIONS d'Amérique Latine. Paris: Seuil, 2001.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O populismo e as relações Brasil-EUA (1945 a 1964): a dialética do alinhamento e da autonomia. In: MUNHOZ, Sidney; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI*. Maringá: Eduem, 2011.

# Entre Brasil e Estados Unidos: a primeira etapa da coleção Brazil's Popular Groups: 1966-1986<sup>[1]</sup>

Rafaella Bettamio<sup>[2]</sup>

*Brazil's Popular Groups: a collection of materials issued by socio-political, religious, labor and a minority grassroots organizations* (BPG) é o título de uma coleção de documentos efêmeros, a maior parte folhetos, panfletos, pôsteres e periódicos com pequena tiragem e curta duração. Seus materiais foram produzidos por diversos grupos sociais do Brasil a partir da década de 1960 e reunidos pela representação da Biblioteca do Congresso norte-americano (Library of Congress) no Rio de Janeiro e microfilmados

- 
1. Este artigo foi produzido entre 2015 e 2016, no meio da minha pesquisa de doutorado. O texto precede importantes revelações ocorridas a partir do período de seis meses dedicados à bolsa de doutorado sanduíche da FAPERJ na Georgetown University, em Washington, quando pesquisei *in loco* os documentos administrativos da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos sobre o período da ditadura civil-militar do Brasil. Entre os resultados finais desta pesquisa estão a minha tese de doutorado do CPDOC/FGV, *Brazil's Popular Groups: história e significados de uma coleção da Library of Congress* (BETTAMIO, 2018), e a obra publicada pela Editora Appris, *História de uma coleção invisível: narrativas e liminaridade da coleção Brazil's Popular Groups da Library of Congress* (Bettamio, 2021).
  2. Pesquisadora da Coordenação de Pesquisa do Centro de Pesquisa e Editoração da Fundação Biblioteca Nacional. Doutora em História, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV) com estágio pós-doutoral junto ao Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) e ao Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT), ambos vinculados à Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

em sua sede em Washington, nos Estados Unidos. O ano dos últimos documentos do primeiro conjunto apresentado pela BPG é 1986, quando se encerrou a primeira etapa da coleção. Esta produziu ainda diversos conjuntos posteriores, referentes aos triênios 1987-1989 e 1990-1992 e aos anos de 1993 a 2016, quando a coleção é encerrada.

De forma geral, pode-se dizer que a coleção *Brazil's Popular Groups: 1966-1986* foi motivada pelo interesse do Congresso norte-americano nas atividades de grupos sociais do Brasil a partir dos anos 1980, quando a coleção é efetivamente criada pela Biblioteca do Congresso norte-americano, ainda que existam documentos anteriores em seu conjunto. A partir de então, a referida biblioteca, organizadora da coleção, se tornou responsável por disponibilizar as informações ali contidas e difundi-las aos congressistas, pesquisadores, universitários e institutos e bibliotecas acadêmicas que tivessem interesse em comprar cópias dos seus microfilmes.

Como as atividades da Biblioteca do Congresso e de seu escritório de representação, localizado no Consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, vão desde o interesse e a coleta até a seleção, organização e disponibilização da coleção, ela imprime, por meio desse processo, a sua visão ao conjunto da BPG, e constrói sua narrativa sutilmente. A narrativa que a coleção imprime nos documentos, afinal, não é apresentada de forma clara aos seus leitores, que são comumente fígados pelas informações trazidas nos documentos, entendendo-os como fontes de informação para suas pesquisas, fragmentos do passado. Diante disso, a coleção confere poder a seu colecionador e o transforma em uma espécie de narrador invisível.

Ao disponibilizar os documentos da BPG ao público interessado, a Biblioteca do Congresso cumpre certos requisitos que, de acordo com Pomian (1984), são fundamentais para caracterizar qualquer coleção:

[...] qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos

## heranças e reflexões

a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público (Pomian, 1984, p. 53).

Essa definição, contudo, não abrange todos os elementos que devem ser considerados para caracterizar o que vem a ser uma coleção, pois, desde que Pomian desenvolveu de forma pioneira essa categoria, muito já se discutiu e avançou no sentido de melhor compreendê-la, em especial no campo da museologia.

O principal aspecto de uma coleção diz respeito a sua exposição, já que o que lhe dá sentido é a percepção de que seus objetos, quando expostos ao olhar, ligam aquilo que é visível (obras de arte e documentos, por exemplo) ao invisível, ou seja, a situações passadas, distantes ou sagradas.

O aspecto homogeneizador de uma coleção é, portanto, o fato de seus objetos servirem como intermediários entre dois mundos, o dos vivos e o dos mortos, o do profano e o do sagrado, o do presente e o do passado, o do desconhecido e o do conhecido. É a linguagem que engendra o invisível e, de acordo com Pomian, o aspecto utilitário das coleções está no significado que apresentam ao espectador, o que as torna, em última instância, “semióforos”, categoria criada pelo autor para configurar a capacidade que objetos de uma coleção têm de relacionar dois mundos distantes.

Esse conceito serve para designar como os colecionadores e o público em geral imprimem nas mais diversas coleções, dentre as quais as de museus, bibliotecas e arquivos públicos, o desejo de se conectar a memórias e, por meio delas, estabelecer identidades. Para haver essa interação entre o passado e o presente mediante objetos de uma coleção, tais objetos devem ser expostos seguindo um fio narrativo capaz de lhes atribuir significado e de torná-los mediadores entre dois mundos. Dessa maneira, é apropriado dizer que os documentos da coleção *Brazil's Popular Groups* tornaram-se “semióforos” a partir do momento em que foram organizados e disponibilizados pela Biblioteca do Congresso norte-americano:

[...] a linguagem engendra o invisível, porque o seu próprio funcionamento, num mundo onde aparecem fantasmas, onde se morre e acontecem mudanças, impõe a convicção de que o que se vê é apenas uma parte do que existe. A oposição entre o visível e o invisível é, antes de mais nada, a que existe entre aquilo de que se fala e aquilo que se apercebe, entre o universo do discurso e o mundo da visão (Pomian, 1984, p. 68).

Benoît de l'Estoile, ao compreender que “o museu dos outros pode ser também um museu de si” (L'Estoile, 2011, p. 37), chama a atenção para a capacidade e a necessidade de se conhecer e compreender, por meio de coleções sobre culturas e povos distantes no tempo ou no espaço, os objetivos e as características de quem as coleciona. Nesse sentido, o presente artigo lança um olhar sobre a coleção *Brazil's Popular Groups* a fim de revelar alguns dos componentes formadores da narrativa de sua colecionadora, o que é essencial para tratar a BPG não apenas como fonte, mas como objeto de estudo.

Partindo da ideia de que a BPG, na década de 1960, era parte do processo de construção de um “campo intelectual” (Bourdieu, 1968)<sup>3</sup> sobre a América Latina nos Estados Unidos, dois procedimentos são indispensáveis para compreender seus significados: identificar os elementos que a compõem e relacioná-los com os valores e interesses, sobretudo políticos e econômicos, que levaram a Biblioteca do Congresso a constituí-la.

---

3. O conhecimento que os norte-americanos visavam obter sobre a América Latina para ampliar sua hegemonia no continente e impedir o alinhamento de mais países com a União Soviética (a Revolução Cubana datava de 1959) era constituído pela formação de um campo intelectual que se instrumentalizava por meio da coleta cada vez maior de informações necessárias para criar significados políticos e econômicos comuns e efetivos. O conhecimento dos povos e de suas reivindicações daria instrumentos para que os Estados Unidos pudessem agir sobre situações adversas e construir a autonomização de seus interesses para a região.

### Entendendo a BPG

A primeira etapa da coleção *Brazil's Popular Groups* se insere em um contexto específico da política norte-americana, iniciado ainda nos primeiros anos da Guerra Fria (1945-1991).

O interesse dos Estados Unidos em conhecer mais de perto os problemas sociais específicos da América Latina se institucionaliza na década de 1960, após a promulgação do National Defense Education Act, em 1958, legislação votada pelo Congresso norte-americano e assinada pelo presidente Dwight David Eisenhower (1953-1961). Esse ato legal foi a principal regulamentação política que instituiu a educação como ponto estratégico da defesa do Estado norte-americano diante da ameaça soviética.

Na década seguinte ao término da Segunda Guerra Mundial, o National Defense Education Act atribuiu um papel fundamental à educação, que passou a ser encarada internamente como central para a política de defesa dos governos dos Estados Unidos e, por conseguinte, para a continuidade da supremacia econômica, financeira e militar do país no mundo ocidental. Alinhada a essa estratégia de defesa, havia também a particular preocupação do Estado norte-americano em reforçar sua habilidade nas áreas de ciência e tecnologia, a fim de garantir a sua hegemonia também nessas esferas, que pareciam ser dominadas pela União Soviética. Afinal, durante as primeiras décadas da Guerra Fria, os saberes científicos e tecnológicos passavam a ser vistos como um dos principais recursos de poder universal.

O National Defense Education Act previa um imenso investimento em todos os setores e níveis das instituições de ensino e de pesquisa dos Estados Unidos. Entre as pesquisas financiadas, estavam as relacionadas com a cultura latino-americana, que promoviam, por exemplo, o estudo das línguas ibéricas, o intercâmbio de alunos das universidades norte-americanas e das dos demais países latinos, assim como o financiamento de bolsas de intercâmbio na América Latina para intelectuais norte-americanos e para a tradução de obras de pesquisadores de língua ibérica.



É elucidativo a esse respeito o conteúdo da introdução de *O Brasil dos brasilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos (1945-2000)*, de Rubens Antônio Barbosa, Paulo Roberto de Almeida (ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos), e Marshall C. Eakin (2002). A introdução relaciona o surgimento do National Defense Education Act ao aumento expressivo das pesquisas sobre os países latinoamericanos dentro das universidades norte-americanas:

[...] certamente nunca se teve, antes dos anos 60 e 70 do século XX, um tão rápido desenvolvimento e mesmo tal benéfica proliferação de especialistas estrangeiros em temas do Brasil como o processo de “multiplicação” de brasilianistas permitindo a partir do National Defense Education Act de 1958, que, estabelecido por decisão do congresso americano, irrigou, através de seu famoso “Title VI”, as universidades dos EUA com generosos recursos federais dirigidos à pesquisa, ao treinamento e ao ensino de questões latinoamericanas nos centros universitários e de estudos dos EUA (Almeida; Eakin; Barbosa, 2002, p. 33).

De acordo com Ralph Hines, que foi diretor do Departamento de Educação Internacional do Programa de Serviços de Educação dos Estados Unidos, antes da aprovação do National Defense Education Act, o ensino de algumas das línguas faladas por mais de três quartos da população mundial estava sendo oferecido a alunos norte-americanos em colégios e universidades de forma inexpressiva, pois não existia número suficiente de estudiosos para realizar pesquisas nessas línguas ou mesmo ensiná-las (Hines, 2001, p. 67).

Para atender à necessidade de formar especialistas com a atuação do National Defense Education Act, foram financiados dezenove centros de estudos internacionais, os atuais “Centros Nacionais de Pesquisa” (NRC). Além dos NRC, mais três programas também foram criados: o programa “Língua Estrangeira e Estudos da Área” (Flas); o “Pesquisas e Estudos Internacionais” (IRS) e os “Institutos de Idiomas” (LI). Juntos,

esses programas formaram um panorama abrangente para possibilitar o avanço do conhecimento nos Estados Unidos sobre as línguas e culturas de diversas regiões do mundo, ajudando a preparar aquele país para os desafios globais atuais e futuros.

De acordo com David Wiley, diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade Estadual de Michigan, o National Defense Education Act anunciou um importante compromisso norte-americano ao dedicar especial atenção ao mundo além de suas fronteiras. Primeiramente, sob a forma do ensino de línguas estrangeiras, até então bem restrito no país; em seguida, ao incentivar o aprendizado mais detalhado das histórias, sociedades, culturas e sistemas políticos das principais potências estrangeiras, bem como das nações do “Terceiro Mundo” que vinham se multiplicando (Wiley, 2001, p. 13).

Segundo ele, antes do National Defense Education Act, o hindi, por exemplo, era estudado por apenas 23 alunos nos Estados Unidos; isso num momento em que a Índia já era a maior democracia do mundo e líder do Movimento dos Países Não-Alinhados aos Estados Unidos ou à União Soviética, no mundo bipolarizado conformado pela Guerra Fria, que reunia aproximadamente 120 países. Prometendo manter a independência em relação a ambos os lados da Guerra Fria, os Estados nacionais que aderiram ao Movimento dos Não-Alinhados representavam uma ameaça aos Estados Unidos por agirem coletivamente contra a sua intervenção e de países da Europa Ocidental no chamado Terceiro Mundo, além de aceitarem apoio financeiro ou militar soviético.

Assim como vinha ocorrendo em relação aos países recém-independentes da África e da Ásia, a Revolução Cubana, concretizada em 1º de janeiro de 1959, foi crucial no surgimento do interesse norte-americano pelo ensino das línguas, histórias e lutas sociais dos países latino-americanos. Além da competição científica, econômica e tecnológica travada com a União Soviética naquele momento, o estudo sobre os países do Terceiro Mundo, entre os quais os da América Latina, passou também a ser encarado como estratégico para a defesa norte-americana. O caso de

Cuba trouxe a preocupação com os movimentos sociais latino-americanos, uma vez que o surgimento de uma “segunda Cuba” representaria grande ameaça à hegemonia estadunidense no continente.

Frear a influência cubana e o alinhamento de seus vizinhos ao sistema ideológico protagonizado pela União Soviética passou a ser o foco dos Estados Unidos na América Latina. O panorama histórico e social desses países latinos, porém, não parecia contar a favor da grande potência capitalista, já que todos eles compartilham histórias que remetem ao sofrimento implantado pela escravização de negros e indígenas, pelo extermínio de povos originários, pela exploração desenfreada de recursos naturais, grande concentração de renda nas mãos de uma pequena elite, entre outras características que, naquele contexto de mundo bipolarizado, era motivo de grande preocupação para os EUA. Afinal, a herança comum aos povos latino-americanos, se fosse levada ao centro dos sentimentos nacionais e patrióticos por suas populações, poderia propiciar o alinhamento desses países às ideias socialistas então protagonizadas pela União Soviética, assim como havia ocorrido em Cuba (Arruda; Pilletti, 2005).

É justamente nesse contexto de Guerra Fria e Revolução Cubana que, com o apoio do Estado norte-americano (Fico, 2008), o golpe civil-militar inaugura no Brasil a primeira da série de ditaduras que se seguiriam na América Latina. Dois anos mais tarde, em 1966, a Biblioteca do Congresso norte-americano fundou, no Consulado-Geral dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro, sua representação na América Latina.

É importante chamar a atenção para a ligação de certas situações com as medidas de segurança norte-americanas em prol da manutenção e da ampliação do poderio mundial dos Estados Unidos naquele momento: a aprovação do National Defense Education Act, em 1958; o golpe civil-militar no Brasil, em 1964; e, por fim, a abertura do escritório da Biblioteca do Congresso norte-americano no Rio de Janeiro, em 1966. A tais fatos, se somam ainda a abertura estratégica de outros escritórios da Biblioteca do Congresso norte-americano. Além do escritório do Rio de Janeiro, os outros cinco que ela mantém até hoje estão na Ásia e na África, continentes

cujos países já eram considerados subdesenvolvidos ou pertencentes ao Terceiro Mundo, a saber: em Islamabad, no Paquistão (o escritório foi instalado em 1965 em Carachi e transferido para Islamabad em 1995); no Cairo, no Egito (desde 1963); em Jacarta, na Indonésia (desde 1963); em Nairóbi (desde 1966), no Quênia; e em Nova Délhi, na Índia (desde 1962).

Tais escritórios foram instalados com a missão de angariar materiais bibliográficos que transmitissem informações sobre a cultura e a situação política e socioeconômica local, de modo a permitir que estudos norte-americanos sobre tais regiões fossem aprofundados. A coleção *Brazil's Popular Groups* é decorrente dessa estratégia norte-americana de investir no conhecimento com o objetivo de preservar os seus interesses político-econômicos pelo mundo. A existência de seis escritórios de representação da Biblioteca do Congresso norte-americanos ainda em atividade supõe que a estratégia lançada na década de 1960, durante a Guerra Fria, teve sucesso a ponto de justificar o custo da manutenção desses escritórios até a atualidade.

Mas o que vem a ser a coleção *Brazil's Popular Groups*? Pode-se dizer que, essencialmente, ela é produto do esforço dos líderes à frente do Estado norte-americano, por meio de uma instituição vinculada diretamente ao seu parlamento, de reunir uma grande massa de documentos de pequena circulação relacionados aos movimentos sociais.

Uma série de procedimentos que conferiram à coleção determinada organicidade, ao mesmo tempo imprimiram a seu conjunto uma narrativa própria, que ultrapassa aquela produzida por cada um dos movimentos sociais, atores e organizações envolvidos com a elaboração dos documentos e publicações reunidas e organizadas. No caso da coleção *Brazil's Popular Groups*, os procedimentos de organização/narração envolvem: a coleta e a seleção dos documentos; a subdivisão dos documentos em grupos temáticos específicos; a criação de tabelas destinadas a classificá-los, apresentadas na parte inicial de cada um dos rolos de microfilmes; o processo de microfilmagem; e, por fim, a divulgação da coleção. Por meio de cuidadoso trabalho de seleção, organização, preservação e divulgação,

a Biblioteca do Congresso norte-americano, organizadora da coleção, adota uma linha narrativa de interpretação que conduz o leitor ao escopo documental apresentado, o que acaba por conferir ao colecionador/organizador atuação similar à de um narrador.

Apesar de a organização da coleção *Brazil's Popular Groups* certamente dialogar e transparecer os assuntos abordados pelos movimentos sociais brasileiros na época, não se pode perder de vista o poder que quaisquer mecanismos de organização potencialmente exercem sobre um conjunto documental. Daí que a primeira parte da coleção, decorrente de uma espécie de mapeamento das atividades dos movimentos sociais brasileiros, deve ser compreendida também como uma interpretação de agentes da Biblioteca do Congresso norte-americano sobre a importância daqueles grupos em diferentes momentos históricos do Brasil.

Em 1988, dois anos após o primeiro recorte estipulado pela organizadora da coleção (1966-1986) — aqui considerado como a primeira etapa desta —,<sup>4</sup> os documentos que integram a BPG, já divididos em 10 subtemas, foram microfilmados em sua sede em Washington, nos Estados Unidos. Os dez subtemas dessa primeira etapa da coleção, pelos quais estão distribuídos os 1146 documentos em 31 rolos de microfilmes, estão organizados da seguinte forma: “Reforma agrária” (cinco rolos: 210 documentos); “Trabalhadores e Classes trabalhadoras” (quatro rolos: 159 documentos); “Partidos e Questões políticas” (dois rolos: 114 documentos); “Religião e Teologia” (oito rolos: 232 documentos); “Índios” (dois rolos: 51 documentos); “Questões relativas à educação e à comunicação” (três rolos: 55 documentos); “Direitos humanos e de minorias” (dois rolos: 57 documentos); “Questões urbanas” (um rolo: 51 documentos); “Negros”

---

4. Trato o período inicial da coleção *Brazil's Popular Groups* como primeira etapa pelo fato de os documentos que a compõem terem sido coletados até 1986 e microfilmados em 1988. Somente dois anos mais tarde a Biblioteca do Congresso continuaria a organizar a coleção, apresentando dois suplementos seguintes, de formato trianual (1987-1989 e 1990-1992). A partir de então, iniciou as produções anuais. A última leva de microfilmes da coleção foi relativa ao ano de 2016, quando a coleção parou de ser produzida.

(um rolo: 10 documentos) e “Mulheres” (dois rolos: 64 documentos) e “Pôsteres” diversos (dois rolos: 143 documentos no total, cada um com a indicação do subtema a qual se refere).<sup>5]</sup>

Pode-se dizer que os objetivos dos organizadores dos documentos colecionados, ligados a movimentos sociais da época, e da organizadora da coleção *Brazil's Popular Groups*, a representação da Biblioteca do Congresso norte-americano no Rio de Janeiro, de alguma maneira, convergiam em torno da educação política e social. De um lado, *informar e educar* a população acerca de sua condição e do que poderia ser feito para mudá-la era a estratégia de atuação da maioria dos movimentos sociais brasileiros apresentados na coleção; de outro, *estudar e compreender* os documentos produzidos por tais grupos era uma das estratégias utilizadas pelo Estado norte-americano para fazer conhecer, nos Estados Unidos, a situação política e social brasileira da época e, desse modo, garantir e ampliar seu poder no maior país latino-americano. Pode-se dizer que a educação, de um lado ou de outro, foi a condutora de toda a primeira parte da coleção *Brazil's Popular Groups*.

### Através da BPG: religião e teologia

A Revolução Cubana de 1959 havia revelado que a percepção das populações latino-americanas sobre o lugar periférico que ocupavam no mundo vinha sendo propiciada pela incorporação de teorias políticas e sociais de alto sentido crítico, principalmente as de corte marxista. Era esse conhecimento que vinha norteando grande parte das estratégias de

---

5. Nas etapas seguintes, a Biblioteca do Congresso acrescentou outros subtemas à coleção, como: “Crianças e jovens”; “Grupos étnicos: outros”; “Homossexuais e bissexuais”; “Meio ambiente e ecologia”. Percebe-se, portanto, que com o tempo a coleção ampliou seu escopo temático, assumindo, assim, abordagens diferentes daquelas de seu momento inicial. Estima-se atualmente que toda ela tenha produzido cerca de 330 rolos de microfimes.

mudanças traçadas por grupos populares dos países latino-americanos, que, a partir da experiência cubana, passaram a ser encaradas como potenciais ameaças à hegemonia do sistema capitalista no continente. A BPG apresenta documentos que, de alguma maneira, disseminavam esse tipo de conhecimento.

Sob essa perspectiva de compreender as reivindicações, bem como as estratégias dos movimentos e seu alcance popular, percebe-se a importância que muitos documentos didáticos sobre questões sociais poderiam ter para os agentes do Estado norte-americano. Encontram-se na coleção *Brazil's Popular Groups*, por exemplo, documentos que apresentam teorias sobre o reconhecimento do lugar latino-americano no sistema capitalista global, estratégias de luta social e críticas às grandes corporações.

É interessante destacar que, apesar de um dos subtemas apresentados pela coleção tratar unicamente de “Religião e Teologia”, esse assunto não está restrito a essa seção. Grande parte dos documentos de toda a primeira etapa da coleção é proveniente de organizações ligadas à Igreja Católica e, especialmente, relacionada com a Teologia da Libertação, que propunha a reflexão sobre as práticas eclesiais e políticas sob a luz da Palavra da Revelação.

De forma geral, os documentos da coleção apresentam forte caráter didático, com linguagem clara, direta, em formato de folheto ou panfleto. Eram, por exemplo, capazes de apresentar teorias sociológicas em histórias em quadrinhos, entre elas a teoria marxista, ou mesmo transportar tais teorias para histórias com base no dia a dia de determinados grupos, tornando-as mais acessíveis. O formato e a linguagem produzidos e intermediados por setores de uma instituição com o poder e o alcance da Igreja Católica, sem dúvida, conferiam aos documentos alta capacidade de formar, informar e conscientizar segmentos da população brasileira e latino-americana, muitas vezes à margem de debates políticos e sociais.<sup>[6]</sup>

---

6. Para mais informações sobre a Teologia da Libertação, ver: Boff (1998) e Löwy (2000).

A Igreja Católica tinha setores que vinham rompendo barreiras internas e influenciando principalmente jovens católicos a lutarem por diversas causas sociais, com a Teologia da Libertação como o princípio orientadora dessa tendência na América Latina. A Teologia da Libertação transcendia o campo religioso e deve ser historicamente situada para além do espaço eclesial, no contexto histórico de rebeliões que irromperam em muitas partes do mundo ocidental a partir de meados dos anos 1960.

A ideia da derrubada de esquemas tidos como opressivos na cultura, na política e nos hábitos cotidianos tomou força entre os jovens do mundo ocidental, e parte expressiva dos membros da Igreja Católica trouxe para dentro dela esse clamor por libertação. Aliado a isso, foram traduzidos para o contexto latino-americano os apelos de abertura ao mundo feitos pelo Concílio do Vaticano II, entendendo-se que a Igreja deveria derrubar suas próprias barreiras e entrar no mundo dos pobres e oprimidos. Para muitos cristãos, a luta diária não deveria ser em busca do desenvolvimento, que já era visto como aprofundamento do subdesenvolvimento e, portanto, como opressão. Para eles, a demanda desses cristãos deveria se concentrar em um projeto de libertação. Nasceram, assim, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), as pastorais sociais e o engajamento direto de grupos cristãos em movimentos políticos.

Segundo Michael Löwy (2000), entre os principais alicerces desta nova teologia estavam: a libertação humana como antecipação da salvação final em Cristo, uma nova leitura da Bíblia, uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente, o desenvolvimento de comunidades cristãs entre a população pobre e, principalmente, a opção pelos pobres e a solidariedade com sua luta em prol da autolibertação. Os princípios da Teologia da Libertação passaram a embasar parte do clero católico; no Brasil, porém, encontraram fortes resistências por parte da cúpula conservadora da Igreja. Nova e revolucionária, a Teologia da Libertação dialogava com princípios básicos do socialismo, o que, aos olhos da maior potência capitalista mundial, era o bastante para que ela fosse, no mínimo, observada mais de perto.



Um fenômeno latino-americano que surge em meio ao contexto da Guerra Fria, no qual o mundo se encontrava polarizado entre o capitalismo norte-americano e o comunismo soviético, a Teologia da Libertação causou muita polêmica e difamação no Ocidente. Sua teoria partia da consciência ética da humanidade e tinha por foco central a contestação do cenário de condenação das grandes majorias à miséria e à exclusão para sustentação de privilégios de minorias nacionais e internacionais.

No final da década de 1960, após a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, na Colômbia, conhecida também como Conferência de Medellín, quando o envolvimento pastoral ficou mais sistematizado e tinha por diretriz básica a opção pela população pobre, a Teologia da Libertação passou a ser encarada cada vez mais como uma ameaça à hegemonia capitalista na América Latina.<sup>[7]</sup> Nem mesmo sua ligação com a Igreja Católica conseguiu evitar que muitos de seus adeptos fossem perseguidos, presos, torturados e assassinados por agentes das ditaduras militares na América Latina.

Ao percorrer os documentos da primeira etapa da coleção através dos dez subtemas catalogados e dos múltiplos documentos neles indexados, pode-se compreender um pouco mais a influência da Teologia da Libertação, bem como as reivindicações dos grupos sociais brasileiros que despertavam o interesse norte-americano no intervalo de 1966 a 1986, e, ainda, os setores da Igreja Católica que estavam mais envolvidos nessas lutas.

---

7. A primeira geração da Teologia da Libertação foi marcada pelos seguintes nomes: Gustavo Gutiérrez, do Peru; Juan Luiz Segundo, do Uruguai; Hugo Asmann, do Brasil; e Enrique Dussel e Míguez Bonino, ambos da Argentina. Essa foi a primeira geração. Seguiram-se outras.

### “Índios” e “Mulheres” aos olhos da BPG<sup>[8]</sup>

Como a coleção BPG é muito extensa, nós aqui nos deteremos rapidamente em apenas dois de seus subtemas, “índios” e “mulheres”, de modo a exemplificar alguns dos principais assuntos abordados na primeira etapa da coleção *Brazil's Popular Groups*.

Dentro do tema “índios”, encontram-se 51 documentos, 33 dos quais provenientes de entidades ligadas à Igreja Católica, enquanto no tema “mulheres” ocorre o inverso: do total de 64 documentos, a grande maioria é relacionada com entidades laicas, e apenas três provêm de organizações ligadas à Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), ou seja, à Igreja Católica.

Apesar de ter o início referenciado a 1966, “índios”, em particular, é um dos poucos subtemas da coleção com documentos dos anos 1960. Claramente influenciada pela Teologia da Libertação, a maioria dos documentos contidos neste subtema, produzida por células eclesiais, traz uma carga de denúncia à situação das populações indígenas.

No total, a categoria “índios” é composta por 43 panfletos e oito periódicos.<sup>[9]</sup> Originam-se do Distrito Federal e dos estados de Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Pernambuco, Roraima, Amapá, Rio Grande do Sul, Maranhão, Santa Catarina e Sergipe. Desse total de 51 documentos, sabe-se a origem de 35, dos quais 19 são da CNBB ou do Cimi – Conselho Indigenista Missionário –, criado em 1972; e 16 são de conselhos em defesa dos indígenas e um da Fundação Nacional do Índio (Funai).

---

8. Com relação à pesquisa documental, devo especiais agradecimentos às ex-estagiárias do Centro de Pesquisa e Editoração da Fundação Biblioteca Nacional, Vaneza de Azevedo e Renata Aquino, que muito ajudaram na leitura e no fichamento de boa parte desses documentos.

9. Entre os oito títulos de periódicos, encontra-se o que pode ser considerado um tesouro por causa de sua raridade: a coleção completa do jornal *Luta Indígena*, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário do Sul em Xanrerê, Santa Catarina, no período de 1977 a 1984, e que vai do primeiro ao vigésimo-terceiro exemplar.

Diferentemente do que acontece nos demais subtemas da BPG, entre os folhetos de “índios” não se percebe a preocupação em se apresentar um texto didático, apesar de trazerem muitas imagens, sobretudo fotos e mapas, para ilustrar certas situações. É notório que essa característica se deve ao fato de que os folhetos, panfletos e periódicos encaixados sob o assunto não eram destinados a educar as camadas mais pobres, como ocorre com grande parte dos documentos encontrados nos demais subtemas. A ideia predominante nos documentos desse grupo era registrar, divulgar e colocar em pauta as bandeiras de luta dos povos indígenas a fim de denunciar as violações perpetradas contra eles e reivindicar seus direitos ao Estado.

Os conteúdos centrais dos documentos sobre o tema são, em geral, descrições de povos indígenas feitas por antropólogos, transcrições de falas dos chefes indígenas em encontros, relatos de acontecimentos, entre outras situações. O tom de denúncia, por exemplo, de “Y-Juca-Pirama: o índio: aquele que deve morrer: documento de urgência de bispos e missionários”, de 1973, é bem representativo; traz informações sobre a vida nas aldeias, a demarcação de terras e a disputa com grandes latifundiários, que era apresentada na maioria dos documentos da seção “índios” como o grande problema enfrentado pelas tribos. Os documentos com este conteúdo são espécies de relatórios-denúncia sobre as condições encontradas por missionários nas comunidades indígenas de todo o Brasil.

Outro bom exemplo é o relatório do Cimi de 1980, que faz a defesa do território do povo Nambiquara. O documento destaca a inconstitucionalidade e o desrespeito ao Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973) decorrente da construção da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), uma vez que esta cortava o território dos indígenas Nambiquaras. O documento denuncia também a inoperância da Funai diante do genocídio promovido por fazendeiros na época, assim como a pressão que estes faziam sobre o Ministério do Transporte para a construção da BR-364, que atravessaria os estados de Mato Grosso e Rondônia.

## heranças e reflexões

É interessante destacar que grande parte dos documentos com esse teor de denúncia conta com assinaturas de chefes indígenas, bispos e antropólogos. Os registros intencionam claramente documentar a experiência dos grupos indígenas na luta pela sobrevivência de sua cultura e manutenção de seu território. Amparados por fotos de reuniões, mapas de aldeias e traçados das rodovias, depoimentos eram coletados e registrados para serem encaminhados às autoridades a fim de aumentar o alcance daquelas reivindicações.

Ao subtema “mulheres”, por sua vez, correspondem 53 panfletos e 11 periódicos. Catorze documentos não apresentam data de publicação, e sobre oito deles tem-se apenas a informação de que foram produzidos na década de 1980. Apenas um tem data anterior a 1979: intitulado “Mulher desfigurada”, datado de 1973, sem local, data e editor, apresenta um curioso *clipping* de publicações datilografadas sobre a atuação da mulher em diversas esferas da sociedade nos primeiros anos da década de 1970, conferindo destaque para as teses feministas marxistas de Heleith Safiotti, socióloga da USP e orientanda de doutorado de Florestan Fernandes. Os demais documentos datados se concentram entre os anos 1979 e 1986, em circunstâncias da Lei de Anistia e do debate acerca da Constituinte.

Entre os locais de origem atribuídos às publicações compiladas nesse grupo estão o Distrito Federal e os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Pernambuco e Paraíba. A região Sudeste, entretanto, tem maior evidência, uma vez que documentos provenientes dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo são mais numerosos. Na parte de periódicos, encontramos 11 exemplares de jornais e revistas publicados em São Paulo (9), Paraná (1) e Rio de Janeiro (1).

A diversidade de grupos e de temas envolvidos com ideais feministas no Brasil é uma das interessantes características na seção. Os periódicos *ChanacomChana*, publicado pelo Grupo Ação Lésbica Feminista (Galf), de São Paulo; *Mulherlibertação: Boletim Nacional da Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM)*, publicado pela própria PMM de São Paulo; *Avante*

*Mulher*, publicado pela Editora Avante Rio e Mulherlibertação, do Rio de Janeiro; são alguns exemplos.

A grande maioria dos folhetos e panfletos é composta por publicações de movimentos sociais organizados, entre eles a Organização Autônoma das Mulheres, o Centro de Memória Sindical, a Associação dos Empregados Domésticos na Área Metropolitana da Cidade do Recife e o Movimento das Mulheres do PMDB. No início da década de 1980, já no fim da ditadura civil-militar, é interessante destacar que algumas dessas organizações de cunho feminista estavam diretamente relacionadas com as esferas de governos estaduais e federal. O Conselho Estadual da Condição Feminina, criado por decreto estadual do governo de São Paulo ainda em 1983 e institucionalizado por lei em 1986, tinha por objetivo contribuir para a formulação e o acompanhamento das políticas públicas referentes aos direitos da mulher; e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (DNM), criado em 1985 e vinculado ao Ministério da Justiça, destinava-se a promover políticas que visassem a eliminar a discriminação contra a mulher e a assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

Entre os temas encontrados nos materiais representados na categoria estão questões específicas da mulher trabalhadora; o que ressalta, por um lado, formas peculiares de opressão determinadas pelo gênero, e, por outro, figuras femininas marcantes na história do Brasil, valorizando o papel da mulher. Títulos como “Falemos de nós mesmas: o Comitê das donas de casa do século XX: reflexão sobre nossas organizações”, “Domésticas em luta pelo salário e pela carteira” e “Domésticas em luta pelas férias de 30 dias” são bons exemplos da atuação desses grupos na questão do trabalho feminino. Quanto ao combate à limitação da mulher a espaços reconhecidamente femininos, a papéis supostamente específicos do sexo feminino e suas representações na cultura, encontramos, por exemplo, a fotocópia de um exemplar do livro *Mulher, objeto de cama e mesa* (1969), de Heloneida Studart. Há também panfletos que tratam do feminismo interseccional: “Mulher negra: travessia”, “A luta

das mulheres é também a luta dos trabalhadores: a luta dos trabalhadores é também a luta das mulheres” e “Mulher negra: dossiê sobre a discriminação racial”.

Diferentemente do que ocorre no grupo “índios”, em “mulheres” a maioria dos grupos sociais que produziram os documentos não é vinculada a nenhuma instituição religiosa. O suporte material e a linguagem dos documentos que formam a seção não se diferenciam da grande maioria dos apresentados nos outros subtemas da coleção: produção artesanal, linguagem simples, uso de imagens diversas e muitos quadri-nhos informativos.

Além disso, ainda que existam, na coleção, documentos de grupos ligados direta ou indiretamente ao Estado, vale ressaltar que tais grupos surgiram a partir de demandas femininas em comunidades específicas. Em “Clínicas de esterilização: a quem servem?”, de 1986, do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), vinculado ao PMDB do Rio de Janeiro, por exemplo, a esterilização feminina é apresentada como método de planejamento familiar. O documento enfatiza o direito de escolha das mulheres pelos métodos contraceptivos a serem empregados, assim como o número de filhos que desejam ter, concentrando sua crítica especificamente nas clínicas da família, que muitas vezes têm “objetivos controlistas e lucrativos”, ao induzirem a mulher a aceitar a ligadura de trompas, que deveria ser uma escolha unicamente dela.

O mesmo teor de crítica é encontrado em “Creches e berçários em empresas privadas paulistas do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF)”, de 1986. Esse folheto sintetiza os principais dados colhidos por um levantamento da Comissão de Creche do Conselho Estadual de São Paulo em 38 berçários e creches em funcionamento dentro de empresas privadas paulistas. Teve por objetivo conhecer e analisar os problemas dos berçários e creches nos locais de trabalho para munir de informações o Conselho, de modo a substanciar sua atuação junto aos órgãos responsáveis pelo cumprimento da lei e pela fiscalização desses estabelecimentos.

## Considerações finais

Tendo por base as especificidades históricas do Brasil e da América Latina durante meados da Guerra Fria (1945-1991), os investimentos em educação e pesquisa a respeito dos países latino-americanos viabilizados pelo National Defense Education Act (1958) e a breve análise dos subtemas “índios” e “mulheres” da *Brazil's Popular Groups: 1966-1986*, compreendemos aqui a primeira etapa desta coleção como resultado de uma espécie de mapeamento de ações dos diversos movimentos sociais brasileiros na época promovido por agentes da Biblioteca do Congresso a serviço do Estado norte-americano. Presidindo sua criação estava a ideia de demonstrar, por meio de um panorama, a situação política e social brasileira, a fim de se tomar conhecimento das principais questões que acometiam e fervilhavam nos segmentos populares mais organizados da sociedade.

A análise da coleção revela muito sobre a preocupação norte-americana com as reivindicações de grupos sociais no Brasil, maior país da América Latina, num momento em que a educação e a informação passaram a ser armas essenciais para sustentar uma posição de hegemonia dos Estados Unidos no mundo. Desse modo, a tese de Benoît de l'Estoile (2011, p. 37), de que “o museu dos outros pode ser também um museu de si”, serve para elucidar que, se, por um lado, a coleta, a elaboração, a microfilmagem e a difusão da coleção *Brazil's Popular Groups* pela Biblioteca do Congresso vêm permitir que os Estados Unidos e, posteriormente, o mundo conheçam um pouco mais sobre os problemas sociais do Brasil e sobre a memória de boa parte dos movimentos que a eles estavam relacionados, por outro, a posse desses documentos demonstra o grande interesse de agentes políticos norte-americanos sobre as informações ali contidas, revelando também o papel desempenhado pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América nesse campo político e ideológico.

Com relação a esse último aspecto, é interessante destacar que o abrangente conjunto reunido na coleção hoje constitui significativa

## heranças e reflexões

memória sobre a luta de movimentos sociais na resistência à ditadura civil-militar — a qual dificilmente pode ser encontrada, com essa abrangência, em instituições de memória do país, em razão do fato de que esses documentos tinham, na época, circulação restrita e sujeita aos imprevistos e ameaças dos governos militares autoritários. A Biblioteca Nacional do Brasil, a maior da América Latina, possui tais materiais por ter recebido boa parte dos originais em 1990, juntamente com a coleção microfilmada, através da doação do escritório de representação da Biblioteca do Congresso norte-americano no Rio de Janeiro.

Ao analisar a carta que acompanha a doação, encaminhada pelo diretor do escritório da Biblioteca do Congresso no Rio de Janeiro na época, Smith Richardson, fica subentendido que esse ato de doação também faz parte do objetivo de consolidação da primazia e universalidade da Biblioteca do Congresso norte-americano, já no contexto do pós-Guerra Fria, perante as demais bibliotecas do mundo, conforme pode ser verificado no trecho a seguir:

O escritório da Library of Congress no Rio tem o prazer de oferecer à Biblioteca Nacional uma valiosa coleção de impressos sobre movimentos populares brasileiros, editados no Brasil, de 1966 a 1986. Este material retornou de Washington, onde foi microfilmado pela Biblioteca Nacional do Congresso sob o nome de *Brazil's Popular Groups: a collection of materials issued by socio-political, religious, labor and a minority grassroots organizations, 1966-1986*. [...] Acreditamos que este material irá enriquecer o acervo da Biblioteca Nacional, servindo de excelente subsídio para pesquisa e estudo de um importante período da história brasileira (Library of Congress, 1990, p. 12).

A justificativa apresentada, a de que o material doado pela biblioteca norte-americana iria enriquecer o acervo da Biblioteca Nacional do Brasil, servindo a pesquisas de um importante período da história brasileira, contém a ideia do grandioso e valioso espectro do acervo colecionado pela



Biblioteca do Congresso daquele país. Logo, é parte de seu *soft power*, e contribui para constituir e consolidar o poderoso *status* de universalidade que a instituição reivindica a si. A Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, que já tem o maior acervo do mundo, possui entre suas missões a ser uma representante da memória universal, ideia que lhe acompanha desde as primeiras décadas de existência.

A Biblioteca do Congresso foi inaugurada em abril de 1800, em meio à transferência da capital dos Estados Unidos da Filadélfia para Washington. Na época, era pequena e ficava, inicialmente, dentro do Capitólio, prédio onde o Congresso estadunidense se reúne. Em agosto de 1814, tropas britânicas atearam fogo no prédio, destruindo-a. Um ano depois, ela começou a ser reconfigurada, a partir da compra da grande biblioteca pessoal do ex-presidente Thomas Jefferson (1801-1809) pelo Congresso. Os assuntos dispostos em sua coleção tinham caráter não só norte-americano, mas universal. Até hoje, a Biblioteca do Congresso tem por filosofia a ideia da universalidade jeffersoniana, defendendo a lógica de que todos os assuntos são importantes para a biblioteca legislativa dos Estados Unidos.<sup>[10]</sup>

A coleção *Brazil's Popular Groups* é uma “coleção dos Outros”, pois apresenta uma narrativa estadunidense para um conjunto de publicações populares feitas por movimentos sociais do Brasil. É também uma “coleção de si”, já que qualquer narrativa é sempre capaz de dizer muito sobre o narrador, no caso, a Biblioteca do Congresso e, por extensão, os governos dos Estados Unidos da América correspondentes ao período de sua organização. Nos discursos públicos sobre os “Outros”, feitos por porta-vozes dos “museus nacionais dos Outros”, afinal, está proposta também uma imagem para o próprio museu e, em última instância, para sua própria nação (L’Estoile, 2011, p. 48-49).


---

10. Disponível em: <https://www.loc.gov/about/history-of-the-library/>. Acesso em: 9 abr. 2024.

### Referências

- ALMEIDA, P. R. de; EAKIN M. C.; BARBOSA, R. A. (org.). *O Brasil dos brasilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos (1945-2000)*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARRUDA, José Jobson; PILETTI, Nelson. *Toda a história*. São Paulo: Ática, 2005.
- BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean (org.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- HINES, Ralph. An overview of Title VI. In: O'MEARA, Patrick; MEHLINGER, Howard; NEWMAN, Roxana Ma (Ed.). *Changing perspectives on international education*. Indiana: Indiana University Press, 2001. p. 6-10.
- L'ESTOILE, Benoît de. O paradigma do museu nacional: o caso do "museu nacional dos Outros". In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (org.). *Museus nacionais e os desafios do contemporâneo*. Rio de Janeiro: MNH, 2011. p. 32-50.
- LIBRARY OF CONGRESS. Overseas Operations Division. Rio de Janeiro Office. *Comunicado interno ao Departamento de Referência Especializada da Biblioteca Nacional encaminhando a coleção de impressos Brazil's Popular Groups*. [Rio de Janeiro], 8 jun. 1990.
- LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. *Enciclopédia Einaudi: história-memória*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v. I, p. 51-86.
- WILEY, David. Forty years of Title VI and Fulbright-Hays International Education Programs: building the nation's international expertise for a global future. In: O'MEARA, Patrick; MEHLINGER, Howard; NEWMAN, Roxana Ma (ed.). *Changing perspectives on international education*. Indiana (EUA): Indiana University Press, 2001. p. 11-29.





**A RELAÇÃO DA  
IMPrensa, DA  
LITERATURA E  
DAS ARTES COM  
A CENSURA**



# Modernidade tropical em conflito: relações étnico-raciais e censura cinematográfica na ditadura militar<sup>[1]</sup>

Pedro Lapera<sup>[2]</sup>

A circulação da produção cultural e artística pela cena pública no Brasil nunca foi um processo pacífico, nem despretensioso. Os mecanismos de controle das ideias, que remontam aos tempos coloniais e imperiais, encontraram na República um vasto campo de atuação. Em diversas fases do período republicano, a atividade de censura coexistiu com momentos políticos ora mais abertos, ora mais autoritários.

Em paralelo à ascensão do regime militar advindo do golpe de 1º de abril de 1964, assistiu-se ao recrudescimento das ações dos órgãos de

- 
1. Uma versão reduzida deste texto foi publicada na Revista Famecos (v. 22, n. 2, abr./jun. 2015) com o título “Entre brechas, cortes e rasuras: relações étnico-raciais e censura cinematográfica na ditadura militar”. Link: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/19927>. Além disso, a parte referente à análise do filme *O Homem que virou suco* foi publicada no artigo “Fragmentos da dor: violência racial e étnica no cinema brasileiro no crepúsculo da ditadura civil-militar (1979-1985)”, em português pela Revista Acervo e em italiano pela Diacronie: studi di storia contemporanea. Links: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/%20article/view/917> e <https://journals.openedition.org/diacronie/3745>
  2. Pesquisador do Centro de Pesquisa e Editoração da Fundação Biblioteca Nacional. Doutor em Comunicação.

censura que já existiam no período democrático anterior e, sobretudo, à radicalização dos critérios que decidiriam se determinadas obras deveriam ou não circular publicamente.

Este capítulo pretende explorar um ponto específico no panorama de atuação da censura: a representação de relações étnico-raciais em alguns filmes brasileiros dos anos 1960 e 1970 e a análise feita pelo Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), e posteriormente pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), ao longo do processo de classificação e liberação ou interdição dessas obras. Partimos do pressuposto defendido por Guimarães (2002, p. 151-156) de que o regime militar abraçou a doutrina do lusotropicalismo de Gilberto Freyre e, por isso, apresentava grande dificuldade de lidar com narrativas que rememorassem conflitos de ordem étnico-racial e/ou que apelassem a identidades raciais e étnicas na luta política.

A doutrina do lusotropicalismo afirmava que, a despeito da violência da escravidão e da empreitada colonial, foi sendo paulatinamente formada no Brasil uma cultura que assimilava características e valores dos três principais grupos presentes na configuração de seu povo (brancos, negros e índios) e que, por causa disso, relações inter-raciais mais pacíficas foram aqui estabelecidas. É importante destacar que essa doutrina era um resumo das ideias adotadas por Freyre desde os anos 1930, encampadas pelo regime de Getúlio Vargas, e essa era, desde então, a principal base de interpretação das relações étnico-raciais.

Por causa da legitimidade cultural e acadêmica dessas ideias sustentadas por Freyre, tornou-se incômoda a defesa de que situações de preconceitos relacionados com a raça e a etnia persistiam no cenário brasileiro. Mesmo as pesquisas relacionadas com o projeto Unesco (realizadas durante os anos 1950), que revelaram desigualdade entre as populações brancas e não brancas no acesso a diferentes serviços públicos, na habitação, na ocupação de postos de trabalho, não conseguiram abalar a crença de que vivíamos em um país culturalmente heterogêneo, porém pacífico do ponto de vista racial (Chor, 1997). E essa resistência em tratar

de questão racial e identidades étnico-raciais migraria para os diferentes campos da cultura, entre eles o cinema, ao longo das décadas seguintes.

Para guiar nosso trabalho, lançamos a seguinte questão: em que medida o Estado (por meio dos órgãos de censura ou mesmo de outros setores que, por algum motivo específico, intervieram no processo censório) liberou ou censurou a presença de obras que representassem relações étnico-raciais de modo contrário à doutrina do lusotropicalismo? Como *corpus* de nossa discussão, escolhemos filmes brasileiros dos anos 1960 e 1970 que abordam diretamente questões ligadas à raça e à etnicidade, assim como fontes secundárias que remetem a eles (sobretudo processos administrativos e pareceres do SCDP e da DCDP).

### **Ideias “fora do lugar” nas artimanhas da censura cinematográfica**

Inicialmente, precisamos compreender como a censura cinematográfica foi analisada pela historiografia do cinema brasileiro. Dois trabalhos serão aqui abordados. O primeiro deles é a tese de Leonor Souza Pinto, *O cinema brasileiro sob o risco da censura imposta durante o regime militar de 1964 a 1985*, defendida em 2001 na Universidade de Toulouse.

Tendo como fontes diversos pareceres da censura e processos administrativos do SCDP envolvendo os filmes, depoimentos de alguns cineastas e recortes de jornais e revistas tratando da censura prévia a filmes e das reações de seus diretores, o foco de sua tese é a censura como instância de cerceamento à atividade intelectual dos cineastas, sobretudo à dos cineastas direta ou indiretamente ligados ao Cinema Novo.

Embora também aborde o período pré-1964, o foco temporal de seu trabalho é o período entre o golpe de 1964 e o fim do regime militar com o governo Sarney. Sua hipótese principal é de que os intelectuais ligados ao cinema brasileiro tiveram sua liberdade de criação seriamente atacada pelo regime militar, mas a censura também teve de se posicionar perante



o prestígio dos intelectuais ligados ao Cinema Novo e, com isso, transitou entre a sua atividade repressora e a necessidade de negociar sua atuação com esses intelectuais.

Em sua análise, Pinto destaca que:

Embora a censura se mostrasse liberal, em um primeiro momento, um processo eficaz de dismantelamento visou aos movimentos culturais e artísticos que haviam participado da afirmação da identidade nacional. De fato, a censura reflete os projetos da ditadura no plano político [...]. Até 1966, a censura não saiu tanto da perspectiva moralista anterior. Os cortes são raros. A ênfase é colocada sobre os palavrões, as cenas de sexo, as roupas. [...] Entre 1969 e 1974, fez-se cada vez mais feroz e implacável. Sua dimensão política é tornada claramente pública. O espaço para a resistência aberta diminuiu cada dia um pouco mais (Pinto, 2006, p. 4-7; tradução nossa).<sup>3]</sup>

Outro trabalho sobre o tema é o livro *Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil*, de Inimá Simões (2004). Constituindo-se em um relato que mistura tons jornalístico e historiográfico na análise das instâncias e órgãos estatais que realizaram a censura à atividade cinematográfica, seu foco é a atuação dos agentes ligados a esses órgãos, e tem um marco temporal mais extenso que o da tese de Leonor Pinto, abarcando desde a *Bela Época* do cinema brasileiro do início do século XX até a extinção da censura em 1988.

Podemos inferir de sua pesquisa que, para além da ditadura militar, existe uma tradição política e cultural bastante autoritária cara ao regime

---

3. “*Même si, dans un premier temps, la censure se montre libérale, un efficace processus de démantèlement vise les mouvements culturels et artistiques qui avaient participé à l’affirmation de l’identité nationale. En fait, la censure reflète les projets de la dictature sur le plan politique. [...] Jusqu’en 1966, la censure ne sort guère de la perspective moraliste antérieure. Les coupures sont rares. L’accent est mis sur les gros mots, les scènes de sexe, les vêtements. [...] Entre 1969 et 1974 la censure se fait de plus en plus féroce et implacable. Sa dimension politique est clairement affichée. L’espace pour la résistance ouverte diminue chaque jour un peu plus.*”

republicano em suas diferentes fases, que é ancorada em práticas que impedem a circulação, pela cena pública, de ideias contrárias aos interesses dos grupos dominantes, sendo a censura um dos principais mecanismos.

Ambos os trabalhos têm vários aspectos em comum. Em um primeiro momento, frisamos que os dois se debruçam sobre a dinâmica da censura como instituição. Os autores detectam nuances internas ao período entre 1964 e 1988 na atuação da censura. Em resumo, afirmam que, antes e logo após o golpe de 1964, ela atua sob um ponto de vista mais moral, cerceando obras que atentem contra os “bons costumes”.

À medida que o regime vai se fechando, sobretudo a partir de 1968, a censura aos poucos percebe-se como um bastião do regime. Isso significa que a circulação de ideias que atentem contra a noção de segurança nacional passa a ser vista como uma ameaça direta à existência do regime, e com isso a censura vai ficando paulatinamente mais rígida. Simões (2004) ainda destaca que a DCDP, por obra de sua diretora, Solange Hernandez, resistiu à abertura do regime promovida pelo general Figueiredo a partir de 1979, entrando muitas vezes em conflito com diretrizes de instâncias superiores da Polícia Federal ou mesmo com outras do Poder Executivo.

Pinto (2001) e Simões (2004) também reconhecem que, apesar de a Censura ser um órgão bastante centralizador, ela não foi o único órgão do aparato repressor a atuar no cerceamento à circulação dos filmes. No caso do cinema, apontam para a atuação do Instituto Nacional do Cinema (INC) no boicote a obras que contrariassem visões do regime vigente, sendo o caso de *Macunaíma* (Joaquim Pedro de Andrade, 1969) um forte exemplo disso.

Sem negarem o peso da atividade da censura, tanto Pinto (2001) quanto Simões (2004) a caracterizam não como uma estrutura monolítica, mas como um órgão no qual havia diferenças internas entre seus agentes e, portanto, submetido aos jogos de poder internos ao Estado e à sua relação com a sociedade civil. Além disso, situam a atividade em um amplo espectro que operava de modo transversal e transitava entre a interdição

e a liberação sem cortes, sendo ambas as situações excepcionais. A mais comum era um filme ser liberado com cortes.

A argumentação dos autores ainda destaca que a censura sempre estava atenta ao alcance que um filme teria com sua liberação. Evidentemente, quanto maior o público potencial, maior o controle a ser exercido por ela. Desse modo, um filme poderia ser liberado apenas para o circuito nacional e internacional de festivais e de cineclubes, poderia ser liberado para o circuito comercial e, por fim, para ser transmitido na televisão.

Como exemplo do mal-estar na abordagem dos conflitos de ordem étnico-racial, precisamos trazer um exemplo anterior ao golpe. *Barravento* foi produzido por Rex Schindler entre 1961 e 1962, tendo inicialmente como diretor Luis Paulino dos Santos. Alguns desentendimentos entre produtor e diretor durante as filmagens levaram à substituição de Luis Paulino por Glauber Rocha, que já havia realizado o curta-metragem *O pátio*.

Detendo-se no cotidiano de uma comunidade de pescadores negros na região do Recôncavo Baiano, *Barravento* apresentou rituais do candomblé e a prática da capoeira, elementos identificados pelo filme com a cultura negra. Dentro de uma lógica marxista, relacionou as diversas práticas religiosas populares com a alienação, e a narrativa do filme opõe dois personagens centrais: Aruã (interpretado por Aldo Teixeira), que representa esse universo popular, e Firmino (interpretado por Antônio Pitanga), que se afastara da vida da aldeia de pescadores no Recôncavo Baiano e, morando em uma grande cidade, ganhou consciência política.

Vejamos um trecho da carta enviada pelo censor Carlos Lúcio Menezes ao chefe do SCDP, datada de 9 de novembro de 1963, na qual buscava interditar o filme:

Esclareço à chefia do SCDP que o filme em tela (BARRAVENTO) possui, em seu conteúdo, mensagem subversiva de profundidade de maneira subliminar tão acintosa que chega a poder ser considerada direta. Com a devida vênia da Chefia, sugiro que o mesmo seja exibido a elementos do Conselho Superior de Segurança. No meu entender *o crioulo que faz o papel*

## heranças e reflexões

*principal conclama os negros – em determinados trechos – à revolta, declarando que os pretos são considerados sub-raça e vivem sendo explorados pelos brancos que não lhes dão qualquer oportunidade de sobrevivência, vivendo totalmente às suas custas. As mensagens de revolta são repetidas em diversos trechos do filme.*<sup>[4]</sup>

A partir da qualificação racista em torno do protagonista, que se insere em uma tradição de ofensas raciais como demarcadores de fronteiras sociais, analisada por Guimarães (2002, p. 169-195), o censor destaca que, além de uma exploração pela condição de classe, reside outra de base étnica e que, por não se coadunar com o ideal de democracia racial, deveria ser alvo da censura. A “mensagem subversiva” aqui seria a possibilidade de eclosão de conflitos entre negros e brancos, estes últimos identificados como agentes da exploração. Todavia, mesmo com a apreciação negativa do censor, o filme foi liberado sem cortes pelo SCDP em 27 de dezembro de 1963, tendo sido considerado impróprio para menores de 18 anos por conta das cenas de nudez.<sup>[5]</sup>

No filme, o personagem aludido no parecer, Firmino, é apresentado como um *outsider* (Elias; Scotson, 2000) por suas ações e pela imagem, que se choca contra os valores dos “estabelecidos”, no caso, os pescadores. Rodeado de pescadores que vestem trajes simples, Firmino, de paletó branco, faz um discurso lembrando sua origem comum. No entanto, é interrompido por vários pescadores que lembram sua ascensão social, ao afirmarem que ele “está com a vida ganha. Não tão vendo a roupa dele?”. Por fim, convida os pescadores a beber, no que é acompanhado pela maioria.

Nesse primeiro momento, Firmino, ao representar o universo do prazer, é oposto à ética do trabalho dos pescadores. E o filme finaliza

---

4. Disponível em: [www.memoriacinebr.com.br](http://www.memoriacinebr.com.br). Acesso em: 2 set. 2011 (grifo nosso).

5. Conforme certificado de Censura nº 17.187. Disponível em: [www.memoriacinebr.com.br](http://www.memoriacinebr.com.br). Acesso em: 2 set. 2011.

sua apresentação como *outsider* ao opô-lo a Aruã, eleito pelo mestre dos pescadores como o salvador e dono de poderes ocultos perante a natureza (no caso, o mar). Desse modo, Aruã seria o centro das atenções dos estabelecidos, agenciando suas práticas e seu sistema de crenças.

Essa oposição foi racialmente marcada no discurso de Firmino: “Vocês ralam todo dia pra quê? Pra meter dinheiro na barriga de branco! Eles tão tudo rico nas suas costas!”. Momentos depois, quando a rede de pesca é recolhida do mar após o desentendimento com seu dono (branco), volta a fazer um discurso inflamado em *close*: “Trabalha, cambada de besta! Preto veio pra essa terra foi pra sofrer! Trabalha muito e não come nada! Menos eu que sou independente! Já larguei esse negócio de religião! Candomblé não resolve nada, não! Precisamos é lutar, resistir! Nossa hora tá chegando, irmão!”.

O texto de Novais Teixeira publicado em *O Estado de S. Paulo*, na cobertura do Festival de Sestri Levante (Itália),<sup>[6]</sup> resume o tratamento concedido pela crítica ao filme. Em tom oposto ao do censor que queria interditar *Barravento*, Teixeira afirma que Glauber “filma macumbas, capoeiras, ‘despachos’, expondo os dados do sincretismo religioso das gentes da Bahia, sem teses nem predicacões”. Nesse ponto, o sincretismo seria o indício de uma visão sobre um povo integrado no plano étnico, o que é confirmado pelo julgamento positivo do crítico:

[...] serviu-se Glauber dos elementos exóticos da Bahia, sem fazer uma fita exótica, manipulou os valores folclóricos de seu Estado, sem fazer uma fita folclórica, penetrou com acuidade nos dados da realidade social dos pescadores baianos sem fazer uma fita primária ou demagógica, como tantas vezes acontece com certos cineastas “militantes” que são bem mais subdesenvolvidos que o subdesenvolvimento que eles se propõem denunciar.

---

6. Recordamos que *Barravento* obteve o prêmio de melhor direção no Festival de Karlovy-Vary (ex-Tchecoslováquia).

Desse modo, a integração racial e étnica que moldou o *habitus* (Bourdieu, 2006) do campo cinematográfico na década anterior saía reforçada com a exibição do filme, embora um horizonte de expectativas diferentes tenha sido apontado pelo parecer da censura.

O incômodo advindo da representação de situações conflituosas que tivessem como base a questão racial acirrou-se com o Golpe de 1964 e o gradativo fechamento do regime. Aliando-se às mudanças na estrutura e nos critérios adotados pela censura já relatadas por Pinto (2001; 2006) e Simões (2004), esse incômodo traduziu-se pelo maior controle em torno de obras que tivessem tal temática.

Um dos exemplos mais categóricos do peso institucional da censura é o caso do filme *Macunaíma*. Dirigido por Joaquim Pedro de Andrade, e lançado em 1969, o filme em vários momentos ataca as formas de imaginação racial caras ao lusotropicalismo. Na sequência do nascimento de Macunaíma, a narração do locutor em *off* é bruscamente interrompida pelos urros de dor de uma senhora branca (Paulo José), que pare um homem negro infantilizado (Grande Otelo) e o larga, sendo este embalado pelo irmão Jiguê (Milton Gonçalves).

Jiguê pergunta à mãe se não acha o filho recém-nascido bonito, ao que ouve como resposta: “Que menino feio, danado!”. A sequência é encerrada com Jiguê embalando Macunaíma e gritando: “Viva Macunaíma, herói de nossa gente!”. Desse modo, o filme já introduz a paródia; no caso, aos heróis da pátria aludidos na canção de Villa-Lobos e, por conseguinte, ao discurso nacionalista dos militares. É interessante notar que essa paródia começa a revelar seu aspecto racial que será desenvolvido em outras partes da narrativa, e, se acrescentarmos que ela tem um tom irônico que visa a desautorizar o discurso oficial, as formas legitimadas de imaginação racial sobre o povo brasileiro também começam a ser atacadas.

Na sequência da transformação de Macunaíma, depois de aparecer duas vezes como homem branco (Paulo José) após o feitiço da índia Sofará (Joana Fomm), o menino negro caminha com seus irmãos Maanape (Rodolfo Arena) e Jiguê após ser expulso de suas terras por uma enchente.

De um monte de areia, brota uma fonte d'água, e Macunaíma resolve se banhar nela. De um plano geral, a câmera dá um close na transformação súbita de Macunaíma que, de Grande Otelo, passa a ser interpretado por Paulo José até o final. Atônito, Macunaíma olha-se e grita para os irmãos: “Fiquei branco, fiquei lindo!”. Maanape corre em direção à fonte, ao que Macunaíma diz, de modo jocoso: “Se você que é branco, vira preto!”. E Maanape recua imediatamente. Por fim, Jiguê vai afoito à fonte, mas ela seca rapidamente. Desesperado, tenta banhar-se na poça restante e reclama: “Cadê? Ah, só deu pra embranquecer as palmas!”, ao que Macunaíma responde: “Fica triste não, mano, antes feioso que sem nariz”. Em síntese, em diversos momentos o filme atacou a modernização conservadora do regime militar pela contestação do ideal de povo que este acolhera e buscava reproduzir.

As instituições estatais não se manteriam incólumes em relação a seu tom paródico. A censura encampada pelo SCDP da Polícia Federal impôs mais de 10 cortes à obra. No Parecer nº 8/1969,<sup>[7]</sup> que descreve o filme como as aventuras de um “preto que vira branco e vai à cidade dar vazão aos seus instintos sexuais, voltando depois para a selva”, praticamente todos os nus que aparecem no filme foram alvos de corte, além de símbolos marcadamente políticos, como o da Aliança para o Progresso na roupa de Sofará (interpretada por Joana Fomm).

Esse parecer foi atacado pelos produtores do filme, que recorreram e pediram a revisão dos cortes. O recurso foi negado e o filme seria exibido sem os trechos censurados. Entretanto, em entrevista a Pinto (2007, p. 1-2), o diretor relatou que fez uma sessão exclusiva para o chefe da Polícia Federal – superior hierarquicamente ao chefe do SCDP – e seus familiares e, após ter-lhe entregue um dossiê com *clipping* da imprensa internacional, conseguiu a liberação do filme com apenas três cortes porque sua esposa (que lia francês) tinha gostado muito das críticas. Ainda segundo Pinto,

---

7. Disponível em: [www.memoriacinebr.com.br](http://www.memoriacinebr.com.br). Acesso em: 12 dez. 2011.

“em outubro de 1969, o filme foi autorizado para cinema, proibido para tevê, com [três] cortes” (2007, p. 2).

Quase 20 anos depois, por ocasião do pedido de autorização para o filme ser veiculado na televisão, um parecer do SCDP<sup>[8]</sup> da década de 1980 questiona a visão racista do primeiro avaliador da censura, parodiando o tom do parecer original:

*Um dos censores, resumindo o filme, disse: “é a história de um preto que vai para a cidade dar vazão aos seus instintos sexuais”. Talvez por essa compreensão é que se tenha proposto o corte de uma cena em que Macunaíma declara que “pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são”. Frase, para o censor, capaz de abalar o regime. [...] Nós, infelizmente, só respeitamos os mortos. Às vezes, nem isto porque Macunaíma pode ser, para os homens que examinam a produção cultural brasileira, a história de um preto que vai para a cidade dar vazão ao seu instinto sexual. Talvez não apenas pouca saúde e muita saúva sejam os problemas do Brasil (grifo nosso).*

Infelizmente, essa análise ocorreu somente após o questionamento da própria censura como instituição, ao longo dos anos 1980, e não impediu os cortes ao filme. Todavia, optamos por destacá-la aqui justamente porque é um índice do incômodo dos agentes estatais diante da retórica racial construída pela adaptação cinematográfica de *Macunaíma* à época de seu lançamento.

Além disso, algumas matérias de jornal dão conta do embate entre Joaquim Pedro de Andrade e o Instituto Nacional do Cinema (INC) em vários pontos referentes à divulgação do filme: o diretor contestou não ter sido incluído na delegação que compareceu ao Festival de Mar del Plata, no qual o filme foi premiado, e, por causa disso, recusou-se a receber o prêmio pelas mãos do Instituto. Questionou, ainda, a forma como o INC

---

8. Sem autor nem data, mas que pode ser considerado da década de 1980 pelas referências à movimentação anterior do processo e à morte de Glauber Rocha, ocorrida em 1981.



promovia os filmes no mercado brasileiro, atacando a lei que obrigava as distribuidoras estrangeiras a optar entre pagar 40% sobre o lucro ou investir na produção nacional (o diretor considerava uma medida fantasiosa, na medida em que, segundo ele, as distribuidoras preferiam simplesmente perder o dinheiro a investir na produção nacional).<sup>[9]</sup>

Mesmo assim, o filme obteve sucesso de público, com mais de 10 milhões de espectadores, fato amplamente noticiado pelos jornais, além de ter contado com o apoio público de cineastas como Carlos Diegues e Glauber Rocha, ligados ao Cinema Novo, embora criticado por outros relacionados com o Cinema Marginal (Rogério Sganzerla).

Outro filme que ilustra a dificuldade de representação em torno da questão étnico-racial é *Iracema, uma transa amazônica*, dirigido em 1973 por Jorge Bodanzky e Orlando Senna. A obra abordou a trajetória de Iracema, protagonista homônima do romance célebre de José de Alencar. Todavia, ao contrário do mito de fundação reapropriado pelo escritor romântico que narra o sacrifício heroico da mulher indígena na formação do povo brasileiro, os percalços enfrentados pela Iracema de Bodanzky e Senna jogaram luz nas contradições do projeto desenvolvimentista para a Amazônia, caro à ditadura militar, em conflitos fundiários entre brancos e índios.

Em outra oportunidade, afirmamos que:

*Iracema...*, ao destacar o aspecto coercitivo da relação sexual no encontro inter-racial, explicita o choque e o preço que cada parte deve pagar por este – sendo esse “pagamento” simbolizado pelo dinheiro, pelo estupro, pela violência física e simbólica (Iracema é agredida fisicamente várias vezes no filme, seja por soldados, seja por pessoas comuns) e pela degradação física e moral (velhice precoce, perda de um dente e mendicância de Iracema). O amor romântico fundador da nação e seu pacifismo são

---

9. “Comemo-nos uns aos outros.” Entrevista de Joaquim Pedro de Andrade a Geraldo Mayrink. *Veja*, 25 mar. 1970.

## heranças e reflexões

parodiados em um primeiro momento para serem contraditos em seguida. Em síntese: o contato sexual passa do consenso ao dissenso na narrativa da nação (Lapera, 2008).

O tom ácido em relação à questão étnico-racial e à modernização conservadora presente em *Iracema...*, eleita como meta para atingir uma suposta integração nacional, não passaria despercebido à análise dos agentes estatais. Pelo fato de o filme ter sido realizado em coprodução com uma tevê alemã (ZDF – canal 2), um jogo burocrático emperrou sua liberação por sete anos. Sem o certificado de obra brasileira e sem passar pelos trâmites de uma obra estrangeira, *Iracema...* – produzido em 1973 e veiculado no ano seguinte em festivais internacionais (inclusive na Semana da Crítica no Festival de Cannes) e na televisão europeia – só seria liberado para o público brasileiro em 1981.

A polêmica em torno da liberação do filme ganhou a cena pública e o caso foi veiculado pelos jornais e revistas da época. O escritor Antonio Callado narrou o imbróglio no qual o filme se viu envolvido:

Duas razões de excomunhão: Armado de uma pequena câmara e de Paulo César Pereio, Bodanski, com a ajuda de Orlando Senna, fez *Iracema* em 1973 para a televisão alemã. *A repercussão que teve o filme quando levado na Alemanha resultou em duas razões para que não fosse levado no Brasil: nosso adido militar em Bonn ficou indignado com o denegrimto de imagem que era Iracema, e a censura de Brasília alega até hoje que a película viajou sem que fosse submetida à sua censorial majestade. O que é crime semelhante a viajar um brasileiro sem passaporte (Callado, 1979; grifo nosso).*

No entanto, a desculpa durante o processo era a coprodução com a tevê alemã, que impediria o filme de ser reconhecido como brasileiro, argumento rebatido por Bodanzky publicamente ao mencionar várias produções nacionais que receberam dinheiro estrangeiro sem cair no jogo burocrático a que seu filme estava sendo submetido.

Uma correspondência entre os agentes da censura e o diretor<sup>[10]</sup> esclarece alguns termos dessa disputa. Mesmo que esse jogo tenha permanecido ao longo dos sete anos em que o filme foi barrado, houve um momento em que ele foi censurado. Trata-se do episódio da tentativa de exibição na Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Uma carta do chefe de Censura (Seção RJ), de 16 de março de 1977, relata que *Iracema...* “teve negada autorização para sua exibição e foi, em consequência, remetido à Divisão de Censura e Diversões Públicas, em Brasília, para um pronunciamento definitivo sobre o mesmo”. Após tentativas frustradas, finalmente saiu o pronunciamento final. Em outra carta, datada de 30 de agosto de 1978, o chefe da DCDP (Brasília) comunicou que “foi mantida a sua não liberação”, oficialmente censurando o filme.

Outro episódio ocorrido durante a longa censura a *Iracema...* foi relatado por Simões. O autor detectou que, além da estrutura censória, agentes do próprio meio cinematográfico tentavam obter vantagens junto à burocracia e adotaram uma postura colaboracionista com o regime. Por meio da análise de uma carta encontrada nos arquivos da DCDP em Brasília, Simões assinala que:

Em 1979, estava pronto para ser lançado o filme *Iracema, a virgem dos lábios de mel*, dirigido por Carlos Coimbra, com Helena Ramos, a rainha da pornochanchada, no papel-título [...]. O produtor escreve uma carta a Rogério Nunes [chefe da DCDP] e, em seguida à presepada habitual, informa ser o filme uma homenagem ao sesquicentenário de José de Alencar. E vai vendendo seu peixe até que começa a reclamar do outro *Iracema*, o de Bondazky e Senna, dizendo-se preocupado com as notícias a respeito da possível liberação do filme homônimo há anos interdito pela Censura Federal, que, ao contrário do seu, nada tem a ver com a maravilhosa obra alencarina. Alega que, se o outro for liberado com o mesmo título, poderá trazer incalculáveis prejuízos e grande confusão ao público espectador.

---

10. Escaneada por Bodanzky e enviada para meu correio eletrônico.

## heranças e reflexões

Termina solicitando ao chefe da censura que lhe reserve o direito de utilizar com exclusividade o título de *Iracema* (Simões, 2004, p. 203-204).

Simões informa ainda que o filme de Coimbra foi liberado, ao passo que o de Bondanzky só seria liberado dois anos depois.

Outro filme preso nos imbróglis da censura foi *Compasso de espera*, realizado em 1971 por Antunes Filho e só liberado quatro anos depois.<sup>[ii]</sup> No filme, Zózimo Bulbul interpreta Jorge de Oliveira, um intelectual negro de classe média que, pelas barreiras impostas à sua ascensão profissional, passa a contestar a crença na ausência ou na pouca presença de racismo na sociedade brasileira, cara ao lusotropicalismo. Sua *performance* é ampliada pela narrativa do filme, que o focaliza em situações que reiteram o ponto de vista exposto em várias vozes em *off* e em diálogos e palestras também presentes na obra.

Jorge é mostrado em meio a coquetéis de lançamento de seus livros, debates televisivos e palestras. Em uma sequência, concede uma entrevista na televisão, sendo confrontado pelo entrevistador. Porém, inverte a lógica da entrevista e passa a interpelá-lo. Em um primeiro momento, expõe que “o problema do negro é sempre encarado com o paternalismo do branco. A data de 13 de maio libertou a consciência do branco, sem fornecer ao negro uma segurança econômica”.

A entrevista é encerrada pelo apresentador, que volta à retórica do subdesenvolvimento e à exaltação do progresso pelas vias do “milagre econômico”:

[...] assim como há agora, nunca haverá no Brasil intolerância racial. Pois o homem de cor já tem acesso a todos os postos e em todos os níveis possíveis. Isso é garantido por lei e pela Constituição. A luta no Brasil nunca será

---

ii. Para conferir uma análise mais focada na relação entre esse filme e a trajetória do realizador Zózimo Bulbul, a partir da questão étnico-racial no cinema brasileiro, conferir a tese de Noel Carvalho (2006).

racial, será contra a pobreza. Uma luta comum de brancos e negros. Com os privilégios que o progresso nos tem dado, podemos afirmar tranquilamente que no futuro bem próximo ceifaremos a pobreza e o analfabetismo deste solo e teremos um país magnífico de fato, com um estilo democrático de vida invejável, não havendo o branco, nem o negro, nem o amarelo, mas o homem brasileiro.

Assim, retorna-se à versão do discurso nacional-popular imposta pela direita então vitoriosa politicamente, na qual a luta contra o subdesenvolvimento passaria pela afirmação do Estado como agente central na construção de um progresso nacional. Dentro desse discurso, o apelo a uma identidade racial representava uma ameaça ao *status quo* e, portanto, algo a ser combatido, principalmente diante da audiência televisiva, o meio de comunicação mais utilizado pelas massas como fonte de informação.

Em continuidade à sua narrativa, a recepção do filme também ilustrou as dificuldades de projeção das ideias a respeito de uma identidade negra junto à opinião pública. Além de a longa censura tê-lo prejudicado comercialmente, alguns indícios apontam um boicote do circuito exibidor justamente pelo ataque do filme à doutrina do lusotropicalismo: “o filme de Antunes Filho, o primeiro nacional que aborda a questão de forma consequente e profunda, sofreu um certo boicote do cinema comercial por escolher um tema tão polêmico. Em São Paulo, conseguiu apenas uma sala, o Cine Marachá, ficando em cartaz cinco dias, mesmo assim sob o rótulo de ‘cinema de arte’” (O problema..., [s.d.]), embora a justificativa dada pelos exibidores à época tenha sido o fato de a película ser em preto e branco, quando os filmes coloridos já dominavam o mercado cinematográfico.

A limitação sofrida junto ao circuito exibidor é comprovada se observarmos os mapas de distribuição do filme depositados no arquivo da Embrafilme.<sup>[12]</sup> No Processo nº 110.2.00226, cinco planilhas datadas entre

---

12. Que hoje é administrado pela Cinemateca Brasileira, cuja propriedade é da Agência

agosto de 1976 e outubro de 1977 mostram que o filme ocupou poucas salas nas grandes capitais do Sudeste e do Sul, além de outras no interior. Depois disso, foi comercializado principalmente para cineclubes e exibições particulares, o que o circunscreveu a um público bem restrito, tal como relatado na fonte: universidades, institutos de pesquisa, fundações de arte, partidos políticos, associações de moradores, sindicatos, entre outros.

Além dessa dificuldade na exibição, o filme foi atacado em sua proposta de rever a retórica da descolonização. Diante da exposição de motivos de Antunes Filho, ao destacar que “não pretendia um quadro a óleo, mas uma xilogravura, uma obra de aspecto menos elitista, menos perfumada. Mais democrático, mais popular, mais condizente com as misérias do subdesenvolvimento” (Um filme..., 1976), parte da crítica – afinada com os mitos propagados pelos agentes da modernização conservadora – lançou a acusação de que o filme seria um exemplo “de cinema neocolonializado e de importar uma problemática racial que não é nossa” (Um filme..., 1976).

Provavelmente, essa acusação foi uma resposta às citações dos nomes e do pensamento de Angela Davis, Stokely Carmichael, Leopold Senghor, Martin Luther King e outros pensadores negros nas falas de Jorge ao longo de *Compasso de espera*. Assim como parte da crítica de cinema da época, a censura também se incomodava com citações ao Poder Negro norte-americano. Pela documentação apresentada por Simões, verificamos que no filme *Jardim de guerra* (1968), de Neville d’Almeida, houve uma interdição expressa em um termo de compromisso assinado pelo diretor, no qual se comprometia a cortar várias partes do filme, entre elas: “2. Quando o ator Antônio Pitanga faz um discurso imitando os líderes do ‘Poder Negro’ americano, cortar todo o resto do discurso depois que ele diz ‘Pra vocês eu sou macaco, mas isso vai acabar’” (apud Simões, 2004, p. 123).

Alguns anos depois, a mesma aversão ao discurso do movimento do Poder Negro justificaria o corte ao filme *Guerra dos pelados*, dirigido

por Sylvio Back. Simões (2004, p. 147) destaca que, “em 12 de maio de 1971, a direção da Censura indica os seguintes cortes [ao filme *Guerra dos pelados*, de Sylvio Back]: [...] ‘Na terceira parte, é exigida a supressão de uma cena de ataque a uma serraria em que um negro diz ‘A terra é nossa vingança’”.

Por fim, precisamos destacar um momento em que esse incômodo veio à tona, por meio da análise de Simões:

Outro documento do CIE (Ministério do Exército), de 23 de abril de 1971, informa que, no Festival Internacional da Canção, já se homenageou Janis Joplin e o guitarrista Jimi Hendrix. “É fato notório que ambos morreram por excesso de tóxicos e que agora o Sr. Augusto Marzagão prepara uma homenagem ao poder negro americano. A atuação desse grupo poderá criar uma situação desagradável no trato de um problema que não existe ainda entre nós, que é a discriminação racial” (Simões, 2004, p. 138-139).

Percebemos que o regime militar temia o apelo a identidades construídas em torno da questão racial e étnica e da denúncia da violência colonial, para isso chegando a negar a existência da discriminação racial nas relações sociais, em uma reiteração enfática do paradigma do lusotropicalismo.

Por sua vez, em *Tenda dos milagres*, dirigido por Nelson Pereira dos Santos em 1976, foram abordadas diferentes estratégias de dominação e perseguição contra as culturas populares e, em paralelo, as táticas de resistência das classes subalternas diante da coerção estatal. Tendo como temática a repressão aos ritos afro-brasileiros a partir da trajetória do protagonista Pedro Archanjo – funcionário da Faculdade de Medicina da Bahia na virada entre os séculos XIX e XX, que se notabilizou por ter escrito um livro defendendo os ritos afro-brasileiros a despeito do racismo científico vigente à época –, e da recuperação no presente de sua memória, a narrativa alterna cenas em que se mostram batidas policiais contra terreiros no passado e os embates em torno da memória de

## heranças e reflexões

Archanjo no presente e, por meio disso, explicita diversos aspectos de nossa tradição autoritária.

Continuando a discussão empreendida pelo filme, Nelson Pereira dos Santos colocou em pauta, durante várias entrevistas concedidas à época de seu lançamento, essa cultura política autoritária referendada pelo público de cinema da época, destacando que a atividade da censura gozava socialmente de legitimidade e de prestígio. Tendo iniciado a revisão de sua postura intelectual, Nelson Pereira retomou alguns pontos de sua carreira e colocou em xeque o comportamento do espectador de classe média que viu *Como era gostoso o meu francês* e se identificou com o francês, colonizador, não compreendendo o *status* de herói do índio na narrativa. Apontou que há uma rejeição das práticas populares por parte desse espectador, e a

recusa da sociedade dominante em admitir que a umbanda, o candomblé, tenham “status” de religião está [em *Tenda...*]. Para a sociedade, ainda são ritos primitivos, práticas subalternas. Mas, na prática, todo mundo sabe que a maioria do povo expande sua emoção mística nesses rituais. Mas, ainda há essa herança de subestimar a religião escolhida pelo povo, criada por ele (Santos, [s.d.]).

Curiosamente, o diretor equiparou a censura à visão do colonizador e a acusou de tratar o público com paternalismo, para isso tentando legitimar imagens que veiculem junto a ele que “a família é indissolúvel, não existe negro no Brasil, índio não anda nu, não há classes sociais ou se há não são antagônicas” (Santos, [s.d.]). Por fim, acusou a censura de ser agente da concentração dos meios de comunicação pela legitimação de uma imagem de povo que se filia a um “padrão Globo de qualidade: todo mundo limpinho, branquinho, de volks” (Santos, [s.d.]).

A disputa por encenar o passado passaria pela autoridade de quem pode interpretá-lo, o que insere a fala do diretor no que Appadurai (1981, p. 202; tradução nossa) considerou “um aspecto da política, envolvendo



competição, oposição e debate”.<sup>[13]</sup> Assim, no exemplo de *Tenda...*, há o encontro entre dois tipos de censura – à expressão artística e aos cultos e ritos afro-brasileiros, ambos amparados por um *ethos* autoritário vinculado à elite e às classes médias –, e, portanto, a possibilidade de representar o passado e os conflitos de ordem racial nele presentes precisava necessariamente negociar com a legitimidade que a censura tinha como instituição.

A *performance* de estigmas também seria encenada por outro filme que teve problemas com a censura. *O homem que virou suco*, de João Batista de Andrade, enfrentou barreiras que, embora não resvassem na criação artística, atentaram contra a circulação do filme. Apesar de ter sido liberado sem cortes para ser exibido em festivais e mesmo em cinemas comerciais, foi inicialmente barrado para a veiculação pela tevê aberta.

O filme constrói sua narrativa em torno de dois personagens nordestinos interpretados pelo mesmo ator (José Dumont): Severino e Deraldo. O primeiro, após ganhar um prêmio de “operário-padrão”, esfaqueia seu patrão diante de um auditório lotado; o segundo, repentista-poeta, não tem emprego fixo e encontra dificuldades de adaptação em São Paulo. Como a foto de Severino circula pelos jornais de São Paulo, Deraldo passa a ser confundido e perseguido pela polícia, o que o obriga a se empregar em diversas ocupações tradicionalmente atribuídas aos nordestinos: construção civil; carregador de frutas no mercado central; empregado doméstico (enquanto Severino, seu “sósia”, era operário em uma multinacional e havia começado a trabalhar nela como faxineiro).

Conquanto apresentado como uma identidade regional, o estigma que paira sobre os nordestinos tem semelhanças com os preconceitos de cunho racial e étnico, como já analisado por Guimarães (2002) e Albuquerque Jr. (2006). A trajetória de Deraldo e sua relação com seus chefes (o mestre de obras, a dona de casa), pautadas por inserções de canções de repentistas sobre a saga do nordestino em São Paulo, revelam tanto

---

13. No original: “*is an aspect of politics, involving competition, opposition and debate*”.

a posição socialmente reservada a esse grupo quanto a disputa desigual no poder de nomeá-los.

A presença de gestos e palavras violentas evidencia essa disputa assimétrica. Podemos citar o exemplo da sequência em que se projeta uma animação curta-metragem para funcionários do metrô de São Paulo. Nela, o nordestino aparece representado como um cangaceiro rude e cruel, sendo ao final repellido pelos colegas de trabalho. A resistência ao lugar de subalterno e à exploração do trabalho braçal – algo encampado por Deraldo – é ridicularizada na projeção.<sup>[14]</sup> Ao final, é visível o incômodo dos operários perante a animação, mas só Deraldo rebelde-se, chutando uma cadeira. Em outra sequência, durante um almoço no refeitório, o protagonista encontra uma barata na comida e se revolta diante dos colegas, xingando o metrô, o governo e os empresários, no que é contido pelos policiais presentes no recinto.

A linguagem verbal violenta presente no filme não passaria despercebida pela censura, que, aproveitando-se disso, tentou justificar o veto para exibição na tevê:

Linguagem: a implicação principal na ordem censória reside nos diálogos contidos no filme. A fim de dar maior realismo, os realizadores utilizam a linguagem dos segmentos marginalizados da população. Esta, na película, é repleta de palavras de baixo calão, os quais não nos parecem ofensivos [sic] por duas razões: primeiro, por não serem as palavras pesadas e expressões indecentes ditas de forma gratuita: depois, pela acoplagem dos diálogos ao realismo da narrativa [...].

---

14. É interessante observar que havia um curta-metragem exibido pelo Metrô SP aos funcionários em moldes semelhantes ao representado pelo diretor. Todavia, como não conseguiu autorização da empresa para veiculá-lo em seu filme, o diretor teve de criar outro curta para o filme.

Mas deve a autoridade censória tomar em consideração a realidade do veículo televisivo. Por isso, sugerimos a não liberação do filme com base na legislação supramencionada.<sup>[15]</sup>

Mesmo assim, após um jogo burocrático, o filme foi liberado para a televisão, com a restrição de ser veiculado após as 23 horas. Podemos sublinhar do parecer que a linguagem violenta aparece como a busca do “realismo” na obra. Notamos o mesmo apelo ao documental presente, por exemplo, em *Iracema...*, fruto da experiência do diretor com o telejornalismo, tendo participado de várias edições do programa jornalístico *Globo Repórter*, exibido pela Rede Globo.

Isso não impede que a literatura de cordel assuma um lugar de autoridade como forma narrativa. No encontro com seu duplo e a história de Severino, o operário-padrão que assassinara o patrão, o cordel finalmente acopla-se à narrativa filmica: Deraldo compõe o poema “O homem que virou suco”, sobre um nordestino “triturado” pela máquina da cidade.

Essa literatura opera como a testemunha de uma cartografia afetiva dilacerada pelas expectativas frustradas na vida da metrópole, e a identidade atribuída aos nordestinos transparece por seu aspecto negativo, de privação de bens materiais e simbólicos, além dos direitos e garantias fundamentais. O Nordeste imaginado é atacado por diversos sujeitos que articulam práticas discursivas e sociais de segregação, que, por aliarem territorialidade, apelo ao fenótipo, aos repertórios culturais e à estrutura do mercado de trabalho, são equiparáveis à manutenção de uma fronteira étnica (Barth, 1969).

---

15. Parecer nº 2.733/1982. Disponível em: [www.memoriacinebr.com.br](http://www.memoriacinebr.com.br). Acesso em: 2 fev. 2012.

## Considerações finais

Ao longo da exposição dos filmes, percebemos que a doutrina do lusotropicalismo foi encampada pelo regime militar e usada como estratégia (Certeau, 1994) no controle da circulação de obras consideradas subversivas e ameaçadoras ao *status quo*. Em paralelo, coube aos realizadores empreender táticas (Certeau, 1994) de resistência ao aparato estatal no cerceamento de sua liberdade artística, valendo-se das brechas deixadas pela atividade dos diferentes órgãos estatais encarregados da atividade censória ou mesmo daqueles que se apropriavam indevidamente dessa função.

Ao longo do capítulo, expusemos diferentes formas de cerceamento às representações de situações de conflito étnico-racial e de disputa/construção de identidades raciais e étnicas. As referências ao conflito entre brancos e negros e à possibilidade da difusão das ideias do movimento *Black Power* no Brasil justificaram o temor dos censores e a imposição de cortes e de longos períodos de espera em meio à burocracia estatal, tal como abordamos nos exemplos de *Barravento*, *Compasso de espera*, *Jardim de guerra* e *Guerra dos pelados*.

O ataque à ideologia do desenvolvimentismo – principal doutrina do regime militar – também fez com que a censura exercesse seu papel nos casos de *Macunaíma*; *Iracema, uma transa amazônica* e *O homem que virou suco*, nos quais foram encenados os reveses do progresso à brasileira, os esquecidos e marginalizados por ele, além de revelarem o aspecto racial e étnico das hierarquias sociais e da dominação praticada pelo regime.

Os romances inter-raciais presentes em *Compasso de espera*; *Iracema...* e *Tenda dos milagres* também tiveram a atenção da censura, uma vez que todos representaram encontros assimétricos e marcados por conflitos, nos quais eclodiram situações de preconceito racial. Ainda, as culturas populares foram mostradas em quase todos os filmes abordados – à exceção de *Compasso de espera* – como reprimidas pela ação estatal e

como marcadamente um lugar de resistência à dominação racial e de classe a elas imposta.

Por fim, é importante destacar a fala de Nelson Pereira dos Santos ao longo do debate de *Tenda dos milagres*, que não apenas inseriu seu filme em sua trajetória profissional, como também o ligou a formas de hierarquização, sobretudo a partir do repertório religioso das classes populares. A conexão feita pelo diretor entre a atividade de censura e a perseguição aos candomblés serve-nos para pontuar que a tradição política e cultural autoritária de nossa República só se reproduz porque ainda tem prestígio entre alguns setores da população, sendo assim revestida de legitimidade e de poder.

## Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

APPADURAI, Arjun. The past as a scarce resource. *Man*, v. 16, n. 2, p. 201-219, 1981.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

CALLADO, Antonio. Iracema, sem dentes, sem árvores. *Isto É*, 10 abr. 1979.

CARVALHO, Noel dos Santos. Cinema e representação racial: o Cinema Negro de Zózimo Bulbul. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHOR, Marcos. *A história do projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

## heranças e reflexões

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Joan. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

UM FILME em preto e branco sobre gente branca e preta. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1976. Com entrevista de Antunes Filho.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

LAPERA, Pedro Vinicius Asterito. A presença de *Iracema, uma transa amazônica* (1974) no cinema brasileiro. *E-compós*, Brasília, v. II, n. 2, maio/ago. 2008.

PINTO, Leonor E. Souza. *La résistance du cinéma brésilien face à la censure imposée par le régime militaire au Brésil: 1964/1988*. 2006. Disponível em: [www.memoriacinebr.com.br](http://www.memoriacinebr.com.br). Acesso em: 2 set. 2011.

PINTO, Leonor E. Souza. *Le cinéma brésilien au risque de la censure imposée pendant la dictature militaire de 1964 à 1985*. Tese (Doutorado) – École Supérieure d'Audiovisuel da Université de Toulouse, Toulouse, 2001. Disponível em: [www.memoriacinebr.com.br](http://www.memoriacinebr.com.br). Acesso em: 2 set. 2011.

PINTO, Leonor E. Souza. *Macunaíma: 16 anos de luta contra a censura*. 2007. Disponível em: [www.memoriacinebr.com.br](http://www.memoriacinebr.com.br). Acesso em: 2 set. 2011.

O PROBLEMA racial num filme brasileiro. [S.l., s.d.]. Folheto do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Arquivo Jairo Ferreira (Cinemateca Brasileira).

SANTOS, Nelson Pereira dos. Nelson Pereira contra a imagem do colonizador: entrevista. Entrevistadora: Isa Cambará. *Folha de S. Paulo*, [s.d.]. Arquivo José Inácio de Melo Souza (Cinemateca Brasileira).

SIMÕES, Inimá. *Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil*. São Paulo: Senac, 2004.

# O Golpe de 1964 e a(s) censura(s) aos livros<sup>[1]</sup>

Flamarion Maués<sup>[2]</sup>

As ações de censura decorrentes do Golpe de 1964 devem ser entendidas como elementos componentes de um sistema repressivo maior, que foi sendo constituído pelos novos donos do poder a partir daquele ano e que se transformou em uma política de governo com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em fins de 1968. O objetivo desse sistema repressivo era controlar a sociedade como um todo e impor certa ordem pela coação, pelo medo, pela imposição do silêncio a todos os que se colocassem em contraposição ao estabelecido pelo poder vigente.

O resultado foi a criação de uma “cultura do medo”, da qual os elementos fundamentais foram, de um lado, a censura, e, de outro, a tortura. De acordo com a definição de Maria Helena Moreira Alves:

O uso generalizado e institucionalizado da tortura numa sociedade cria um “efeito demonstrativo” capaz de intimidar os que têm conhecimento de sua existência e inibir a participação política. [No Brasil] A evidência da repressão de Estado criou uma “cultura do medo” na qual a participação política equiparou-se ao risco real de prisão e conseqüente tortura [e] coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou

- 
1. Este artigo é resultado de projeto de pós-doutorado financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp, processo 2013/08668-0). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Fapesp.
  2. Professor no Instituto Federal de São Paulo, campus São José dos Campos.

política. [...] Silêncio, isolamento e descrença eram os fortes elementos dissuasivos da “cultura do medo” (Alves, 2005, p. 205).

Acredito, portanto, que a censura deva ser analisada para além de seus mecanismos diretos e oficiais. Devemos, então, buscar entender as diversas formas pelas quais ela foi aplicada e também como essas formas disseminadas de censura agiram sobre a sociedade de modo a gerar um sentimento de medo que levou, muitas vezes, à autocensura.

Proponho-me aqui a mostrar alguns casos em que essas formas variadas e combinadas de censura foram aplicadas no Brasil após 1964 no que tange à edição de livros. Mais especificamente, no que diz respeito à censura política.

### **O período pós-golpe, o AI-5 e o Decreto nº 1.077/1970**

Apenas dois dias após o golpe de 1964, ou seja, em 3 de abril, o novo governo fechou a Editorial Vitória, ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), como parte das ações de repressão a esse partido. De acordo com documento da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) do Rio de Janeiro, datado de 20 de novembro de 1964, a Vitória era “o maior centro de difusão de obras marxistas no Brasil”.<sup>[3]</sup>

Temos aqui, então, um ato de censura, pois o fechamento da editora representava o impedimento da circulação de muitas obras já editadas por ela e do lançamento de novas obras. É um gesto dos mais eficazes, pois não se trata de vetar obras editadas nem de recolher livros, mas de impedir os lançamentos no nascedouro. Embora formalmente não seja um ato de censura, mas de repressão: uma vez que não foi realizado por

---

3. Citado em Pereira (2010, p. 144-145). Essa obra contém muitas informações sobre a perseguição que a Editorial Vitória e outras editoras “vermelhas” sofreram por parte da polícia política, em particular no Rio de Janeiro.



setores do aparelho repressivo encarregados diretamente da censura, o efeito prático, sem dúvida, equivale ao de um ato de censura. Talvez tenha sido o primeiro ato dos golpistas contra livros; muitos outros ainda viriam.

Um documento de 1965 indica a preocupação do governo resultante do golpe de 1964 com os livros. Trata-se da Portaria nº 11/1965, do Ministro da Justiça, que apresenta uma lista com 33 “livros de natureza subversiva”. Cerca de metade dos livros mencionados na lista havia sido publicada pela editora Civilização Brasileira, com destaque para os volumes da coleção Cadernos do Povo Brasileiro. Havia ainda livros de Marx, Engels e de autores russos; de intelectuais brasileiros de esquerda e também uma obra de Adelaide Carraro (*Falência das elites*).<sup>4</sup> Também fazia parte da lista o livro *O golpe em Goiás* (de autoria de Mauro Borges, governador cassado daquele estado), livro que havia sido censurado no mesmo ano de 1965.

Em 1966, houve a censura ao livro *Torturas e torturados*, de Márcio Moreira Alves (Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966). Tratava-se de uma obra documental, que procurava registrar os casos de tortura ocorridos entre 1964 e 1966 da forma mais detalhada possível. Informa o texto intitulado “O livro proibido”, publicado na contracapa da segunda edição do livro:

A primeira edição de *Torturas e torturados* foi apreendida à véspera de seu lançamento por ordem do ministro da Justiça. Antes, o SNI [Serviço Nacional de Informações] fotografara seus originais em Paris, página por página, e apresentara o trabalho como um dos motivos alegados para a impugnação da candidatura de Márcio Moreira Alves a deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) do estado da Guanabara.

---

4. A portaria não está datada e traz apenas o ano de sua expedição. Localizei uma cópia desse documento no Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Nessa cópia, consta uma anotação feita a caneta que remete a Portaria nº 11/1965 à “Portaria nº 233, de 14/04/1964”, sem mais detalhes. Fundo Deops São Paulo, pasta OP 0938. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Essa segunda edição saiu em 1967, após a obra ter sido liberada pela Justiça em julho daquele ano. O Tribunal Federal de Recursos considerou ilegal, por unanimidade, o ato do Ministro da Justiça que havia determinado a apreensão do livro.

Essas ações – o fechamento da Editorial Vitória, a portaria do Ministro da Justiça sobre “livros subversivos” e a proibição do livro de Moreira Alves – demonstram com perfeição algumas características da censura nesses primeiros anos após o Golpe. Para Sandra Reimão (2011, p. 20), nesse período, “a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada e pela ausência de critérios, mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física” por parte dos golpistas. Inexistia um sistema único de censura a livros, quadro que mudaria após 1968.

Ainda nesse período anterior a 1968, destacou-se na luta contra a censura a figura do editor da Civilização Brasileira, Ênio Silveira, militante do PCB, cuja editora era uma das mais visadas pela repressão. Ênio lutou como pôde contra a censura, inclusive expondo-se publicamente – a si e à sua editora. Houve consequências para tal exposição, uma vez que a Civilização Brasileira foi uma das editoras mais perseguidas pelo regime, inclusive economicamente, o que a levou a uma grave crise e, alguns anos depois, à sua venda.<sup>[5]</sup>

Foi a Constituição de 1967, elaborada sob a égide militar, que centralizou a censura como atividade do governo federal. Pouco depois, com o AI-5, decretado em dezembro de 1968, a censura tornou-se constante na imprensa, na televisão, no rádio, no cinema, no teatro e na música. A partir de 26 de janeiro de 1970, o setor livreiro sentiu mais agudamente os efeitos do fechamento político, com a edição, do Decreto-lei nº 1.077, que estendia a censura prévia aos livros.

O decreto estabelecia, no seu artigo 1º, que “não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes

---

5. Sobre esse assunto, ver Galucio (2009).

quaisquer que sejam os meios de comunicação”, e, no seu artigo 2º, dava poderes ao Ministério da Justiça para, por meio do Departamento de Polícia Federal, “verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior”. Salientava ainda, em suas considerações iniciais, que “o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional”.

Ainda que o decreto estabelecesse que a censura deveria se limitar a temas referentes a sexo, moralidade pública e bons costumes, as leis de exceção a que o país estava submetido – e às quais se juntava o próprio decreto – alargaram sobremaneira o entendimento do que poderia ser considerado, para o poder ditatorial, adequado em relação a esses temas.<sup>[6]</sup>

Dessa forma, os livros, que desde o Golpe de 1964 vinham sendo objeto de certa rotina de confiscos e recolhimentos por autoridades policiais, passavam agora a poder ser previamente censurados. Poucos efetivamente o foram,<sup>[7]</sup> pois na maioria dos casos a censura ocorria após a publicação da obra, o que acarretava prejuízos ainda maiores aos editores e autores.<sup>[8]</sup>

- 
6. Douglas Attila Marcelino estudou as peculiaridades da censura aos livros e às diversões públicas nos anos 1970, apontando as diferenças que existiam entre os agentes e as formas de aplicação da censura política e da censura moral e de costumes. Ver Marcelino (2009, p. 312-333).
  7. “[...] a censura prévia, regulamentada pelo Decreto 1.077/70 [...] revelou-se, na prática, algo inexecutável. [...] O conjunto de pessoas atuando como censores federais passou de 16 funcionários em 1967 para 240 ao final do Regime Militar – mas, mesmo com este inchaço, a censura prévia de todo o mercado editorial brasileiro era algo, na prática, não executável. Assim sendo, a maioria da atividade de censura em relação a livros dava-se [...] ‘por denúncias’” (Reimão, 2005).
  8. “A lei de censura prévia existia para todas as artes em geral. [...] Existia a lei também para o livro, só que era descumprida. A lei determinava que os editores enviassem os originais para Brasília, antes da publicação. No entanto, num gesto bonito e ousado (porque a editora poderia ser punida com o fechamento, dependendo do caso), numa resistência automática, quase unânime e não planejada, os editores ignoraram essa obrigação. [...] Corria-se o risco, após a publicação, de uma proibição, seguida das sanções normais previstas pela lei. Mesmo assim, os editores mantiveram-se firmes” (Brandão, 1994, p. 177).

Mesmo com esse aparato repressivo legal, houve reação ao decreto, entre as quais a de Jorge Amado e Êrico Verissimo, que declararam publicamente que “em nenhuma circunstância mandaremos os originais de nossos livros aos censores; nós preferimos parar de publicar no Brasil e só publicar no exterior”. Tais reações fizeram o governo recuar e excluir da censura prévia as obras “de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes” (Reimão, 2011, p. 30). Apesar dessa mudança, a censura política continuou a existir.

### Os vários braços da censura

A existência dessa legislação, no entanto, não significou que a censura aos livros estivesse de fato totalmente centralizada. Um caso ocorrido em 1974 ilustra bem como a realidade era muito mais dinâmica.

O espanhol Raul Mateos Castell é livreiro e editor, e foi o criador, nos anos 1970, da Livraria e Editora Ciências Humanas. A livraria, que se localizava na rua Sete de Abril, foi uma das principais da cidade de São Paulo na época no mercado de livros políticos e acadêmicos de ciências humanas. A editora mantinha vínculos com a seção paulista do PCB – ilegal, nesse período – e publicou coleções de textos clássicos do pensamento socialista, obras de referência do eurocomunismo, obras sobre ciências humanas, história do Brasil, movimento operário brasileiro, além da revista *Temas*, de orientação marxista.<sup>[9]</sup>

Em 1974, quando Raul ainda não havia criado a editora, ou seja, atuava apenas como livreiro, ocorreu um episódio relacionado com a

---

9. Todas as informações referentes à biografia de Raul Mateos Castell e à Livraria e Editora Ciências Humanas são provenientes de entrevistas de Raul Mateos Castell ao autor em 4 de julho de 2002, 23 de março e 30 de junho de 2005, na cidade de São Paulo, e do manuscrito de suas memórias relativas a esse período, gentilmente cedido por ele para esta pesquisa. Ver também Maués (2013).

importação de livros que ilumina alguns pontos importantes de como se dava na prática a censura a livros durante a ditadura – e qual era sua real abrangência e alcance.

Com a censura política existente, uma das alternativas para ter acesso a certos tipos de obras era a importação de livros, principalmente da França e de países de língua espanhola, como México e Argentina. Raul vendia, em sua loja, livros importados, além de distribuí-los para outras livrarias. Os importados eram basicamente da área de política, do pensamento de esquerda. “Começamos a importar aqueles livros que a maioria não tinha coragem de importar, Marx, Lenin, Trotsky, essas coisas”, recorda Raul.

No primeiro trimestre de 1974, foi retida pelos Correios uma remessa grande de livros de cunho político importados por Raul, cerca de 30 ou 40 caixas. O despachante que cuidava da importação informou que pessoas do “Serviço Secreto do Exército” estavam por trás do fato.

Após esperar algum tempo pela liberação dos livros, Raul resolveu verificar pessoalmente o que estava acontecendo. Por indicação de um conhecido seu, procurou o superintendente do Departamento da Polícia Federal em São Paulo, oficialmente responsável pela censura aos livros.

Raul foi conversar com o sujeito e explicou o que estava acontecendo. “Quero falar com a Censura ou com quem for o responsável, para ter uma orientação, saber quais são os autores e livros proibidos, quais os assuntos vetados etc.”, explicou Raul. O chefe da Censura se mostrou muito surpreso com a informação sobre a retenção dos livros pelos Correios, o que, de início, pareceu a Raul até uma ironia do funcionário. Ele depois percebeu que não era o caso. De acordo com o superintendente, não havia ninguém nos Correios encarregado de fazer censura, por isso ele pediu que o livreiro fizesse uma carta narrando os detalhes do caso e a protocolasse.

Raul fez a carta em maio de 1974 e a protocolou na Polícia Federal de São Paulo. Lembra ele:

## heranças e reflexões

Fiquei aguardando notícias e passei a ir semanalmente lá para saber se havia alguma novidade. De tanto ir lá e bater papo com a secretária, ela acabou me contando que a minha carta tinha causado certa celeuma, que tinha sido enviada para Brasília e que o diretor dos Correios tinha sido convocado para dar explicações.

Logo, a Polícia Federal, responsável pela censura, descobriu que alguém nos Correios estava invadindo sua esfera de atuação e não gostou nada disso. Ao que tudo indica, era gente ligada ao Exército que atuava nos Correios. Iniciou-se um conflito entre setores governamentais e militares em função do desrespeito às esferas de ação das diferentes áreas. Para eles, a questão não se relacionava com a arbitrariedade que representava a apreensão dos livros e a censura, mas sim com a disputa de poder que o caso levantava.

Sem perspectivas de ver a questão resolvida pela Polícia Federal, Raul foi aos Correios, onde foi atendido pelo diretor da empresa em São Paulo. Este, já conhecedor do caso, disse a Raul: “Saiba o senhor que não é só a Polícia Federal que é responsável pela segurança nacional. Eu também sou responsável e o senhor também é”.

Raul percebeu, então, que o problema que estava enfrentando em relação aos livros se inseria em um quadro bem mais amplo do que a princípio imaginara.

Percebi que o problema que eu tinha com a censura era reflexo da luta que se travava dentro da chamada “comunidade de informações” da ditadura. Fiquei satisfeito por ter contribuído para tumultuar essa comunidade de informações mas, concretamente, perdi todos os livros.

Oficialmente, não houve nenhuma resposta à carta protocolada por Raul na Polícia Federal.

Nessa ocasião, Raul Mateos Castell era membro da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e, como associado, expôs em uma reunião a questão dos

livros que havia importado e estavam retidos nos Correios, solicitando à CBL que se pronunciasse sobre o caso. Conta Raul:

Então, o secretário da Câmara disse que já conhecia o meu caso, o que achei estranho, pois era a primeira vez que eu o apresentava ali. Ele perguntou se eu importava livros de Cuba e da União Soviética. Respondi que desses países ainda não importava, só importava da França, da Espanha, da Argentina, do México, da Inglaterra. No final, ele me disse que meu caso era isolado, que só eu tinha esse tipo de problema. Eu ainda contra-argumentei, citando o caso da Livraria Ler, do Ernesto Zahar, que também já havia tido problemas com a importação de livros, mas ele e a CBL não mudaram de posição. Na saída dessa reunião, perguntei ao secretário da CBL se ele trabalhava na Polícia Federal, e ele respondeu tranquilamente que sim, o que explicava como já conhecia o meu caso. Depois disso, me desliguei da CBL.

Mas a história não acabou aí. Cerca de um mês após o final do caso com a Censura e os Correios, em meados de 1974, Raul foi sequestrado em sua casa. Às cinco e meia da manhã, dois homens que se identificaram como agentes do Serviço Secreto do Exército bateram na porta de sua residência, dizendo que ele seria levado para um quartel para prestar alguns esclarecimentos, e o colocaram em um carro, encapuzado.

Ele ficou três dias detido no Destacamento de Operações Internas do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) da rua Tutoia, em São Paulo, principal centro de torturas do estado. Foi submetido a interrogatórios em que era questionado sobre qual era sua organização política. Ficou em uma cela, nu e amarrado a uma cadeira, “misto de cadeira elétrica e cadeira de barbeiro”, recorda.

Julgo esse caso exemplar dos modos como a censura e a repressão se imbricavam, com superposição de atuações, disputas por espaço político, picuinhas. Pode parecer, com isso, que tais ações eram desorganizadas, ou até caóticas em alguns casos; no fundo, no entanto, faziam parte de

um processo que tem sua racionalidade: criar um clima de medo e de incerteza, em que a sociedade se vê diante de uma situação em que não sabe o que é permitido e o que é proibido, quem pode e quem não pode proibir e reprimir, de modo que deve temer a todos.

### A censura “regular”

No que diz respeito à atuação censória “regular” na área dos livros, ou seja, aquela exercida pelo Ministério da Justiça e pela Polícia Federal, de modo predominante prevaleceu a proibição de obras por questões concernentes “à moral e aos bons costumes”, não deixando de ocorrer também, de forma discricionária e seletiva, a censura política. Analisando a lista de 434 livros proibidos durante o regime civil-militar apresentada por Deonísio da Silva,<sup>[10]</sup> constatamos que a maior parte das obras censuradas (364) se enquadra no critério de afronta “à moral e aos bons costumes”. No entanto, cabe destacar que 70 livros de cunho político constam dessa lista, respondendo por cerca de 16% dos títulos proibidos. Entre os autores vetados estavam Caio Prado Jr., Márcio Moreira Alves, Darcy Ribeiro, José Serra, Fernando Henrique Cardoso, Fidel Castro, Che Guevara, Lenin, Mao Tsé-Tung, Nguyen Giap, Trotski, Franz Fanon, J. A. Guilhon de Albuquerque, José Álvaro Moisés, Nicos Poulantzas, Kurt Mirow, Raimundo Rodrigues Pereira, Louis Althusser, Hitler, Oduvaldo Viana Filho, Regis Debray e Álvaro Cunhal. Além desses, havia também vários livros estrangeiros que tratavam das revoluções cubana e chinesa e da guerra de resistência vietnamita contra os Estados Unidos.

No final de 1977, o ministro da Justiça, Armando Falcão, voltou a deliberar sobre o assunto, criando “um Grupo Permanente de Trabalho

---

10. Silva (1989, p. 295-308). Uma ressalva que deve ser feita a essa lista é que o autor não informa quais foram as fontes utilizadas para a sua elaboração.



incumbido de proceder à análise de livros considerados atentatórios à segurança nacional e sugerir critérios para sua proibição”.<sup>[11]</sup>

No já citado estudo que fez sobre a atuação do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) – um setor do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgão do governo federal que a partir de 1970 passou a ser responsável pela censura a livros –, Sandra Reimão analisou a censura oficial a livros de ficção no país depois de 1964. Ela fornece a primeira listagem documentada dos livros censurados no país durante a ditadura, ainda que seja uma listagem parcial, pois engloba apenas o período entre 1970 e 1982, e limita-se ao material analisado (e arquivado) pelo DCDP. Mas é uma grande contribuição nessa área, pois até então a única lista existente de livros proibidos durante a ditadura era a já citada lista elaborada por Deonísio da Silva.

Um dos dados interessantes apresentados por Reimão (2011, p. 56) é o de que o número de livros analisados e censurados pelo DCDP aumentou a partir de 1975 (governo Geisel), e até 1979 foi sempre maior do que foi durante o governo Médici (1969-1974), período considerado por muitos como o mais repressivo. Esses dados precisam ser mais bem compreendidos, mas uma possível explicação preliminar pode estar relacionada com o fato de que, no governo Médici, com o clima de repressão mais explícito, muitos editores teriam preferido não editar certos títulos, pois provavelmente seriam censurados, ou seja, teria prevalecido a autocensura. Já no governo Geisel, com as promessas de abertura política, é possível que a autocensura tenha diminuído, levando à edição de mais obras que afrontavam a ditadura, gerando mais ações da censura.

Outro ponto importante destacado por Sandra Reimão (2011, p. 110-111) é que “a censura, durante a ditadura militar, teve atuações diferenciadas, não só nos diferentes períodos como também em relação aos diversos meios de comunicação”, ou seja, “havia uma hierarquização da censura,

---

11. Portaria C. do Ministério da Justiça nº 0903, de 14 de dezembro de 1977. Citado em Fico (2001, p. 176).

## heranças e reflexões

que resultava em ações diversas em virtude do potencial impacto” do veículo utilizado: “quanto mais público uma determinada produção cultural pudesse ter, mais ela seria ‘alvo’ de censura”. Daí sua conclusão em favor da ideia de que houve uma “racionalidade da ação censória durante a ditadura”, principalmente após 1968. Tal racionalidade teria levado, por exemplo, a uma censura mais forte sobre a tevê e a imprensa, e um pouco mais leve em relação aos livros, cujo público em geral é menor do que o daqueles veículos.

### Algumas observações

Considerando conjuntamente essas informações e análises, podemos concluir que a censura aos livros políticos parece ter sido mais seletiva do que a feita aos livros considerados “imorais” ou “indecentes”. Como salienta Ortiz:

Durante o período 1964-1980, a censura não se define exclusivamente pelo veto a todo e qualquer produto cultural; ela age como repressão seletiva que impossibilita a emergência de um determinado pensamento ou obra artística. [...] O censor atinge a especificidade da obra, mas não a generalidade de sua produção (Ortiz, 1995, p. 114).

É interessante notar que um dos efeitos mais importantes do clima político repressivo e da ação da censura, especificamente, é a intimidação à produção, à criação e à circulação de obras que de alguma forma possam ser vistas pelos censores como ameaças à ordem estabelecida. Não houve, por exemplo, proibição formal à edição da maioria das obras de autores socialistas, em particular a seus nomes mais emblemáticos. Marx, Engels, Lenin, Trotsky, Che Guevara e Mao Tsé-Tung, entre outros, tiveram livros específicos censurados, mas não a totalidade de sua obra. Pelo menos até a primeira metade dos anos 1970, todavia, o clima político criado fazia

com que fosse extremamente temerária a publicação de suas obras, e, muitas vezes, até mesmo sua importação. Não se sabia quais obras desses autores seriam permitidas e quais seriam censuradas, e nem quais eram os critérios utilizados pelos censores para tomar essas decisões.

Da mesma forma, a criação literária é sempre muito afetada nessas situações, seja objetivamente, seja pela reação gerada de autocensura.<sup>[12]</sup>

Nesse contexto autoritário, no entanto, deve-se lembrar que foi o regime civil-militar que estabeleceu políticas e organismos de incentivo a numerosas atividades culturais, de acordo com “uma visão autoritária que se desdobra no plano da cultura pela censura e pelo incentivo de determinadas ações culturais”. O regime percebeu “claramente a importância de [...] atuar junto às esferas culturais” e que “o Estado deve, portanto, ser repressor e incentivador das atividades culturais” (Ortiz, 1995, p. 116). Não foi por acaso que, nesse período, foram criados, por iniciativa governamental, o Conselho Nacional de Cultura, o Instituto Nacional do Cinema, a Embrafilme, a Funarte, a Fundação Nacional Pró-Memória, entre outros.<sup>[13]</sup> No campo editorial, essa ação se fez principalmente por meio do incremento de grandes programas governamentais de compra de livros escolares.

Procurei mostrar aqui que a censura age de muitas formas e nem sempre aparece de forma explícita ou nos canais oficiais pelos quais deveria se manifestar. Nesses casos, pode até ser mais maléfica, pois surge por meio de ações indiretas que colaboram fortemente para a internalização da censura, que leva à autocensura.

Destaco, portanto, que é preciso estudar e analisar os mecanismos formais e legais da censura aos livros – pois eles foram eficazes e refletiram o pensamento oficial sobre essa questão. Ao mesmo tempo, é necessário

---

12. Para uma interessante discussão sobre o papel da censura na produção literária nos anos 1970, ver Sússekind (2004), bem como Holanda e Gonçalves (1980); e, ainda, sobre a autocensura na imprensa: Kucinski (1999).

13. Ortiz (1995, p. 116). Sobre isso, ver também Sússekind (2004), Holanda e Gonçalves (1980) e Ridenti (2000).

também perceber as variadas formas como a censura se manifestou, entendendo-a como parte de um sistema repressivo mais amplo, que procurou impor à sociedade o silêncio e a autocensura após o Golpe de 1964.

### Referências

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Literatura e resistência. In: SOSNOWSKI, Saúl; SCHWARTZ, Jorge (org.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

HOLANDA, Heloísa Buarque; GONÇALVES, Marcos Augusto. Política e literatura: a ficção da realidade brasileira. In: ANOS 70: literatura. Rio de Janeiro: Europa, 1980.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MARCELINO, Douglas Attila. O passado recente em disputa: memória, historiografia e as censuras da ditadura militar. In: SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. (org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009.

MARCELINO, Douglas Attila. *Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Dissertação (Mestrado

em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo: Publisher, 2013.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. *A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

REIMÃO, Sandra. Fases do ciclo militar e censura a livros: Brasil, 1964-1978. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 2005. *Anais...* Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/RO771-1.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2024.

REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Deonísio da. *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos*. 2ª ed. rev. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

**A PROBLEMÁTICA  
METODOLÓGICA  
DOS 50 ANOS DO  
GOLPE DE 1964:  
ENTRE A MEMÓRIA  
E A HISTÓRIA**





# O Golpe de 1964 e a vida política no Brasil

Luiz Costa Lima<sup>[1]</sup>

Talvez seja também uma característica positiva a capacidade de enxergar nossos defeitos.

Tolstoi, *Anna Karenina*

Quem ainda duvida de que o Golpe de 1964 instaurou uma ditadura? Se não for igualmente inquestionável ter sido ela uma presença letal para a cultura no país, é apenas porque não costumamos pensar a sério sobre tal tema. Cultura supõe cultivo, seja das terras do chão, seja da terra da mente. Para os que não eram cúmplices do Golpe, que poderia ele significar senão constante insegurança, terror, rancor surdo, sensação de impotência? É ocioso pensar que nossa mais recente ditadura pudesse ser, como ditadura, diferente das demais. (Nossos torturadores são injustos consigo mesmos: não fizeram um Holocausto, mas dispõem até hoje dos favelados.) Por isso, o que escrevo só fará sentido se o considerarmos dentro das coordenadas nacionais.

Isso posto, seria ridículo dizer que as disposições discricionárias dos militares, suas arbitrariedades costumeiras e as consumadas nos atos institucionais, sua tática de dispor a eliminação dos adversários, seu avanço na tecnologia da tortura tivessem ultrapassado o que está no horizonte das ditaduras. O que diferencia e especifica o golpe militar deriva das características do país em que se deu. Se então ressaltamos

---

1. Professor emérito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutor em Teoria da Literatura e Literatura Comparada.



suas conseqüências do ponto de vista da cultura, há de se reconhecer que, desde a Proclamação da República, nenhum aprimoramento cultural conseqüente esteve entre as metas assumidas para o país como um todo. (A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo surgiu intencionalmente com o propósito de livrar o Estado que a Revolução Constitucionalista derrotara das garras do governo federal.)

Entre nós, os termos “cultura” e “reflexão” são vistos com enorme enfado. Cultura parece uma palavrinha para discurso de batizado; reflexão, algo que lembra púlpito ou tribuna, lugar em que se prima por falar para não se dizer nada que já não se espere. Se o país tem sido uma “terra estéril”, que antes definha do que favorece seus poucos frutos, a ditadura apenas recebeu e incrementou essa tendência. É fácil entender que isso não dependeu de que seus agentes tenham sido particularmente maus (investigações mais recentes, contudo, nos mostram que protótipos do sadismo, como o delegado Fleury, ainda eram figuras pouco requintadas). O decisivo é que *a ordem*, extremada pelos *Diktate* dos chefes, que eles tinham como lema, exigia determinada atitude que, para ser coerente, havia de ser esterilizante da produção cultural. É bastante simples a explicação para a exigência: uma ordem ditatorial estabelece para todo aquele que toma a palavra, oralmente ou por escrito, uma dupla obrigação: o que diga há de ter a clareza do óbvio e seu entendimento ser explícito e direto. E isso tanto mais para que não haja qualquer ambigüidade, passível de ser assumida como crítica ao estabelecido. Ora, como algo sujeito a tal regime pode admitir qualquer reflexão? A ditadura veio coroar a história de um país que, mesmo sem o saber, esteriliza o melhor que possa qualquer acento reflexivo.

Enfatize-se: isso já se dava antes do Golpe. Não porque nossos governantes fossem necessariamente maus, desonestos, negligentes ou medíocres, senão porque sabiam que todo dito não bastante explícito teria dificuldades em encontrar ouvidos para entendê-lo. Pois, *desde antes, durante a ditadura e agora*, a falta de reflexão se relacionava tanto com o caráter dos governantes quanto com o ralo público existente – se esse

## heranças e reflexões

assim permanece, a suspensão da ordem ditatorial estará sempre por um fio. A ditadura instaurada com o Golpe ampliou uma direção já existente antes dela. (Aquele que por excelência foi reflexivo, Machado de Assis, o conseguiu tramando sob a trama de suas ficções e de suas crônicas. Mais explicitamente reflexivo foi o criador da “terceira margem do rio”. Por isso, não deixou de ser chamado por famoso poeta de romancista para filólogos.)

Pela continuidade que há entre nossa história republicana, o pico alcançado entre 1964 e 1985, e o que continua da herança ditatorial, no que costumamos chamar de “processo de redemocratização”, me detenho nos argumentos expostos.

Devo desde logo dizer que aceitar o convite para tratar do Golpe de 1964 provoca em mim não só inquietação, como mal-estar; que assim sucede porque: 1. se sofri profissionalmente com o Golpe e gastei anos em apenas me manter, o que perdi foi quase insignificante ante os torturados, marcados por toda a vida, dilacerados, mortos ou simplesmente desaparecidos; 2. as instituições midiáticas se ocupam do Golpe de 1964 como se ele tivesse sido um *fato* cujas consequências, sendo apenas pontuais, não têm antecedências, nem continuação. Elas assim ganham fama de justiceiras e fazem esquecer as vantagens materiais que tiraram em apoiá-lo. Em lugar dessa particularização, vejo o Golpe em relação ao que tem sido a história do país, a partir da Revolução de 1930.

A informação historiográfica convencional nos ensina que a Revolução de 1930 significou a queda das oligarquias estabelecidas. Bastará, contudo, a leitura das memórias de Afonso Arinos de Melo Franco para verificar-se que, em vez de queda, ela implicou a substituição de umas oligarquias por outras. Não digo com isso que seu *grand chef*, que a completaria com o Golpe pelo qual se tornou nosso caudilho por mais de 20 anos, seja apenas um nome a memorizar. Por certo, a recordação de Vargas se impõe por ser durante sua ditadura que, pela primeira vez em nossa história, as massas que se constituíam, e vinham a ter algum peso político, precisavam ter atendidas algumas de suas reivindicações. Temos

então com Vargas uma ditadura que começa com simpatias pelo nazi-fascismo, mas aos poucos, fosse por pressão norte-americana, fosse pela esperteza do caudilho-mor, constitui aos poucos um primeiro populismo, ou seja, um governo que, ao mesmo tempo, atende a certas reivindicações da massa, não muda a assimetria da sociedade e não afrouxa as rédeas com que manobra o poder. O atendimento daquelas reivindicações dá ao governo uma aparência de esquerda, enquanto sua intensificação do governo de mão forte justifica que grupos de inclinação liberal-democrática se orientassem para a oposição. As memórias de Afonso Arinos são a respeito bastante úteis ao mostrar como tal inclinação enseja a formação da União Democrática Nacional (UDN), que se tornará o bastião da direita, inimiga de Vargas. O varguismo então representou, em sua fase ditatorial, um populismo que se inclinava para a esquerda, sob a égide de um governo que sabia manter-se conservador.

Como não pretendo repetir o que já sabem, apenas recordo o populismo varguista sem me deter em sua queda, em 1945, em nome da democracia, na eleição posterior de Vargas (1951) e no prolongamento de sua orientação, alcançado paradoxalmente por seu suicídio (1954), para acentuar que sua presença de certo modo se prolonga no período otimista do desenvolvimentismo juscelinista (1956-1961), no qual a marca populista permanece, porém na sombra, em nome de uma política que, favorecendo a industrialização do país, teria alcance mais amplo.

Tampouco vamos nos demorar no que, enquanto esboço de factuais, será desconhecido. Apenas aceno para o governo de João Goulart (1961-1964) que pretendia reunir o legado varguista com o sopro desenvolvimentista de JK. Mas, ou porque essa combinação supunha o avanço de uma política mais decididamente de esquerda, com a diminuição da assimetria socioeconômica, ou porque esse avanço já se mostrava extremamente perigoso para as camadas conservadoras nacionais, ou, mais corretamente, por isso e por aquilo, a direita, com o evidente apoio norte-americano, optou por inverter a orientação dos pratos da balança iniciada com Vargas. Isso equivale a dizer: o Golpe de 1964 não deve ser visto como

algo isolado ou como uma conspiração de chefes militares associada a certa liderança direitista e ao respaldo de grande parte da classe média e de parcela da intelectualidade do país, senão, mais profundamente, como uma manifestação em que reverberava o sentido contrário da direção assumida pela Revolução de 1930. Se a ditadura Vargas representara um populismo de tendência de esquerda, o Golpe de 1964 aguçará a orientação de governos explicitamente prepotentes, com inclinação agora inversa: em vez de desenvolvimento, a ordem, progressivamente mais arbitrária e opressora. O sentimento de alegria e juventude expresso pela bossa nova é extirpado pelo culto da continência e da delação. Toda semente populista será arrasada, e aqueles, como Afonso Arinos, que apoiaram o Golpe, pensando que seria uma resposta democrática (!), rapidamente, já em 1967, preferirão o ostracismo político.

Sejamos mais rápidos quanto ao chamado processo de redemocratização, que parecia se efetivar a partir da primeira eleição (2003) de Lula. Com ele, surge um segundo populismo, agora sob vestes formalmente democráticas. Por formalismo democrático, quero dizer: sob o império de acordos partidários que progressivamente desfigurarão a imagem primeira e positiva que se formara do presidente sindicalista.

Sinteticamente, o que foi dito aqui significa que, a partir de 1930, nossa balança política tem oscilado entre uma posição de centro com inclinação para a esquerda, uma posição explicitamente de direita caminhando para a ultradireita e a volta a uma de centro-esquerda, agora bem mais diluída. Entre nós, democracia sempre foi um nome de fantasia.

Não me interessei em concorrer com meus colegas historiadores, em apresentar-lhes mais uma peça de história, senão em acentuar o balanceio de nossa recente vida política.

Venhamos, então, ao segundo ponto que quero desenvolver: a vida política nacional, sob a República (para não falar do que é óbvio – a colônia e as décadas pós-Independência), caracteriza-se, de imediato, *por sua ausência de caráter reflexivo*. Para ser compreendido sem equívocos, reservo os parágrafos seguintes a uma rápida síntese do que entendo, com base

em Hans Blumenberg em *A descrição do homem*, por reflexão. Só lançaremos mão de passagem explícita do pensador quando for imprescindível.

A reflexão pressupõe um modo específico como se cumpre a relação entre objetos e sujeitos. Para o ser humano, o objeto se torna um polo de referência nas qualidades e nos aspectos que lhe dão unidade. Já o sujeito, entendido como ego, se converte em polo de referência em função de suas afecções e realizações, que lhe dão unidade. Acrescente-se agora: a identidade do ego depende de sua afirmação ser realizada a partir da identidade de seus objetos e da possível unidade de conjunto do contexto da experiência. Isso equivale a dizer: o ego é um correlato de seu mundo, enquanto este é sua última instância. Para que assim se dê, é preciso que o ego exerça a *razão* como seta lançada para fora de si, a fim de que ele conheça seu mundo. Por conseguinte, o objeto, como polo de referência de suas qualidades de objeto, o ego, como polo de referência das afecções e realizações dele, ego, e a *razão*, como seta lançada pela consciência do ego com o fito de estabelecer o conhecimento do que o cerca, constituem o *pano de fundo* da reflexão.

Os termos do próprio Blumenberg sobre a diferencialidade entre razão e reflexão são mais sintéticos, mais difíceis, porém imprescindíveis:

A razão é nosso órgão para o que é ausente, terminal para o todo que nunca podemos ter. [...] Mas, simultaneamente, a razão é o órgão de disciplinarização destas ampliações de nosso presente imediato no espaço e o tempo [...]. Que a razão possa se aplicar a si mesma é apenas um caso especial de que a consciência é capaz de se dirigir a si mesma. A reflexividade é, deste modo, o caso paradigmático de algo que não se explica pela atribuição de uma essência da razão (Blumenberg, 2006, p. 37-38).

Não parece haver maior dificuldade em entender a razão como nosso órgão destinado a captar o que está ausente; como algo então que amplia nosso presente, segundo as dimensões de tempo e espaço, permitindo-nos conhecer o que nunca podemos ter. Alguma dificuldade pode, contudo,

cercar a afirmação decisiva: além de ponta ampliadora, a razão é dotada da capacidade de se repensar e retificar. *A disciplinaridade de que ela dispõe não pode ser entendida como parte de sua essência, portanto como algo que lhe fosse inato.* Ao então definir a reflexividade como “o caso paradigmático” da força de disciplinarização da razão, Blumenberg declara que a reflexão nem se confunde nem é a decorrência necessária do exercício da razão. Em palavras mais corriqueiras, a reflexão *se caracteriza pela investigação e retificação posteriores dos contextos em que, pelo uso da razão, o ego dispõe seu modo de estar no mundo.* Mesmo sob o risco da redundância, ainda escrevo: muito ato racional se exerce, perfeita ou imperfeitamente, sem que tenha qualquer desdobramento reflexivo.

Dadas essas noções preliminares, posso acrescentar: mesmo porque a razão é definida como uma seta, algo, portanto, dirigido para fora do ego, e a reflexão não é seu desdobramento necessário, é de se admitir que, em sentido estrito, não há pleno conhecimento de si, nem pleno conhecimento do outro. O que vale dizer, a *reflexão* não se identifica ou confunde com o instrumento por excelência da razão, ou seja, *o conceito*, pois, nas ciências naturais, em que ele é máximo e inquestionável, o conceito visa a um certo objeto, cujas propriedades determina, ao passo que a reflexão, por seu rendimento sem limites, é inesgotável. Dito de modo concreto, o ego exerce sua função de polo de referência primeiramente pela razão, só suplementarmente precisa da reflexão. Por isso, a afirmação do sujeito não se confunde com a exploração que faria da condição reflexiva.

Dadas essas poucas informações explicativas sobre o que se entende por reflexão, procuro trazer alguma comprovação empírica para declarar que nossa vida política não é singularizada pela presença da reflexividade.

Como declara a apresentação da edição que citamos: “As comprovações serão tomadas do primeiro estudo colegiado feito em torno da nossa República” (Mattos, 1990, p. 7), o *À margem da história da República* (1924), organizado por Vicente Licínio Cardoso. Feita a distinção entre razão e reflexão, as passagens destacadas assinalam a ausência da última, quando não a insuficiência da razão pelos agentes políticos. Isso será

cumprido pela comprovação de alguns tópicos, extraídos de artigos que compunham a coletânea de Licínio Cardoso.

### **A insistência no sentimento de nacionalidade na formação da identidade nacional e o papel reservado à ordem**

Se o apostolado jesuíta, cristianizando o aborígine, foi a maravilha de nosso primeiro século [...] só depois de 1665 a energia dos brancos, dos índios e dos negros pernambucanos [...] deu origem ao sentimento de nacionalidade (Vieira, 1990, p. 31).

O perigo comum (ante as incursões estrangeiras) aumentou muito a tolerância dos povos de umas capitâneas com outras, e estabeleceu maior fraternidade; de modo que quase se pode assegurar que desta guerra (contra os holandeses) data o espírito público mais generalizado por todo o Brasil (Varnhagen, *apud* Vieira, 1990, p. 31-32).

A “ordem”, a que a população aspirava [...], era o pacto tácito resolvido entre a monarquia e a escravidão. [...] lei orgânica que os próprios fatos decretavam, e que ia desde então regular o país, submetê-lo à disciplina da sua eficiência e da sua sanção (Amado, 1990, p. 45).

### **A insistência na falta de conhecimento da realidade local pelos estadistas**

Tendo (nossos estadistas) os hábitos peculiares dos legistas educados à abstrata, sem um entretenimento forte para a vida material do país levantado nos braços da escravidão para as Alturas de um sistema político nascido na Inglaterra, dos próprios fatos, do próprio senso do povo, da própria experiência das liberdades políticas conquistadas ao domínio secular dos

## heranças e reflexões

conquistadores, da própria originalidade do espírito saxônio, era natural que esses homens se surpreendessem do mau funcionamento desse sistema sobre tribos mais ou menos selvagens, sobre negros africanos, sobre filhos de índios e negros, sobre filhos de portugueses sem instrução... (Amado, 1990, p. 54-55).

Enquanto não se formar no Brasil [...] uma “elite” de diretores mentais que saibam menos discutir questões “jurídicas” e mais questões “políticas”, que mostrem menos erudição de constitucionalistas americanos e mais conhecimento das realidades práticas do Brasil [...], a confusão, o tumulto, o malbaratamento de belas energias, o caos moral, político, administrativo, caracterizará o Brasil (Amado, 1990, p. 66).

### **A frequência da improvisação, do oportunismo; a desconfiança ante o que não fosse empiricamente concreto**

Donde o “idealismo”, *topos* preferido de Oliveira Vianna:

Os expoentes do ideal republicano [...] não pareciam muito senhores de sua ideia matriz [...]. Bons rapazes, que se haviam adestrado em atirar pedras no Governo, colhidos de surpresa para a grande missão de estadistas, tiveram que improvisar às pressas um programa de construção (Vianna, 1990, p. 123).

Dizia Ilhering que ninguém pode mover uma roda lendo apenas diante dela um estudo sobre a teoria do movimento (Vianna, 1990, p. 123).

### **Moralidade e equilíbrio: a compostura oficializada**

O oficialismo foi (no Segundo Reinado) uma força moral e uma força de equilíbrio. A serenidade interior desse período de nossa história e a



respeitabilidade que dele emana até hoje devem em grande parte a sua existência a essa força de moralidade e de equilíbrio que foi o oficialismo providencial de Pedro II nesses trinta anos de história (Tristão de Ataíde, 1990, p. 215).

Em síntese, pretendi esboçar duas afirmações: (a) considerar o Golpe de 1964 em si mesmo sem relacioná-lo com a história que temos vivido desde a Revolução de 1930 é praticar uma história factualista, que interessa à *media*, que agora o destaca negativamente, quando antes o exaltava; (b) mesmo essa consideração global continuará estéril enquanto não nos dermos conta de que nenhuma transformação vertical, quer do ponto de vista individual, quer do social, é possível sem que o exercício da razão dê lugar a um processo reflexivo de recepção considerável. Se, no último tópico, Tristão de Ataíde, no ensaio mais competente dos referidos, destaca “a moralidade” e “o equilíbrio” que irradiavam do “oficialismo providencial de Pedro II”, não só estes serviam de capa protetora contra a mínima reflexividade, como, obviamente, mesmo estes há muito desapareceram de cena, sem que nada de mais sério os substituísse. A proposta de Gilberto Amado sobre a necessidade de formação de “uma ‘elite’ de diretores mentais” não seria levada a sério, exceto em programas humorísticos.

Restaria esclarecer um último ponto: aos interessados em destacar o Golpe militar por si mesmo, sem nenhum propósito de perceber os pontos pelos quais ele continua presente no cotidiano “redemocratizado”, lembro apenas, como há poucos meses assinalava o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, que o favorecimento do agronegócio e a exploração de mananciais de água em reservas originalmente indígenas prolongam uma política que fora incentivada pelo poder militar (sem tratar especificamente dos temas referidos) (Castro, 2014, p. I-V).

Se a marca da ditadura se exprime, na Amazônia, pela permanência da política de extinção dos nativos marginalizados, o que então dizer do que se sucede dentro das grandes cidades, com a permanência do comportamento agressivo da polícia, já simbolizado pela perduração dos

## heranças e reflexões

“caveirões”, contra as manifestações populares e sua bala apontada para o peito dos favelados? Como de outro modo se explicaria que pedreiros sejam tratados como bandidos e crianças continuem a ser mortas por balas perdidas?

### Referências

AMADO, Gilberto. Instituições políticas e o meio social no Brasil. *In: CARDOSO, Vicente Licínio. À margem da história da República*. Recife: Massangana, 1990.

BLUMENBERG, Hans. *Beschreibung des Menschen*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 2008.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história da República*. Recife: Massangana, 1990. Primeira edição: 1924.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Introdução. *In: VALLIAS, André. Totem*. Rio de Janeiro: Cultura e Barbárie, 2014.

MATTOS, Potyguar. Apresentação à segunda edição. *In: CARDOSO, Vicente Licínio. À margem da história da República*. Recife: Massangana, 1990.

VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. *In: CARDOSO, Vicente Licínio. À margem da história da República*. Recife: Massangana, 1990.

VIEIRA, Celso. Evolução do pensamento republicano no Brasil. *In: CARDOSO, Vicente Licínio. À margem da história da República*. Recife: Massangana, 1990.

TRISTÃO DE ATAÍDE. Política e letras. *In: CARDOSO, Vicente Licínio. À margem da história da República*. Recife: Massangana, 1990.

# A ditadura faz 50 anos: controvérsias

Daniel Aarão Reis Filho<sup>[1]</sup>

Neste ano de grandes debates sobre os 50 anos do início da ditadura, instaurada em 1964, parece-me pertinente formular um balanço das principais questões e controvérsias que marcaram ou continuaram marcando a reflexão acadêmica sobre esse assunto.

## O duplo caráter - civil e militar - da ditadura

Muito poucos ainda discutem a participação civil no desencadeamento e na sustentação da ditadura.<sup>[2]</sup> Em contraste, acentuou-se o uso da expressão “ditadura civil-militar”. Na tentativa de esclarecer as questões em jogo, é necessário ir por partes.

Há consenso sobre a participação ativa de lideranças civis no desencadeamento do Golpe. Não apenas apoiaram. Juntamente com os militares, “deram” o golpe. Ganhou relevância a participação do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, declarado “chefe civil” do Golpe, com sua iniciativa de organizar um secretariado de unidade interpartidária.

---

1. Professor titular de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense. Doutor em História.

2. Quanto à preparação do Golpe, destaque-se o trabalho pioneiro de René Dreifuss (1981), no qual se evidenciou, no âmbito do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), a participação combinada de lideranças civis – políticas, empresariais e eclesiásticas – e militares na preparação do Golpe. O Ipes não era o único núcleo conspiratório nem se deve a ele exclusivamente a vitória da ditadura. Entretanto, depois do trabalho de Dreifuss, tornar-se-ia difícil caracterizar o Golpe como obra apenas dos militares.

Foi sob sua liderança – e ordens – que se puseram em marcha as tropas do general Mourão Filho.

Foi também enfatizada, entre outros episódios, a ação do presidente do Senado Federal, Auro de Moura Andrade, do Partido Social Democrático (PSD), declarando, na madrugada do dia 2 de abril, vacante o cargo de presidente da República, abrindo e encerrando, de forma abrupta e arbitrária, a sessão do Congresso e ocorrendo, com dezenas de parlamentares, ao Palácio do Planalto para empossar Ranieri Mazzilli, também do PSD, então presidente da Câmara de Deputados, na chefia da República. Ressalte-se a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ribeiro da Costa, avalizando juridicamente o Golpe – porque disso se tratava, de um golpe nas instituições –; eis que Auro de Moura Andrade sabia perfeitamente que João Goulart ainda se encontrava em território nacional.

Foi também notável a articulação de líderes do PSD, da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Progressista (PSP), da qual participou o então deputado Ulysses Guimarães, do PSD, na preparação de uma lei, a ser formulada pelo Congresso Nacional e destinada a institucionalizar o golpe desferido e já vitorioso no próprio dia 31 de março. Tal iniciativa seria, porém, inviabilizada pela decisão dos chefes militares, autodenominados Comando Supremo da Revolução (Arthur da Costa e Silva, do Exército; Augusto Rademaker, da Marinha; e Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica), que, com a assistência de juristas de direita, editariam, afinal, o ato institucional em nome das Forças Armadas.<sup>[3]</sup>

Deu-se, então – e se consolidaria em seguida –, um “golpe dentro do Golpe”, impondo-se os chefes militares às lideranças civis e assumindo,

---

3. Para a ação concreta das lideranças civis na perpetração do Golpe, cf., entre outros, Reis Filho (2014a), Fico (2014) e Tavares (2014). O relato minucioso do alijamento das lideranças civis pelos chefes militares, não apenas no imediato pós-Golpe de 1964, mas em outros momentos posteriores, está em Chagas (2014).

em nome de suas respectivas corporações, a liderança da ditadura. Esse fato, que se manteria até o fim do regime ditatorial, iria legitimar, ao menos em parte, o uso da expressão “ditadura militar”, pois ela foi, enquanto durou, não apenas dirigida por chefes militares, mas hegemonizada pelas Forças Armadas, como instituições e corporações.

A direção e a hegemonia pressupõem, porém, articulações e alianças. Por isso, as lideranças civis – empresários, políticos e eclesiásticos – permaneceram, de modo subordinado, em atividade enquanto a ditadura durou, ainda que com importância desigual, mas às vezes decisiva. Sem embargo, durante muito tempo e até os dias de hoje, enraizou-se na memória social, estimulada por múltiplos interesses, a ideia de que a ditadura foi de exclusiva responsabilidade militar. Evidências empíricas, no entanto, atestam o contrário, conforme demonstrado em numerosos trabalhos.<sup>[4]</sup>

Deixando de lado as “alturas” da sociedade, cujo estudo é facilitado por arquivos disponíveis, uma lacuna ainda aberta diz respeito à atitude do “homem” e da “mulher” comuns em face da ditadura. Há, desse ponto de vista, um enorme “branco” nas pesquisas. Torna-se necessário, em consequência, usar os melhores métodos da história social, inspirar-se nas experiências realizadas para investigar, desse mesmo ponto de vista, o nazismo, o stalinismo e outros regimes ditatoriais, e explorar um “canteiro” ainda praticamente virgem e absolutamente decisivo para quem quiser compreender os fundamentos sociais e históricos do regime ditatorial; e, ainda, compreender a longo prazo como incidiram no período ditatorial mais recente as tradições autoritárias neste país.

A ditadura não recebeu apenas um mero apoio social. Formou-se em torno dela, em determinados momentos, apreciável consenso.<sup>[5]</sup> Mais

---

4. Cf., entre outros, os textos de Rollemberg (2008 e 2010), Cordeiro (2012), Ferreira (2011), Grinberg (2009), Kucinsky (2011), Magalhães (2014) e Motta (2014b).

5. Cf. o trabalho pioneiro de Presot (2004) sobre as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Cf., igualmente, os trabalhos citados na nota anterior.

ainda: lideranças políticas, empresários e tecnocratas civis, com grau relativo de autonomia, ainda que subordinados, a exerceram em diferentes âmbitos (economia, educação, cultura, saúde, mídia).<sup>[6]</sup>

Elucidada a participação civil – “dando” o golpe, juntamente com os militares, apoiando-o e participando ativamente da ditadura, enquanto ela durou –, fixada a liderança dos chefes e das corporações militares, parece-me irrelevante insistir em um debate sobre a conceituação da ditadura (militar? civil-militar? empresarial-militar?). Tende à abstração, quando do que se trata é compreender melhor como se elaborou e concretizou, atestada a liderança militar, a aliança entre militares e civis na instauração e sustentação da ditadura.

### **A gênese da ditadura: razões e desrazões da vitória fulminante do Golpe**

Embora as pesquisas sobre a ditadura tenham avançado consideravelmente, a gênese do regime ditatorial continua suscitando dúvidas e incertezas.<sup>[7]</sup>

Por que uma derrota tão fulminante e tão desmoralizante das forças progressistas, contrariando a expectativa dos contemporâneos? Nos dois campos em que se dividia o país, reformistas e antirreformistas, a avaliação mais comum tendia a considerá-los equilibrados. Não gratuitamente, lideranças golpistas articularam o apoio militar, político e diplomático do governo dos Estados Unidos. Na hipótese de uma guerra civil, considerada provável, tal apoio era considerado essencial.

---

6. Destaque-se o papel de Antonio Delfim Neto, apelidado, com razão, tais as margens de autonomia de que dispunha, de czar da economia brasileira nos períodos ditatoriais chefiados por Costa e Silva e Garrastazu Médici, entre 1967 e 1974. Em outros âmbitos, o mesmo se demonstrou, como atestado pelos trabalhos citados de Grinberg, Kucinsky e Motta na nota 3.

7. O melhor relato, minucioso, do episódio golpista é de E. Gaspari (2014a, v. I [1. ed., 2002]).

Do outro lado, de modo desconcertante, desmoronaram-se os dispositivos – político, sindical e militar – do campo reformista. A análise do assunto continua desafiando as imaginações que se recusam à história “retrospectiva”.<sup>[8]</sup>

Sem embargo, para além da responsabilidade – irrecusável – do presidente João Goulart, que não pode ser, porém, eleito como bode expiatório, salvo em uma perspectiva simplista e superficial, algumas indagações apareceram nos debates, propondo pistas a serem evidenciadas, ou não, por pesquisas concretas.<sup>[9]</sup> Entre elas, destacaram-se: a irrelevância, no campo reformista, de organizações autônomas em relação ao Estado, capazes de uma ação independente do governo do presidente Goulart;<sup>[10]</sup> o medo de lideranças políticas e militares antigolpistas de se envolverem em um embate de grande envergadura, que poderia desdobrar-se em um processo de revolução social, ameaçando suas posições privilegiadas; o fato de que as camadas populares duvidassem ainda da importância daquela experiência republicana para a promoção e a defesa de seus interesses. Todos esses fatores, combinados, teriam concorrido para a paralisia do campo reformista diante do Golpe.

Contribuindo para a compreensão das questões em jogo na conjuntura que precedeu o Golpe (1961-1964), foi publicado neste ano um importante e pioneiro estudo na perspectiva da história política renovada (cf. Ferreira; Gomes, 2014). Os autores construíram uma narrativa densa dos acontecimentos que desembocaram no Golpe, evitando – e criticando – os

---

8. Em certa literatura, de inspiração marxista, produzida no imediato pós-Golpe, tendeu-se à ideia de que a vitória do Golpe fora “inevitável”, uma expressão política dos percalços do processo de acumulação do capital. Em alguma medida, tais avaliações ainda são reproduzidas, quase que por inércia, ou por preguiça intelectual, mas seu poder persuasivo é muito limitado.

9. Para a trajetória de João Goulart, cf. Ferreira (2011).

10. É verdade que considerações nesse sentido foram feitas no imediato pós-Golpe por críticos das lideranças comunistas e petebistas. Seriam retomadas com ênfase por Gorender (1987). O grande nó crítico dessas interpretações, porém, é sua carência de contextualização histórica e social.

determinismos reducionistas, propondo uma história como construção sujeita ao imprevisível e ao imponderável. O texto, porém, tem viés claro: o de valorizar o “centro político”, ocupado, durante longos meses, por João Goulart e, especialmente, pela figura de San Thiago Dantas, de ação marcante nos meses que antecederam o Golpe. Tal “centro”, apesar dos esforços de Dantas, teria ruído pelo embate dos radicais de “ambos os lados”, de direita e de esquerda. Na trilha aberta por Argelina Figueiredo (1993), ainda nos anos 1990, o texto tende a cair na armadilha dos “dois demônios”, tese defendida na análise da instauração, em 1976, da ditadura na Argentina. Também lá, pressionadas por dois lados igualmente radicais, teriam se desestruturado as instituições democráticas.<sup>[11]</sup>

O viés “centrista” percorre o livro como um fio condutor, como se fosse possível elaborar um ângulo neutro e objetivo. Problematizá-lo, como se fez na Argentina, leva a indagações que precisariam ser consideradas nas avaliações que continuam sendo indispensáveis para compreender a conjuntura que antecedeu o Golpe.

Podem-se considerar, com sinal de igualdade, latifundiários, senhores de baração e cutelo, cercados de regalias e capangas, e camponeses que defendiam a distribuição da terra, segundo braços e bocas? Seriam igualmente “radicais” marinheiros que lutavam para conseguir direitos civis elementares e oficiais da Marinha que pretendem preservar uma tradição de privilégios?<sup>[12]</sup> A verdade é que a República democrática instaurada em 1946 era muito pouco republicana e quase nada democrática. Com efeito, a maioria dos adultos não votava, por ser analfabeta. Às universidades acedia menos do que 1% da população. A terra era monopolizada. Um quadro de tremendas desigualdades sociais e regionais estimulava contradições. Um sistema hierárquico rígido, remetendo mais a um regime

---

11. A tese, ou teoria, dos dois demônios foi apresentada por Ernesto Sábato, escritor argentino, no prólogo que formulou para o livro *Nunca más*. Como seu correlato brasileiro, *Brasil, nunca mais*, tratava-se de formular uma avaliação dos crimes cometidos pelo regime ditatorial no país vizinho.

12. Para o movimento dos marinheiros, cf. a atualizada pesquisa de Almeida (2012).



pré-capitalista, ainda predominava. Nesse quadro, os que se insurgiam em busca de direitos poderiam ser considerados tão “radicais” quanto os que defendiam com unhas e dentes seus privilégios? É de se assinalar que a etiqueta “radicais” quase nunca aparece conotando latifundiários, grandes capitalistas ou oficiais das Forças Armadas, embora todos estes tenham defendido seus privilégios sem nenhuma disposição para o diálogo.

Na análise das esquerdas, também terá faltado senso de nuances, eis que, não raro, aparecem, sem distinção, marcadas com o selo de “radicais”. De sorte que, no entrelaço dos radicalismos, encolhendo-se os “moderados”, venceram os golpistas.

O texto tem aspectos muito positivos – a linguagem simples e cuidada, sedutora, envolvente; a crítica, já referida, dos determinismos reducionistas; o entrelaçamento da narrativa com depoimentos de atores da época. Um livro que abre horizontes, sem dúvida, mas com o qual pesquisas outras, igualmente rigorosas, precisarão dialogar, para que melhore nossa compreensão dessa conjuntura que foi, sem dúvida, em virtude do choque de dois projetos de sociedade, a mais quente da história republicana.

## **A história da ditadura – do liberalismo ao nacional-estatismo**

Na memória social, tende a prevalecer a ideia da ditadura como uma chapa monolítica, sem fissuras. Tal concepção foi questionada em inúmeros debates e publicações.

De um lado, obteve grande repercussão midiática a tese de uma “ditabranda”, referida sobretudo ao primeiro governo ditatorial, presidido pelo general Castello Branco (cf. Villa, 2014). Substituiu-se a rebeldia à ditadura pela rebelião aos fatos e às evidências: entre outras, a prática de torturas, acobertada pelo Estado; milhares de cassações de direitos políticos; dissolução do Congresso, embora por breve período; dissolução, pela força, dos partidos políticos; alteração arbitrária de leis eleitorais consagradas (eleições diretas para presidente e governadores). Os fatos

são teimosos, e ignorá-los com tal desenvoltura tem seu preço. O livro fez sensação, mas as ideias nele contidas não prosperaram, salvo nos círculos nostálgicos do regime autoritário. Não foi considerado nos meios acadêmicos comprometidos com a pesquisa séria.

Foi reconhecida, no entanto, a necessidade de marcar as diferenças entre os períodos ditatoriais. A recuperação da cultura política nacional-estatista e desenvolvimentista – apesar da exclusão das camadas populares das decisões políticas – a partir do governo Costa e Silva, acentuando-se nos governos Médici e Geisel, oferece notável contraste com as políticas liberais empreendidas por Castello Branco. Para surpresa de muitos críticos, a ditadura liderou processo de grandes mudanças no país – econômicas e sociais –, superando a estagnação que ameaçava (e era prevista como inevitável) a economia nacional.<sup>[13]</sup> Aprofundaram-se nesse quadro as desigualdades regionais e sociais, evidenciando um custo social e moral altíssimo, porém é inegável o salto dado pelo capitalismo brasileiro em tempos ditatoriais (cf. Reis Filho, 2014a). Outras diferenças evidenciaram-se entre conjunturas de grande desprestígio e crise da ditadura, como no ocaso dos governos Castello Branco e Geisel, e de outros momentos, em que a ditadura mostrou capacidade de suscitar consensos ampliados.<sup>[14]</sup> O que não está suficientemente explicado é como, concretamente, tais metamorfoses se realizaram, como se efetuaram migrações da opinião pública em um sentido ou noutro. Um desafio para pesquisas futuras.

---

13. Cf. Reis Filho, Ridenti e Motta (2014). Considerem-se, em especial, os artigos de Luna e Klein (2013, 2014) e Klein (2014) sobre as mudanças sociais e econômicas ocorridas ao longo do regime ditatorial.

14. Cf., entre outros, Kushnir (2004), Grinberg (2009), Cordeiro (2012), Magalhães (2014) e Ferreira (2011). Cf., igualmente, Rollemberg e Quadrat (2011). Essa obra coletiva contribuiu para mostrar como, em vários tempos e circunstâncias, pela direita e pela esquerda, constituíram-se governos ditatoriais capazes de suscitar amplos consensos. Cf., também, Motta (2014a), que evidencia o processo das complexas relações entre a ditadura e as instituições universitárias, nem sempre marcado pela repressão aberta.

Uma coisa é certa: é necessário conhecer melhor os fundamentos e as condições das inegáveis mudanças registradas na história da ditadura, inclusive aquelas que se realizaram nos órgãos repressivos, em suas práticas e procedimentos, em suas engrenagens. Se a ditadura não se resume aos aparelhos repressivos, se eles não a esgotam, não se pode subestimar suas ações, cruciais, enquanto a ditadura durou. Destacaram-se nesse campo, sendo referidas, não apenas obras menos recentes, mas também pesquisas inovadoras sobre as corporações militares, as concepções e práticas da temida – e temível – “comunidade de informações”.<sup>[15]</sup>

## A transição para a democracia e o fim da ditadura

Foi relançada e muito discutida a ideia, já avançada anteriormente, de demarcar o fim da ditadura em 1979, quando foram revogados os atos institucionais.<sup>[16]</sup> Com efeito, extinguiu-se então, com a revogação dos atos, o Estado de exceção, ou seja, a capacidade do governo de criar ou ignorar leis a seu bel-prazer, exercitando apenas a força, característica comum e necessária aos regimes ditatoriais. É verdade que o último presidente militar fora eleito ainda sob o regime ditatorial. Ou seja, foi eleito com muitas aspas, como um ditador. Entretanto, tomou posse já sem poderes ditatoriais, como se fosse um tigre desdentado, ainda capaz de rugir, mas sem força para morder.

---

15. Para os depoimentos dos militares, cf. a trilogia precursora de D’Araújo, Castro e Soares (1994a, 1994b, 1995). Depois, o tema foi trabalhado por Gaspari (2014b, v. 2 [1. ed., 2002]), Studart (2006) e Nossa (2012). Mais recentemente, destaque para os textos de Chirio (2012) e Joffily (2013).

16. Cf., entre outros, Salum (1996), Gaspari (2014a, v. 1) e Reis Filho (2014a).

Essa foi uma das especificidades da longa transição, transicional e transacional,<sup>[17]</sup> que desembocou, finalmente, no regime democrático instaurado pela Constituição de 1988.

De modo geral, porém, continua prevalecendo, quase como um lugar-comum, a ideia de que a ditadura terminou em 1985, com a posse de José Sarney, embora este tenha sido, ao longo do período ditatorial, dirigente civil importante do regime. Trata-se de uma “ditadura cronológica”, convergindo em sua sustentação disparatadas forças, com propósitos diversos. O resultado final tem sido o acobertamento, às vezes involuntário, de poderosas forças que foram muito ativas, e decisivas, na sustentação da ditadura e que escapam do escrutínio da sociedade com a atribuição aos militares da responsabilidade exclusiva pela ditadura.

O debate sobre a transição não se esgota, longe disso, em uma discussão sobre marcos cronológicos, embora seja muito simbólico o fato mesmo da existência desse tipo de discussão: 1979? 1985? 1988?

Ainda merece melhor estudo o processo pelo qual se negociou o fim da ditadura. Houve tentações – e pressões, inclusive armadas (caso, por exemplo, do atentado ao Riocentro, em 1981) – para que o governo reinstaurasse atos institucionais, reiterando a ditadura. Não aconteceu, embora os terroristas dos atentados não tivessem sido, nem então nem até os dias de hoje, responsabilizados judicialmente. Em contrapartida, silenciosamente, foram desativados os DOI-Codi mediante procedimentos desconhecidos.

Qual o papel que aí poderão ter desempenhado os movimentos sociais de 1978-1980 e, em especial, o movimento Diretas Já em 1983-1984? Como agiram nesse período lideranças políticas, empresariais e militares?

Elucidar esse complicado período é mais um desafio para as futuras pesquisas.

---

17. Cf. Reis Filho (2014a). Transicional por ter sido efetuada através de um longo período. Transacional por ter passado por intensas e laboriosas negociações.

## As heranças da ditadura

O tema das heranças ainda não adquirira a força com que surgiu nos debates deste ano.<sup>[18]</sup>

O “inventário das cicatrizes” flagradas na Constituição de 1988, ou dos “cacos” da ditadura incrustados no corpo da atual democracia brasileira, evidencia permanências inquietantes: a cultura política nacional-estata; um Estado todo-poderoso, que “cuida” da população; um Executivo “imperial”; a repressão aos movimentos sociais e a naturalização da crueldade; a prática social da tortura, disseminada, exercida pelas polícias, pelos bandidos e, eventualmente, por cidadãos “normais”; a estrutura monopolizada da terra e da mídia; os pilares centrais do modelo de desenvolvimento impulsionado na época do “milagre econômico”; a tutela militar, consagrada constitucionalmente, e a atual configuração das Forças Armadas como estruturas autônomas, uma espécie de “Estado dentro do Estado”, chamadas a policiar a sociedade; os mecanismos de uma Justiça “processualística”, garantindo-se a impunidade dos que podem contratar bons advogados; a perpetuação da Lei Fleury.

Quer se contemplem as concepções correntes sobre o passado, quer sobre o futuro, as instituições vigentes ou as práticas e consciências sociais, é muito evidente que são robustas as heranças da ditadura. E o mais assustador é que todas essas “cicatrizes” não remontam ao período ditatorial; já se formavam, ou estavam formadas, bem antes, o que tem levado ao questionamento da ditadura como um parêntese, ou um hiato, na história de uma República profundamente autoritária. A ditadura precisa ser analisada, e avaliada, no tempo longo, ou dela teremos sempre uma compreensão superficial e episódica.<sup>[19]</sup>

---

18. Cf. o trabalho precursor de Teles e Safatle (2010). Cf., igualmente, Reis Filho (2014a e 2014b).

19. Para a compreensão das tradições autoritárias republicanas, em sínteses atualizadas, cf. Schwarcz (2012), Gomes (2013) e Reis Filho (2014b).

Esse reconhecimento não tem sido feito para subestimar ou minimizar os avanços do regime democrático. Os avanços realizados são substanciais e resistem bem a comparações com o passado e com nossos vizinhos.<sup>[20]</sup> No entanto, afirmar que temos uma democracia consolidada, como gostam de dizer políticos de variada procedência, não passa de história da carochinha. Acreditarão, à sua custa, os crédulos de todos os quadrantes.

O estudo dos “cacos” ditatoriais incrustados na atual democracia, seus fundamentos históricos e sociais, em um registro positivo, poderá ajudar a luta, urgente, no sentido de “democratizar a democracia brasileira”, bandeira das mais importantes erguida pelos movimentos sociais de junho de 2013.

## Referências

ALMEIDA, Anderson S. *Leme a bombordo!*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e os golpes dentro do Golpe: 1964-1969*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

---

20. O estudo da ditadura e da democracia brasileiras no contexto da América Latina tem atraído cada vez mais interesse. Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (2010) dedicaram ao assunto o primeiro – e maior – volume da obra coletiva que organizaram. Mais recentemente, um grupo de jovens doutores e doutorandos tratou do objeto em livro próprio. Cf. Cordeiro, Leite, Silveira e Reis Filho (2014).

CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da; REIS FILHO, Daniel (org.). *À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; CASTRO, Celso. *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; CASTRO, Celso. (org.). *Ernesto Geisel*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994a.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon. (org.). *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994b.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Gustavo Alves Alonso. *Cowboys do asfalto: música sertaneja e modernização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart, uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela Castro. *1964: o Golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. *O Golpe de 1964, momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

## heranças e reflexões

GASPARI, Elio. *As ilusões armadas: a ditadura envergonhada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a. v. 1.

GASPARI, Elio. *As ilusões armadas: a ditadura escancarada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b. v. 2.

GASPARI, Elio. *O sacerdote e o feiticeiro: a ditadura derrotada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014c. v. 3.

GASPARI, Elio. *O sacerdote e o feiticeiro: a ditadura encurralada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014d. v. 4.

GOMES, Angela de Castro. *História do Brasil-nação: 1808-2010. Olhando para dentro, 1930-1964*. Coordenação geral de Lilian Schwarcz. Rio de Janeiro: Mapfre/Objetiva, 2013. v. 4.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional/Arena, 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2009.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo, 1969-1975*. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

KLEIN, Herbert. Mudanças econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

KUCINSKY, Bernardo. *O senhor K*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda, jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LUNA, Francisco; KLEIN, Herbert. Mudanças sociais no Brasil, 1960-2000. In: REIS FILHO, Daniel (org.). *História do Brasil-nação: 1808-2010. Da ditadura à democracia*. Rio de Janeiro: Objetiva/Mapfre, 2013. v. 5.



LUNA, Francisco; KLEIN, Herbert. Mudanças sociais no período militar. In: REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. *Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritária-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014a.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014b.

NOSSA, Leonencio. *Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRESOT, Aline Alves. *As marchas da família, com Deus, pela liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do Golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014a.

REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do Brasil-nação: 1808-2010. Modernização, ditadura e democracia, 1964-2010*. Coordenação geral de Lilian Schwarcz. Rio de Janeiro: Mapfre/Objetiva, 2014b. v. 5.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois, 1964-2004*. Bauru: Edusc, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. A Associação Brasileira de Imprensa/ABI e a ditadura, 1964/1974. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 2, p. 97-144.

## heranças e reflexões

ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura, 1964-1974. In: REIS FILHO, Daniel; ROLLAND, Denis (org.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2008. p. 57-96.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 3 v.

SALUM, Brasília. *Labirintos dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHWARCZ, Lilian Moritz (org.). *História do Brasil-nação: 1808-2010. A abertura para o mundo, 1889-1930*. Coordenação geral de Lilian Schwarcz. Rio de Janeiro: Mapfre/Objetiva, 2012. v. 3.

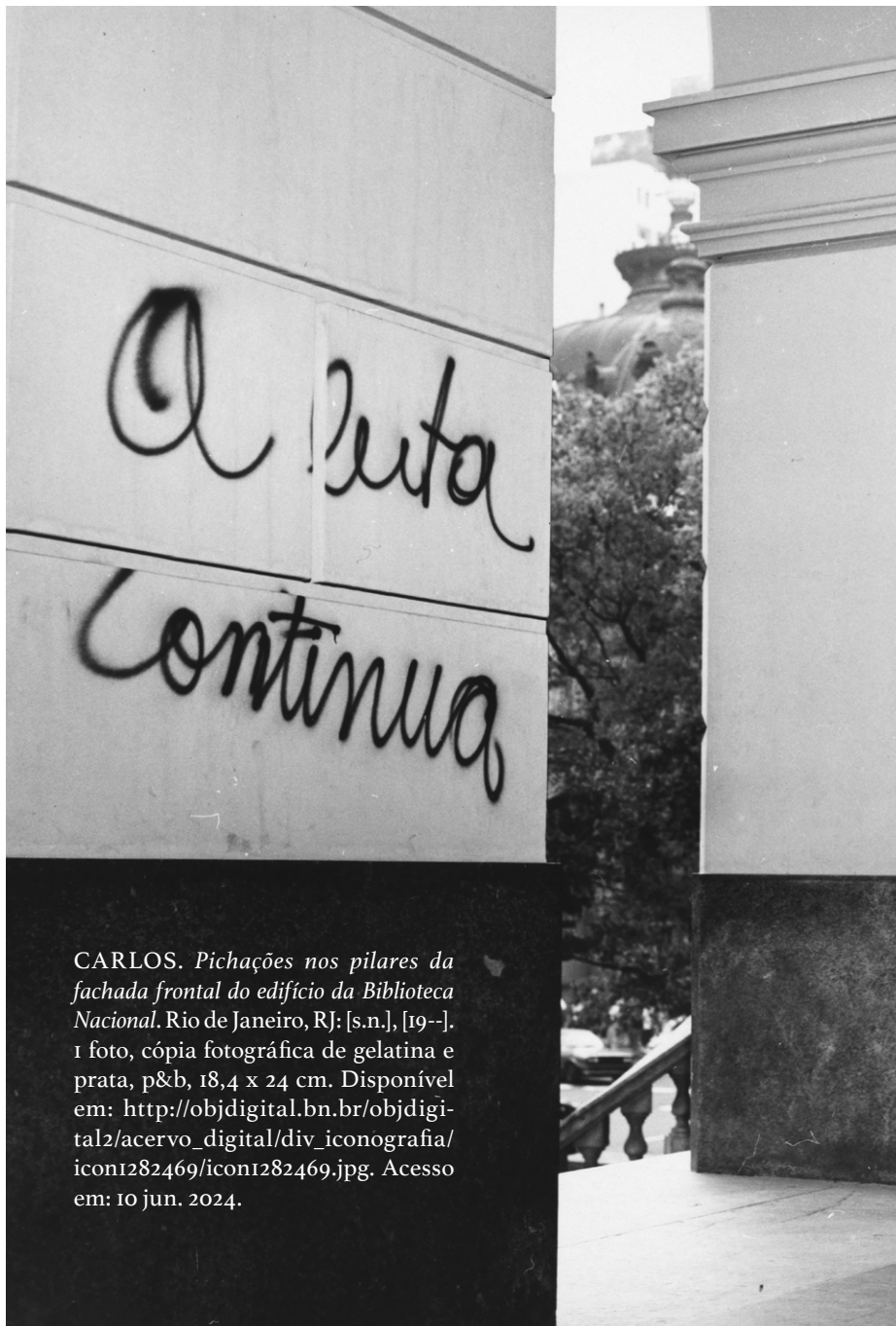
STUDART, Hugo. *A lei da selva: estratégia, imaginário e discurso dos militares sobre a guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

TAVARES, Flavio. *1964, o Golpe*. Porto Alegre: L&PM, 2014.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura, a exceção brasileira*. Campinas: Boitempo, 2010.

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira: 1964-1985. A democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: Leya, 2014.





CARLOS. *Pichações nos pilares da fachada frontal do edifício da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [19--]. 1 foto, cópia fotográfica de gelatina e prata, p&b, 18,4 x 24 cm. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1282469/icon1282469.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1282469/icon1282469.jpg). Acesso em: 10 jun. 2024.

Lançado digitalmente no inverno de 2024  
Composição em Athelas e Acumin Variable Concept











ISBN 978-85-333-0767-4



9 788533 307674

Esta coletânea reúne alguns dos estudos apresentados no seminário “Golpe de 1964, 50 anos: debates na Biblioteca Nacional”, realizado em março de 2014 como parte das intensas reflexões então suscitadas. Professores e pesquisadores de diversas instituições universitárias e de memória brasileiras, entre as quais a Fundação Biblioteca Nacional, tratam de temas como censura, tortura, anistia, autoritarismo, relações de cooperação entre os Estados Unidos da América e as ditaduras militares na América Latina, imprensa de resistência e ainda o peso da herança autoritária na transição política e social do país para a democracia.

Instituição de salvaguarda da memória bibliográfica nacional, bem como de pesquisa e divulgação sobre o acervo que custodia, a Biblioteca Nacional torna-se promotora de importantes reflexões e debates como este, cuja principal finalidade é o fortalecimento e o exercício da democracia.



Fundação BIBLIOTECA NACIONAL

MINISTÉRIO DA  
CULTURA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO